

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Hércules da Silva Xavier Ferreira

**Onde a memória disputa:
Filosofia, Patrimônio, Prostituição**

Rio de Janeiro
2019

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Hércules da Silva Xavier Ferreira

**Onde a memória disputa:
Filosofia, Patrimônio, Prostituição**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientadora: Me. Juliana Sorgine

Supervisor: Me. Luciano Teixeira

Rio de Janeiro

2019

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da extinta Coordenação de Documentação e Pesquisa do IPHAN, quando do labor sobre o Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural.

T649e	<p>Ferreira, Hércules da Silva Xavier. Onde a memória disputa: Filosofia, Patrimônio, Prostituição / Hércules da Silva Xavier Ferreira – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2019.</p> <p>132 f.: il.</p> <p>Orientador: Juliana Ferreira Sorgine</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2019.</p> <p>1. Prostituição. 2. Patrimônio Cultural. 3. Preservação – Interdisciplinaridade. 3. Brasil – Filosofia. 4. Brasil – Memória. I. Sorgine, Juliana Ferreira. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 363.69</p>
-------	---

DEDICATÓRIA

Dois sentimentos nutrem e impelem os seres em sua caminhada, culminando em verdadeiro antagonismo entre eles, como extremos opostos. São eles o Amor e o Ódio. Tais sentimentos podem ser reunidos sob a palavra grega *πάθος*, cuja forma latinizada, *páthos*, impõe por sua força expressiva um certo padecimento, sofrimento e conseqüentemente, paixão. As paixões e seus acontecimentos adquirem status de irracionalidade, de atos irracionais, devido sua maneira intempestiva, podendo culminarem atos desmesurados, desimpedidos, descontrolados.

Nesse ponto, da desmesura, dedica-se todas as bem versadas linhas adiante, a ela; dedica-se totalmente aos ápices, cumes, extremos das ações. Pois conforme bem atesta um verso do poeta alemão Hölderlin, em que diz que "ali onde medra o perigo, medra também o que salva", do desespero discente surgiu a esperança.

E do ódio, a possibilidade de um gesto amoroso.

AGRADECIMENTOS

À Mnemósyne e seu sopro, pela recordação;
À frente do templo e suas colunas ornadas, com sua fé;
À voz que dirigiu-se ao público por solicitação privada, e sua retórica;
À primeira concepção, que pariu o mundo;
À primeira performance, por travestir-se da ideia;
À minha turma PEP 2016, na amorosidade;
À minha aprendizagem com a instituição IPHAN, pelas aulas;
À recepção e suas figuras, incríveis.
À palavra amiga, que sempre recebi;
À natureza, onde nasci;
À cultura, em que me criei;
À meretriz, imperadora;
À Sofia, pela amizade.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é fazer uma análise filosófica sobre o fenômeno cultural conhecido como “patrimônio” ou “bem cultural”, na perspectiva de um mecanismo/dispositivo que o rege e o regula como processo. Este está sendo entendido como um mecanismo de inclusão e exclusão, valendo-se, para tanto, da estrutura comunicológica de fundo interpretativo ou hermenêutico e fenomenológico, encontrada no livro *Comunicologia* do filósofo tcheco-brasileiro Vilém Flusser, que se vale metaforicamente de um sistema computacional e/ou circuito ou modo como a informação circula, e seu registro e posterior recuperação. Ou dito de outra maneira: uma regra de imputação/deputação (*input/output*) em algum objeto e o conhecimento acerca dele, como descritor filosófico da realidade. Observou-se, durante a prática cotidiana no interior do IPHAN, uma necessidade de ampliação das ideias que vigoram nos mecanismos de inclusão (contidas nos processos patrimoniais), através da perspectiva de cunho reflexivo e finalístico (o direcionamento que objetiva uma finalidade), que em filosofia recebe o nome terminológico de *télos*. Para esse tento, avança-se pelos capítulos como caminho que se pavimenta, valendo-se justamente de metáfora e metalinguagem para melhor alcançar os possíveis entendimentos, muitos dos quais se dão por camadas e demais referências que não apenas a documentação de fundo histórico ou memorialístico. Nesse intuito, ainda que novos conceitos tenham sido desenvolvidos para melhor embasar a questão (socrática) sobre “o que é isso, o patrimônio cultural?” e contribuir para as discussões futuras, a conclusão restou em aberto, posto que se observou uma carência de expressões e fundamentos ontológicos que afirmem de modo mais técnico o que se entende por patrimônio.

ABSTRACT

The objective of this research is to make a philosophical analysis about the cultural phenomenon known as "cultural heritage", from the perspective of a mechanism or device that governs it and regulates it as a process. This is being understood as a mechanism of inclusion and exclusion, making use of the communicological structure of interpretative or hermeneutic and phenomenological background, as found in the book *Comunicologia* of the Czech-Brazilian philosopher Vilém Flusser, which uses as a metaphor the idea of a computer system and/or circuit or manner in which information circulates, and its recording and later retrieval, or in other words, a rule of input / output on some object and knowledge about it, as a philosophical descriptor of reality. During daily practice within IPHAN, there was a need to broaden the ideas that apply in the mechanisms of inclusion in heritage processes, through this process of reflective nature, because of better direction that aims a purpose, which in philosophy receives the terminological name of *telos*. To this end, one moves through the chapters as a paved path, using precisely metaphor and metalanguage to better reach the possible understandings, many of which are given by layers of understanding and other references than just historical or memorial background documentation. To this end, although new concepts have been developed to better support the Socratic question of "what is this, cultural heritage?", and to contribute to future discussions, the conclusion remains open, as a lack of expressions and ontological foundations that affirm more technically what is meant by cultural heritage.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
PRELÚDIO	15
Capítulo 1: Memória e Patrimônio Cultural, e suas correlações poéticas	18
Capítulo 1.2: Filosofia no patrimônio: <i>munus, moneo</i>	35
Capítulo 1.3: Lembrar e esquecer diante do Estado e dos homens.....	49
Capítulo 2: Memória e Regime.....	60
Capítulo 2.1: Resíduos de memória	68
Capítulo 2.2: Memórias, técnicas e quetais	74
Capítulo 3: Filosofia, Patrimônio, Prostituição.....	83
3.1 Mulheres de boa fama, de má fama, difamadas	88
3.2 Conceituações sobre a prostituição e sobre testemunhos.....	110
CONCLUSÃO	117
BIBLIOGRAFIA	123

INTRODUÇÃO

Esta é uma dissertação travesti. Futura tese travesti. Trânsito e transposição.

De antemão avisa-se ao leitor o uso e abuso da metalinguagem. Pois muitos dos elementos aqui escritos e descritos não farão sentido em uma primeira leitura. Tampouco em uma leitura isolada de parágrafos ou capítulos. A ideia que se almeja não se encontra explicitadamente, mas de maneira implícita. Justamente por isso ela só será alcançada na isolada compreensão de cada leitura. Por metalinguagem pensa-se aqui como uma espécie de espaço e sua referência: está, também, localizada no externo. Por metalinguagem entenda-se como apontamentos ao pensamento que podem ser formado após a leitura da presente escrita.

Nesse intuito, explica-se aqui quanto aos usos de prefixos, infixos e sufixos, como também das aspas e do itálico, à guisa de recurso estilístico para melhor argumentar. As aspas serão utilizadas para termos-chaves ou conceitos e, no caso de sua repetição feita de maneira contínua, elas poderão ser ignoradas, servindo ainda para delimitar as citações curtas. O itálico é reservado para os títulos de livros e artigos consultados e citados. E para certas palavras, suas partículas/partes serão enfatizadas¹ de acordo com o contexto (ou con-texto). Avisa-se ainda que de acordo com a situação textual, haverá não um logro e malogro, mas um “jogo” e jogo com as palavras, buscando dessa feita explorar novos alcances das ideias, das palavras, na constituição discursiva. O pensamento formado em cada leitor é impossível de controlar, os seus resultados. Porém fomentá-lo (fermentá-lo ficaria melhor) é o objetivo principal. Mais ainda, não se viu necessidade para um glossário nesse primeiro momento, por não tratar-se de reinvenção de palavras ou termos pouco usuais em uma escrita,

O acima posto e exposto, explica-se. Longo o conduto até as palavras aqui escolhidas, muitas as conduções que em suas muitas direções trafegaram. Mas para quem começar o caminho com essa leitura, saiba que o perigo dessa jornada consiste em apegar-se ao diabo ao invés do adeus, no jogo infindo com o que desagrega e agrega (diabolô e símbolo), expressões que explicam sobre o que une e reúne para melhor manter-se. Esse esconder/ocultar é próprio daquele alto que transcende o aqui abaixo. E mesmo que não o haja, aja da mesma maneira. Confunde-se para desestabilizar.

¹ Como simples exemplo, pegue-se a palavra “resposta” e a ênfase em res-posta como algo posto, novamente (res-), podendo justamente, dentro dessa maneira enfática, realçar um certo conteúdo específico que se quer da palavra em questão.

O parágrafo inicial determina o tom que se pretende imprimir ao presente trabalho, convidando o leitor para que participe em seu ato de leitura com pensamentos e possíveis anotações que, espera-se, fará: que de alguma maneira esse texto o inspire. A essência dos textos busca o esclarecimento ou, melhor dizendo, a remoção de suposto véu que encobre o que se pretende expor.

O traçado que se distingue nas páginas adiante começou no dia primeiro de agosto de 2016, plena segunda feira, com o fim planejado para trinta e um de agosto de 2018, uma sexta feira gorda. Mas como todo bom plano, postergou-se um pouco sem tirar o devido e necessário mérito da conclusão. Na labuta solicitada estava o trato com as palavras em espaço tornado em lugar especialmente reservado: o Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.

O edital concorrido era para candidatos egressos da Filosofia, para atuarem na antiga COPEDOC/DAF, vinculada aquele projeto. Uma vez superada as etapas iniciais do referido concurso, as práticas cotidianas no campo da preservação somavam-se em incrível coesão, posto que há um vocabulário, termos, palavras-chave das mais diversas que, conforme observadas nos processos analisados no interior do IPHAN, deveriam e devem figurar na obra de apoio aos técnicos e demais pessoas interessadas no tema. O dicionário do projeto não contém apenas palavras técnicas, como “registro” e “tombamento”, mas também, na divisão entre verbetes e artigos, palavras como “arte rupestre” e “cultura popular”, por exemplo. É uma obra aberta e de acesso livre pela internet². Houve e há um expressivo cuidado de seleção com os nomes no interior do IPHAN e seu tesouro para composição do devido tesouro. “Patrimônio cultural”, “paisagem”, “ressonância”, “autoridade”, “decreto-lei”... tantas as palavras! E o dever como aluno era justamente o de cuidar, observar os usos lexicais e ampliar o entendimento do objeto Dicionário IPHAN. E no meio disso tudo, uma dissertação.

Sobre o que dissertar depois de tanta beleza vista e lida? Sobre sentidos escamoteados, invisibilizados, ignorados, esquecidos, deixados de lado. Isso ocorreu devido a mudança espacial que o setor do IPHAN e outros órgãos ligados ao então Ministério da Cultura, no Rio de Janeiro, tiveram de realizar. Saíram do edifício Palácio Gustavo Capanema no centro da cidade, para o edifício Teleporto, no bairro Cidade Nova, ao lado do edifício de forma grandiosa onde localiza-se a prefeitura carioca. E justamente esse prédio da administração pública municipal possui uma alcunha, um termo, que refere-se a práticas que ocorriam no terreno em que ele foi construído. A partir dessa ponta solta e seguindo-lhe o fio, percebeu-se a trama textual e histórias foram levantadas. Não apenas o prédio possui um apelido, mas também o seu

² O endereço para o Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural é: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural>.

anexo, a praça entre eles e prédios próximos. Optou-se assim por uma análise filosófica, de cunho hermenêutico (isto é, interpretativo), que a partir dessa metáfora da ponta solta, do rastro deixado, de resquício, de resto, e do que se entende por essa relação de palavras e da prática sexual condenada por um tipo de moral, avançou sobre as ideias subjacentes e as fronteiras de todas elas, na possibilidade de seu uso no campo do patrimônio cultural.

A prática é a profissão erroneamente chamada pelo senso comum como sendo a mais antiga do mundo: a prostituição, no caso, a feminina. Canções, histórias, memórias, ilustrações e várias formas de artes versaram sobre tais profissionais do sexo. E pudor ou vergonha, pois para alguns relatos obtidos, os nomes dos relatores forçosamente foram ocultados. E, esclarecendo para reforçar do que se trata o presente trabalho, é uma obra de cunho filosófico que se vale do resquício deixado pelas profissionais do sexo como memória, como história, e sua potência (vir-a-ser) de patrimônio cultural, sua potência patrimonial. Pois embora todos dela falem, nem todos a admitem ou aceitam suas falas. Em decorrência disso, termos foram criados e pensados a partir das fontes consultadas.

Foi uma trabalhadora de pensar danada, tecido imenso a ser descosturado para perceber ao final do processo que ele, enquanto manto, nada cobria. Servia e serve apenas de suporte para algo de fundo preconceituoso e que, por ignorância dos fatos ou má-fé, não reconhece a outreidade (sic) das pessoas envolvidas na profissão prostituição. Cabe aqui, ademais, a seguinte explicação: conforme já dito, o perfil selecionado pelo edital do mestrado profissional era que o candidato possuísse a graduação em filosofia para trabalhar no projeto (continuado) do Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.

Devido a grande questão que norteia o método filosófico, “o que é isto” socrático, questionou-se o dicionário não apenas nos vários usos, mas sobre as pessoas que o consultam e o meio no qual encontra-se inserido. Alcançou-se o entendimento sobre questões da administração pública e os fluxos informacionais na figura jurídica do processo. Sem deter-se no ponto da administração pública e suas regras, mas sabendo disso, pensou-se mais nas palavras que trafegam por esse meio e pensou-se no fluxo mesmo sobre a informação e seus caminhos no campo patrimonial. Até por que em determinado momento as palavras figurarão no Dicionário IPHAN ou em outros processos e documentos. Por conta disso, outros termos, outras palavras, serão trazidas para o interior das discussões inerentes ao patrimônio cultural que se realizará ao longo destas linhas.

Sobre o trânsito das palavras já citadas, pensou-se esse trânsito a partir da compreensão e depreensão do livro *Comunicologia*, 2014, de Vilém Flusser. O filósofo tcheco-brasileiro une todo seu conhecimento em filosofia para essa questão da informação como: construção a partir

do armazenamento e recuperação de memórias a partir do objeto referido. E o fluxo, cultural, por onde elas percorrem no âmbito da sociedade. Já sobre a memória, a referência foi o estudo empreendido pela historiadora alemã Aleida Assmann, em seu livro *Espaços da Recordação*, 2015. Para a composição dos termos-chave empreendidos e criados para esta dissertação foi necessária a observação cautelosa e monitorada de elementos de linguagem que se repetiam nos textos consultados/estudados. Os textos colhidos vieram dos mais diversos campos de saberes. Por exemplo, pelo campo da história com Michael Pollak e seu artigo *Memória, esquecimento, silêncio*. E ainda das outras áreas como direito, sociologia, geografia, comunicação social e, finalmente, do ativismo das profissionais do sexo, com os nomes de Monique Prada e seu livro *(§ 8)feminista* e Amara Moira, com *E se eu fosse pu(§ 8)ra*. Chama-se a atenção para o uso do (§ 8) em referência ao decreto-lei contido no prelúdio desta obra, como elemento de metalinguagem e preciso estilo para melhor explicar o seguinte ponto de vista: a relação que não ocorre entre os mecanismos de memória x recuperação, lembrança x esquecimento, fatos x ignorância, mas antes no ato do conceito de verdade (pela via filosófica), para o entendimento da importante palavra *alethéia* (Ἀλήθεια) como “desesquecimento” e busca anamnética. De antemão pede-se ao leitor que atente para o uso da expressão contida no interior das aspas, “(§ 8)”, conforme explicações dadas anteriormente.

Agora compete explicar outros aspectos sobre essa dissertação. Como a necessidade do prelúdio e seu estilo pouco usual para uma dissertação de mestrado. É que, conforme já dito, por valer-se de elementos metalinguísticos, convida-se o leitor para o seu não-estranhamento, mas antes que participe e interaja de algum modo com seus próprios pensamentos em uma espécie de diálogo. Nesse sentido o prelúdio soa como espécie de canto de abertura, ponto cantado como ocorre nas religiões afro-brasileiras, gesto de memória, ou de introito e preparatório. Por isso começa-se trazendo parte de uma lei federal do triste tempo de nossa história brasileira, mas cujo ponto ao qual referencia, ditará certo interdito. Após a lei, outro gesto, dessa vez poético, de abrição de trabalhos, de portas, de caminhos, já que uma das possíveis traduções para o grego *poiésis*³ é construir. E aí dar-se-á todo o jogo e seus lances sobre o limite, o teto, sobre o falar e o calar, enquanto atividade social e cotidiana, que pode ser publicizada, isto é, de qualidade pública, ou não.

³Transcrevemos a nota de número 45, de Ana Maria Valente, escrita no livro *Poética*, de Aristóteles: “Palavra cognata do verbo *poiein* (ποιεῖν), que significa “fazer, fabricar, construir”, poeta (ποιητής) é, portanto, inicialmente, aquele que faz, que fabrica, que constrói, seja um objecto, seja um texto”. A referência bibliográfica completa é: ARISTÓTELES. *Poética*. Prefácio de Maria Helena da Rocha Pereira. Tradução e notas de Ana Maria Valente. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2008.

No primeiro capítulo são lançadas as pedras fundamentais para o caminho de uma proposta inaugural: a criação de laços entre a filosofia e o patrimônio cultural, pelo caminho da interpretação ou hermenêutica. Como o homem nasce em estado natural e devem (do verbo *dever*) para o cultural, viver é uma experiência em cujo local a sua ocorrência já está dada e construída, sobrando ainda assim o espaço para a co-nstrução (*sic*), frisando a partícula *co-* de que participa-se no mundo como *co-adjuvante*, isto é, a implicação de “com” enquanto “com alguém/outra pessoa” contida na partícula.

Nessa perspectiva, patrimônio cultural é uma experiência e contemplação cujas ideias devem ser ampliadas. Pelo caminho da poesia enquanto *poiésis* far-se-á o embate entre a memória e o campo do patrimônio. Alguns conceitos são já lançados neste capítulo, como *tego* para melhor esclarecer a questão do “limite”, do “acobertamento”, e do “gesto”, que remete a determinado elemento linguístico que, associado a uma cultura a qual se faz parte, permite a rápida identificação entre seus pares.

O segundo capítulo, já com algum chão pavimentado, avança sobre o que poderia ser compreendido como a atuação da filosofia no patrimônio, pela conceituação de *munus* (aquilo que municia) e *moneo* (a memória, o munir próprio ao patrimônio). Todos os termos latinos foram pesquisados e retirados do *Dicionário Latino-Português* de Francisco Torrinha, de 1941. Lança-se, para tanto, mão de figuras de linguagem como a metáfora, para melhor trabalhar com as palavras, não obstante o uso do termo “jogo”⁴. A pesquisa então avança para o fluxo informacional, com a abstração sobre o regime/economia da memória, no interior do campo do patrimônio cultural, isso é, como dá-se o seu fluxo e trânsito por esse campo.

No terceiro capítulo e a partir dos entendimentos alcançados, segue-se o caminho do “desesquecimento”⁵, a partir do objeto da presente pesquisa, a prostituição, isso é: o tipo de acobertamento, ou seja *tego*, que se faz sobre história e memória desse grupo e como “desencobri-la”. O viés deu-se pela filosofia e não pela história, contemplando as relações entre as ideias e sua produção informativa e posterior recuperação.

⁴ A palavra “jogo” ao longo do texto será usada como metonímia e metáfora. Pode ela significar movimento, lançamento, empurrão e tudo o mais que denote movimento e transitoriedade, bem como dubiedade, conforme a expressão “jogo de palavra” bem indica.

⁵ Como possível tradução para o grego *aletheia* (ἀλήθεια), isto é, *léthe* enquanto esquecimento mais o prefixo “a” como negação da palavra a qual se liga. É um ato, gesto, movimento, para ir no contrafluxo de uma certa perda informacional, espécie ainda de anamnese. Será melhor explicada em momento propício.

PRELÚDIO

“DECRETO-LEI Nº 1.077, DE 26 DE JANEIRO DE 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, inciso I da Constituição e,

CONSIDERANDO que a Constituição da República, no artigo 153, § 8º dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos costumes;

CONSIDERANDO que essa norma visa a proteger a instituição da família, preservar os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade;

CONSIDERANDO, todavia, que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários à moral e aos bons costumes;

CONSIDERANDO que se tem generalizado a divulgação de livros que ofendem frontalmente à moral comum;

CONSIDERANDO que tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade Brasileira;

CONSIDERANDO que o emprego desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional.

DECRETA:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Parágrafo único. O Ministro da Justiça fixará, por meio de portaria, o modo e a forma da verificação prevista neste artigo.

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares.

Art. 4º As publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no Brasil também ficarão sujeitas, quando de sua entrada no país, à verificação estabelecida na forma do artigo 2º deste Decreto-lei.

Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal:

I - A multa no valor igual ao do preço de venda da publicação com o mínimo de NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos);

II - À perda de todos os exemplares da publicação, que serão incinerados a sua custa.

Art. 6º O disposto neste Decreto-Lei não exclui a competência dos Juizes de Direito, para adoção das medidas previstas nos artigos 61 e 62 da Lei número 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.

Art. 7º A proibição contida no artigo 1º dêste Decreto-Lei aplica-se às diversões e espetáculos públicos, bem como à programação das emissoras de rádio e televisão.

Parágrafo único. O Conselho Superior de Censura, o Departamento de Polícia Federal e os juizados de Menores, no âmbito de suas respectivas competências, assegurarão o respeito ao disposto neste artigo.

Art. 8º Êste Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de janeiro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid”

“Some o dia, cai a noite fria. E o silêncio me arrepia. Vamos juntas que tem muito pra fazer. Sem fingir que dá, que dói, é só dizer”⁶. Os domínios encontram-se bagunçados. Houve um furto de celestes peças e, durante a fuga, fragmentaram-se: o espalhar de modo diverso, em diversos poderes, sendo necessário recuperá-las. Recolher torna-se imperativo... mas imperativo para quem? Quem haverá de recuperar essa queda? “Somos duas, nós e todas nós. Vamos levantar o sol”⁷. Mas as mãos se queimam na primeira empreitada. Facilitado o caminho, a segunda o sucesso prevalece. “E cala o horror. A cara feia, a noite escura”⁸. A ordem se faz sentir mais uma vez. A mão procura o cetro; o cetro a mão aguarda. Palavras tornam-se importantes e é preciso dizê-las, pois “que a coragem é língua solta e solução”. Mas “É dia de encarar o tempo e os leões”. Para luta partiram e ninguém lhes cantou... Ou na ignorância, foram

⁶ Música “Língua Solta” composta por Alice Coutinho e Romulo Fróes, lindamente interpretada por Elza Soares em seu álbum “Deus é Mulher”(2018).

⁷ Ibidem.

⁸ Ibidem.

ignoradas por ignorantes. “Escuta a Maré”: são tiros que atingem o muro onde reside em pintura a pomba, já velha, signo da paz⁹. “A lua, o rádio, a previsão” de rajadas com barulhos tonitruantes que prenunciam a chuva, aquela de mais violência.

Mas elas resistem.

“Por nós só nós e um mundo inteiro pra gritar”; todas gritam suas dores e necessidades. Mesmo quando “Nós não temos mesmo sonho e opinião”, mas “nosso eco se mistura na canção”, essa canção negada, essa negação de um canto possível, esse calar, em que se diz “quero voz e quero o mesmo ar, quero mesmo incomodar”, pois “tem a voz que diz que não, não pode ser”. Mas quem porta o anel, este Sol que segue a curvatura de um dedo, pode inventar palavras e termos, pode cogritar¹⁰ ou conclamar: “mas eu digo sim, que sim pro que eu quiser”, mesmo que seja “sexo, pelo, prego e futebol” ou ainda “(§ 8º), presidente e cardeal”. Afinal: “é dia de falar”. “E de ouvir também”.

Então, escuta!

⁹ O símbolo para a paz na representação de uma pomba branca decaiu em status, como outrora a expressão *pomba branca da paz* era utilizada.

¹⁰ Sic. Neologismo para “gritar junto”.

Capítulo 1: Memória e Patrimônio Cultural, e suas correlações poéticas

Se no prelúdio, conforme explicação introdutória, fez-se um gesto de memória como se fosse um ponto cantado para a reatualização das primeiras letras, ou mesmo como expurgo ao texto que lhe antecede de imediato, segue-se um pouco mais nesse certo caos geracional. Ao menos no parágrafo abaixo que abrirá o presente capítulo.

Pois quem, mirando o alto, cerrou os olhos para a luz e a significou em dia, obteve a primeira compreensão e inaugurou o gesto, o gesto da fala: necessidade e gênese de todo sentir, de todos os sentidos. Guardou sem saber onde e como, o nomear de suas ações e afecções. Vendo-se infinito na combinação das palavras, percebeu-se encarcerado na gramática do tempo em dois duvidosos momentos: de onde e para onde. E com essas mesmas palavras, tentou controlá-lo, o tempo, até os pósteros dias, na constante ação projetiva. Não logrando êxito, mais intensa ficou sua produção, mais intensa sua organização. E criou mais e mais palavras, conquanto mais e mais afetos lhe cobria: aquele sol não apenas iluminava, mas também aquecia. Quantidades de qualidades, confusão dos sentidos, busca por uma origem ainda mais antiga ou velada ao longo de continuidades e suas rupturas. Seria possível recuperar aquele encanto antigo através de um novo canto, como sói acontecer na poesia?

Tenta-se recuperar aquele antigo encanto, iniciando o trabalho qual ponto cantado de umbanda para a invocação da presença das entidades. Para somar a essa introdução, cita-se um poema da lavra do poeta George Bessoni, Servidor do IPHAN lotado em Pernambuco, escrito em maio de 2019,

que miséria

*é impressionante
como tudo leva a gente
a sempre querer fugir
ou ter que fugir.*

*emigrar do país
se refugiar em casa
morar no apartamento do primo
pra fugir dos cobradores*

*e agiotas
ficar até mais tarde no
trabalho
pra fugir do trânsito
daquela visita que sempre
aparece
à tarde pra comentar qualquer
coisa.*

*é uma agonia
uma miséria do espírito
querer que as coisas
fiquem
e querer fugir.*

*querer preservar
o patrimônio histórico
pra fugir da destruição
da mudança
do esquecimento.
manter os sinais vitais
pra fugir
da morte.
permanecer na casa dos pais
pra fugir das faturas bancárias
e de ter que esperar o encanador.*

*querer guardar os
poemas
que escrevemos
ou publicar
pra fugir
da loucura
ou do anonimato*

(há poetas que têm necessidade
de escrever,
e pior do que isso:
de mostrar qualquer coisa que
escrevem).

Mas todo falar, toda ação de fala, espera um registro e acúmulo para posterior recuperação e sempre possíveis acréscimos. Inclusive como cópia ou sua possibilidade, ao menos. Camadas de entendimento também podem ser vistas como espécie de poeira que deve ser soprada para longe. Palavras soltas no ar nada comunicam, porém pensadas como sementes, o tempo as amadurece para a respectiva colheita, e de igual maneira dá-se o entendimento ocasionado pela leitura e seu descanso, afinal “querer preservar / o patrimônio histórico / pra fugir da destruição / da mudança / do esquecimento”.

E é sobre possibilidades, calares visíveis, que o presente capítulo trata, para novas perspectivas e abordagens, não se prestando tanto à amostragem de dados ou linhas temporais com as mudanças que costumam ocorrer ao longo de um dito processo histórico. Por “calar” entenda-se uma das acepções conforme a tradução do léxico *-tego* do latim. O dicionário utilizado foi o de Francisco Torrinha¹¹ (1944), intitulado *Dicionário Latino Português*. Na investigação, *-tego* compõe a palavra que dá origem a “proteger” (*protego*). *Tego*, como palavra à parte, traduz-se por “cobrir” ou “vestir”, sendo também “esconder”, “ocultar”, “encerrar” ou, figurativamente, “ocultar”, “dissimular”, “calar”. Onde alcança-se o seguinte entendimento, partindo dos exemplos que constam no citado dicionário nas frases *fugientes silva et exerunt* (os bosques encobriram os fugitivos) e *tegere commissa* (guardar segredos): que “calar” tem a compreensão de cobrir as palavras, de ser um “teto” (outra palavra que se origina de *-tego*) para sua expressão; espécie de limite e todas as metáforas próximas que daí decorrem. Por isso ainda “ocultar” e “dissimular”, conforme já escrito. Calar não se iguala a silenciar, ato consciente e consentido. Calar é antes de tudo uma imposição sobre as falas de outrem, acobertamento de palavras com outras palavras.

Outros entendimentos fizeram-se e far-se-ão adiante e por todo o texto na investigação filosófica. Quer-se a compreensão da potência patrimonial das memórias (e histórias) da prostituição a partir de seus rastros, sobras, e demais elementos que geralmente são descartados como rejeito e dejetos, em certa constante axiológica (valorativa) e seus questionamentos, tendo

¹¹ Para todas as traduções e acepções do latim para o português, nesta dissertação, foi utilizado esse dicionário.

por objeto o projeto de sujeitos (re)negados. Não apenas a investigação como também uma interpretação filosófica ou o modo específico de *hermenêutica*, aquela mencionada por Jean Grodin em seu livretinho sobre o tema e que possui o mesmo nome, no caso, a “terceira grande concepção” (GRODIN, 2012, pg. 13), a saber, a “filosofia universal da interpretação” e “que o entendimento e a interpretação não são apenas métodos encontráveis nas ciências humanas, mas processos fundamentais que podemos encontrar no próprio núcleo da vida” (Ibid., pg. 14) e, ao final do parágrafo, o autor esclarece que “a maior parte dos grandes representantes da hermenêutica contemporânea [...] preferiram retomar o diálogo com as ciências humanas” (Ibid., pg. 14). É que esse termo surgiu à reboque da interpretação de textos canônicos ou sagrados desde a antiguidade, sendo considerado uma arte para melhor interpretá-los, como disciplina auxiliar em socorro sobre questões ambíguas (Ibid.). Assim o papel do hermeneuta como algo entre o sujeito que decodifica e retransmite a informação e o outro que pode recuperá-la de algum suporte memorial.

Necessário mencionar que no livro *Comunicologia*, de Vilém Flusser (2010), seu autor valendo-se dos estudos fenomenológicos e hermenêuticos lança as bases (ainda que de modo implícito, por não utilizar o termo) de uma verdadeira metodologia comunicacional, por tratar a realidade como sendo composta por vários circuitos por onde a informação trafega, com elementos de *input* e *output*, isso é, de entrada e saída de dados. Sua metáfora para compreensão da realidade é do tipo computacional, que relaciona-se com suas outras obras, a saber: *A Filosofia da Caixa Preta*, da editora Relume Dumará (2002), e *O Universo das Imagens Técnicas*, Anna blume (2008). É que empiricamente Flusser observou o caráter de programação/programado inerente ao modo de vida contemporâneo e os objetos que transmitem e trafegam a informação. Essa estrutura cognitiva presente em *Comunicologia* será utilizada.

Esclarecendo as ideias até aqui apresentadas e escrevendo de maneira mais simples e direta, tem-se: o que se descobre ao se pensar o campo do patrimônio cultural e sua valoração e prática; seus contextos? Pelo fato do objeto “prostituição” da presente dissertação ser marcado com chave negativa pela interpretação social, avança-se sobre o entendimento para as questões nucleares de conceitos específicos e que muito podem contribuir para o vocabulário dos pesquisadores e entusiastas do tema patrimônio cultural, a saber, “incluir” e “excluir” e também “imputar” e “deputar” (estes dois últimos termos, em inglês *input* e *output*)¹².

¹² Não se pesquisou profundamente as variantes de tradução sobre as palavras *input* e *output*, mas arbitrariamente elas foram traduzidas pelo viés da Ciência da Informação, como “entrada” e “saída” de dados, com a ressalva de que, se por “entrada” tem-se o dado bruto como o objeto a ser inserido, “saída” é o resultado do cálculo feito no

A partir de tais desdobramentos, outros avanços nesse campo interpretativo são alcançados. Esclarece-se que o avanço ocorre no âmbito do pensamento de viés filosófico, a partir da mirada sobre o entendimento acerca do patrimônio cultural, nada tendo de provar ou mesmo demonstrar como se Ciência fosse.

Repete-se que é uma investigação filosófica realizada no interior do IPHAN e como etapa para obtenção do título de mestre em patrimônio cultural. Como gesto inaugural de escolha não somente política, mas também poética, frisa-se e repete-se bem esse fato: investigação filosófica realizada no interior do IPHAN.

Em Roland Barthes, no seu livro *Mitologias*, não se encontra uma explicação direta sobre o conceito de “gesto”, mas sim inúmeros exemplos de como ele é utilizado. Pelo caráter didático escolheu-se a citação abaixo,

O Match informa-nos que depois do armistício indochinês “o general de Castries pediu batatas fritas para a sua primeira refeição”. E o presidente dos Antigos Combatentes da Indochina, comentando mais tarde esta informação, acrescentou: “Nem sempre o gesto do general, pedindo batatas fritas para a sua primeira refeição, foi bem compreendido”. Aquilo que queriam que compreendêssemos era que o pedido do general não significava evidentemente um vulgar reflexo materialista, mas sim um episódio ritual de aprovação da raça francesa reencontrada. O general conhecia bem a nossa simbólica nacional, e sabia que a batata frita é o sinal alimentar da “francidade” (BARTHES, 2001, p. 55)

Não há o que acrescentar a explicação acima. Já sobre o entendimento para o conceito de “investigação”, embora o motivo deva-se ao questionamento sobre “em que medida a lógica é algo sublime?”, tem-se com Wittgenstein (1999) que,

se origina de um esforço para compreender o fundamento ou a essência de tudo que pertence à experiência. Mas não que devêssemos descobrir com isto novos fatos: é muito mais essencial para nossa investigação não querer aprender com ela nada de novo. Queremos compreender algo que já esteja diante de nossos olhos. Pois parecemos, em algum sentido, não compreender isto (WITTGENSTEIN, 1999, p. 61)

Finalmente o que se quer é a compreensão do fundamento ou mesmo da essência sobre essa experiência do patrimônio cultural. Com motivo similar seguirão as palavras na composição do presente texto (“compreender algo que já esteja diante de nossos olhos”), pois de acordo com Ricoeur (2017, p. 84) “o ato filosófico nasce de uma ruptura com a linguagem ordinária, com a opinião, e há filosofia porque há uma questão suscetível de um certo desenvolvimento racional”. Afinal,

“Uma filosofia é determinada pela estrutura de uma questão. O primeiro passo da racionalidade da filosofia é a elaboração na forma desta questão, como envolvendo uma ordem de investigação. Assim a filosofia possui uma linguagem, sua linguagem

interior computacional/informacional. “Entrada” e “saída” não são termos que denotam um trânsito, mas sim um feixe de signos que serão calculados e devolvidos em seguida, como resultado sim, mas também como “interpretação” e, por isso, a tradução em “deputar” para “saída”. A questão putativa será tratada por vias indiretas. A ênfase é um pouco maior para “deputar” como resultado interpretado/calculado.

(ser, aparecer, substância, essência, existência, sujeito, objeto, historicidade, mundo), promovida pela questão filosófica que a conduz. A questão envolve coerência no desenvolvimento e sistematicidade no discurso filosófico. A filosofia é, certamente, um trabalho sistemático, embora ela não possa ser um sistema." (RICOEUR, 2017, p. 84)

Esse trabalho sistemático percorrerá todo o trabalho, mas deixando claro e insistindo no caráter de *gesto inaugural*, posto que:

Cada filosofia recorta no campo da investigação filosófica uma questão bem determinada. Ora, uma questão filosófica nasce sempre num meio já constituído por outras questões filosóficas e, por conseguinte, no limite da história. Iniciar, para o filósofo, é retomar um discurso iniciado por outros, entrar num certo campo de questionamento. (RICOEUR, 2017, p. 86)

Nestes dois anos de pesquisa não se localizou a contento alguma possível tradição de um pensamento filosófico no interior do IPHAN. Porém nos diversos textos de cariz reflexivo, encontrados ao custo de muito esforço, sempre se encontrava registrado (e de maneira elogiosa), o nome do professor Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses. A graça e a beleza de seus textos estão eivados de toda uma tradição estética e rigor ético que seria inclusive possível rastrear os autores que influenciaram este egrégio escritor do patrimônio cultural, porém por ser outro o foco desta pesquisa, essa observação será aprofundada posteriormente. Cabe à título de comentário, que o referido professor em seus textos tem traços de leituras Kantianas, por conta de seus juízos e alcances estéticos, bem como também pela lógica de Aristóteles e o seu bem argumentar, para trazer alguns nomes que (imagina-se) lhe são caros de alguma maneira.

Por conta disso e sem a pretensão de reinventar alguma roda, a pesquisa nada encontrando sobre a tradição filosófica no interior da instituição, teve de observar o mais próximo e cotidiano de si, nas práticas supervisionadas no interior do projeto Dicionário IPHAN, para desenvolver bases e fundamentos filosóficos que de alguma maneira pudesse contribuir para maior entendimento futuro sobre o patrimônio cultural, trazendo assim novos conceitos, entendimentos e palavras de uso.

Por tudo isso se repete aqui (à exaustão) o que se pretende o gesto¹³, inaugural. Em que “gesto” é um conceito com os mais diversos apontamentos registrados por Roland Barthes em seu livro *Mitológicas* (2001). Nesse seu livro (traduzido), o termo “gesto” aparece 68 vezes, dado o seu caráter polissêmico. “Gesto” é signo de uma linguagem esperada ou possível (em simplíssima explicação). Os usos contextuais da palavra “gesto” a explicam, de acordo com o texto de Barthes. Talvez com Flusser a explicação ganhe um sentido melhor, pois,

os locais chamados de danceterias, onde as ondas sonoras não são empregadas para chegar ao canal auditivo, mas diretamente a todo o sistema nervoso central. [...] Vocês podem observar como as pessoas se comportam. À primeira vista parece quase

¹³ A palavra gesto aparece pela primeira vez, nesse presente texto, à página 5.

humano, mas, se olharem mais atentamente, verão que são reflexos. Um gesto é humano, não um reflexo. Um reflexo é um movimento condicionado, um gesto é um movimento voluntário, intencional. (FLUSSER, 2014, p. 120)

Gesto faz parte de uma linguagem, em que esta não fica restrita apenas à fala ou escrita, mas a toda forma de comunicação. E sobre o que se entende pela palavra “inaugural”, remeta-se à seguinte citação: “Roma tem um fundador, Rômulo. Fundar, em latim, é *augere*. Em alemão, existe a palavra *inaugurieren* (inaugurar). Roma é uma comunidade camponesa” (FLUSSER, 2015, p. 178). Flusser trata dessa passagem em diante sobre Roma, acerca da questão ontológica e estrutural acerca de “autor”, “autoridade” e “autoritarismo”, indicando o ato de augúrio/agouro e presságio como bons indicativos para uma fundação e base (palavras-chave), resquícios de um tempo mitológico e sua influência. Assim o termo “inaugurar” indica essa proposta vinda em bom momento para o campo do patrimônio cultural.

Faz-se necessária, porém, uma tergiversação. Trata-se da história da UNESCO e justamente sobre suas bases fundacionais. Segundo a historiadora Juliana Assis Nascimento¹⁴, o primeiro diretor geral da UNESCO, *sir* Julian Sorell Huxley, biólogo de formação, tinha uma visão utópica do passado, pontuada por um conceito do tipo universalista sobre a cultura, isto é, o que há de mais comum entre todos os povos da terra. Ela esclareceu ainda que a UNESCO surgiu imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, preocupando-se inicialmente com o patrimônio cultural do tipo material, devido ao fato de cidades terem sido arrasadas com bombardeios durante a Grande Guerra e pela missão (ideológica) para a construção da paz. As cidades precisavam ser reconstruídas e terem suas histórias preservadas, pois pensava-se (secundariamente) também na reconstrução intelectual, cultural e moral para o tempo do pós guerra europeu. E segundo os ideólogos de então, "uma vez que as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz" (UNESCO, 1945).

O temor subjacente a tal ideologia é o retorno de sistemas de governos fascistas e nazistas. A historiadora Nascimento pontuou, além disso, a mudança do organograma institucional com os contextos históricos: se no início havia um departamento de filosofia, este ficou depois subordinado a uma espécie de área das grandes humanidades, que é quando começou a disputa entre os conceitos de “universalismo” (de cunho filosófico) com “diversidade cultural” (advindo pela antropologia), sendo que este último está necessariamente atrelado a um saber técnico para cooperação entre os povos, isto é, tem uma função pragmática.

¹⁴ Comunicação proferida na Casa de Rui Barbosa e que pode ser vista no youtube: NASCIMENTO, Juliana Assis. As políticas patrimoniais da UNESCO e o esfacelamento das utopias da paz mundial – parte 1. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x72HamtPZHg&t=2s>. Último acesso em 10 de dez. de 2018.

Em linhas simples, os fundamentos filosóficos foram sendo deixados de lado ao longo dos anos para maior enfoque quanto a tecnicidade (visão pragmática), com o avanço da antropologia como ciência motora que alimenta essa mesma tecnicidade. Nesse ponto, sobre o pragmatismo, oportuno citar que,

Se tivermos a curiosidade de buscar no dicionário da língua portuguesa a palavra pragmatismo, encontraremos que é uma filosofia de C. S. Peirce"...cuja tese fundamental é que a idéia que temos de um objeto qualquer nada mais é senão a soma das idéias de todos os efeitos imagináveis atribuídos por nós a esse objeto, que possam ter um efeito prático qualquer; que uma proposição é algo referido totalmente à experiência interior humana e o conhecimento deve ser um instrumento a serviço da ação" (GAZOLLA, 2000, p. 8)

A professora Rachel Gazolla, nessa sua apresentação, demonstra os vários entendimentos para a palavra “pragmatismo”, a partir de sua origem grega, e as transformações que sofreu para o entendimento atual. Esse conceito fez parte da cognição e cultura de antanho, para o imbricamento entre pensar, ser e agir,

As coisas e os homens têm sua constituição própria, segundo a *physis* (natureza), e o conhecimento humano está em recolher e interpretar esse modo de ser porque assim é esse ser, o homem, e ao interpretar procura-se abranger, na medida do possível, a comunidade entre o que é, o que se diz sobre o que é, o que se conhece dele e de nós mesmos (GAZOLLA, 2000, p. 10)

Há sempre a questão de perspectiva e resposta ante os problemas que surgem e os problemas que são colocados, na seguinte abstração como exemplo: ao caminhar de pés descalços, pisa-se em uma pedra mais pontiaguda, furando-lhe. Um problema. Surge então a solução: criar um tipo de calçado que proteja/guarde os pés. Mas ao criar esse calçado, ele mesmo representa um problema: haverá sempre recurso para fazê-lo? Haverá como fazê-lo para todas as pessoas que tenham interesse? O que começa com uma solução prática a partir de um costume (*éthos*) de andar descalço, (im)põe um outro a partir de então que é o de andar calçado. Fazer e criar como resposta, prática, como solução imediata, difere também daquele outro tipo de fazer e criar, como esclarece a seguinte passagem,

Já o campo da *práxis* é bem mais amplo que o *poieín*, abarca-o, e as ações, tomadas em sentido amplo, formam o *éthos* dos homens. Desse *éthos*, a técnica tem sua parcela e seu limite como processo produtivo. *Éthos*, como se sabe, é a instância propriamente humana da construção dos valores, fonte dos costumes e normas, e se explicita a partir de três atividades fundamentais humanas: o teorizar, o fabricar, o agir. Diz-se sobre o campo do *poieín* que, implicando nele a técnica, é criativo. É técnica a criação de uma escultura, de um poema, de um sapato, de uma lei, de um remédio. Aquele que cria é nomeado *téchnikós* (demiurgo, artesão, técnico). Assim, dado que *práxis* é ação humana formadora do *éthos*, segue-se que *tá prágmata* são as coisas advindas das ações, e *poiesis*, a próprio ato da fabricação (GAZOLLA, 2000, p. 10)

Alguns dos termos postos acima serão retrabalhados adiante. Mas retornando... quanto aquela questão, sobre qual estrutura conceitual e ou fundamento filosófico/ideológico que rege o IPHAN (e se houve mudanças ao longo do tempo), não foi possível o devido e o detido estudo.

Tanto por carência de fontes, quanto por carência de tempo, bem como por outro ser o objetivo da presente dissertação, embora se admita eventual desdobramento em futuras pesquisas. Em razão disso se registra aqui essa referência.

Não se atribua, outrossim, à palavra “rastros” o que se entende por materialidade e itens palpáveis ao alcance de mãos, conforme demais ciências e disciplinas, como a arqueologia, museologia ou ainda a história, conceituam-na. Outro é o entendimento que será trabalhado aqui. A partir disso haverá o hercúleo esforço de pensar, à maneira própria da tradição filosófica, em suas várias instrumentalizações, ao longo das páginas. Pois, sobre rastro, segue-se a conceituação do filósofo francês Jacques Derrida,

colocar esse privilégio em questão e propor um conceito de rastro ou de texto que não fosse delimitável como escrita alfabética, como escrita sobre a página, como escrita em um livro. O rastro é a própria experiência, em toda parte onde nada nela se resume ao presente vivo e onde cada presente vivo é estruturado como presente por meio da remissão ao outro ou à outra coisa, como rastro de alguma coisa outra, como remissão-a (DERRIDA, 2012, p. 79)

E complementa-se com,

O mal está feito há muito tempo e por muito tempo. Ele consistiria nesta palavra, ele se resumiria sobretudo nesta palavra, o animal, que os homens se deram, como na origem da humanidade, e se deram com o fim de se identificar, para se reconhecer, com vistas a ser o que eles se dizem ser, homens, capazes de responder e respondendo em nome de homens” (DERRIDA, 2002, p. 62)

E justamente por esse caráter, o de responder, que Derrida monta sua abstração acerca de uma das definições sobre a pergunta “o que é o homem?”, mas na relação direta sobre o que o diferencia dos animais, arguindo, aquele que responde,

Que este animal pareça falar aqui português e não seja menos tolo por isso, poder-se-ia farejar o rastro disso a partir desta primeira questão: "O animal que eu sou, fala?". [...] Vai-se tratar muito da questão da resposta, logo, e sem dúvida procurarei subentender que não se poderia tratar a suposta animalidade do animal sem tratar a questão da resposta, e do que *responder* quer dizer. E *apagar-se*. (DERRIDA, 2002, p. 63, grifos do autor)

Mas o caminho seguido por ele deveu-se pelo fato (questionador) não tanto do rastro, mas de sua rastreabilidade, isso é: o de que alguma coisa inserida com o atributo humano no contexto de civilização e cultura dentro de qualquer comunidade; alguma coisa se deixa (ou se realiza?) que minimamente permita o seu rastreio ou falar sobre. Nesse intuito, rastreia-se o patrimônio cultural na perspectiva interpretativa, como espécie de hermenêutica, pois,

A compreensão do sentido torna-se explicitação articulada, da qual deriva um enunciado que é formalizado. A cada uma dessas operações corresponde níveis lógicos precisos. Porém, a filosofia faz o caminho inverso: ela recoloca as línguas formais nos enunciados, os enunciados nas explicações e a explicação na compreensão de um ser que se orienta no Ser. A filosofia é retorno, questão às avessas (Rückfrage), faz retornar os objetos formalizados à rede ontológica constituída pelo sentimento de situação: a projeção de nosso ser e o poder de falar. (RICOEUR, 2017, p. 91)

Substitua-se ‘Ser’ (maiúsculas) por patrimônio cultural e tem-se a afirmação da proposta desta dissertação, pois o buscado é a compreensão do sentido para avançar o pensamento, conforme já dito. E ainda com Ricoeur, esclarece-se o seguinte,

A hermenêutica consiste, então, em “desocultar” alguma coisa que foi ocultada ou esquecida. Este sentido amplo, apresentando uma relação entre “ocultar” e “mostrar”, é bastante clássico. Todo trabalho filosófico é sempre trabalho de interpretação e não somos nós que interpretamos, mas toda linguagem interpreta a realidade, visto que toda linguagem consiste, não em dizer algo, mas em dizer algo sobre algo, que é o ato do juízo predicativo. (RICOEUR, 2017, p. 93)

Mas aquela atitude de rastrear (mencionada mais acima) revela-se problemática, pois,

Contaminado pela Metafísica, o pensamento racional, de ordem representativa, é incapaz de seguir o rastro do não pensado e de desenvolver o que ainda resta a pensar. Somente o pensamento afim à poesia estaria apto a fazê-lo, descobrindo o ser nos filósofos que desdenham o sistema e no dizer-mostrar da palavra dos poetas. (NUNES, 2000, p. 125)

Guarde-se isso: esse “pensamento afim à poesia” (NUNES, 2000). Junto com “falar sobre” e “seguir o rastro do não pensado” é o ponto importante para os caminhos aqui escritos e descritos, pois são essas as considerações iniciais: o patrimonial da cultura (sic) é uma das respostas que o homem deixa (e escolhe), estes rastros visibilizados, que se viabilizam, de sua presença no mundo. Que permitem, conforme já dito, o seu rastreio. São as marcas visíveis de uma “memória” que ganham alguma forma se materializando¹⁵. Quer-se, portanto, registrar mais uma possível “teoria” acerca do patrimônio cultural que não o deixe preso processualmente a questões afetivas, mas sim efetivas. Teoria, enquanto conceito, entendida da seguinte maneira,

Quanto à *theoria*, do verbo *theorem*, trata-se da ação contemplativa, do ver com pensamento, do ver de modo amplo, de modo a refletir sobre o conjunto do que vê e dizê-lo. (...) Por exemplo, sendo Zeus o deus de larga visão, também o homem teórico tem a larga visão, a teoria que o aproxima do divino, pois que é nessa atitude que ele relaciona e considera o que se dá a contemplar como multiplicidade e transforma qualitativamente tal multiplicidade em unidade. A teoria não incide diretamente na prática, mas indiretamente, informando-a sobre o que a transcende, tendo dela saído enquanto multiplicidade para depois transcendê-la pela unidade. Pode-se dizer que para os pensadores gregos não há ação a ser executada que não tenha um fundamento teórico, quer se saiba desse fundamento, quer não (GAZOLLA, 2000, p. 11)

Se haverá uso ou utilidade para todas as considerações aqui elencadas, teoria proposta ante um problema posto, escapa-me o escopo, pois de outra maneira o pensamento e a memória podem ser agarrados, capturados, armazenados e, na insistência do termo, registrados. De igual modo procura-se seguir com as argumentações, evitando cair em certo "autoritarismo conceitual" (GONDAR, 2005, p. 12), pois ao menos para “o conceito de memória, mais

¹⁵ A questão material x imaterial será melhor falada em momento oportuno.

rigorosamente, é produzido no entrecruzamento ou nos atravessamentos entre diferentes campos de saber” (GONDAR, 2005, p. 13).

O distinto capítulo bem poderia seguir ao modo questionador do grande vulto histórico que foi Sócrates, com a pergunta (já feita) “o que é isto?”, acrescentando a esta frase a palavra patrimônio ou mesmo memória: o que é isto, patrimônio? O que é isto, memória? O que é isto, que é dito, quando se fala patrimônio?

Porém, como ponto de partida do presente trabalho, escolhe-se uma gênese, uma certa mitologia, como na originária mitologia grega, registrada por vários aedos¹⁶ e poetas com nomes consagrados e marcados na memória de seu povo, chegando aos dias atuais. Homero e Hesíodo são estes nomes, embora outro nome que citaremos aqui, e mais algumas vezes ao longo da dissertação, seja igualmente importante para o campo da Cultura e seu registro enraizado no passado (mas sempre apontando o futuro). É ele o nome do poeta Simônides de Ceos, devido a lenda que esclarece a “anamnese” (ação de lembrar) por ele promovida. Aproveita-se para transcrever a lenda abaixo, citando-se a professora e historiadora alemã, Aleida Assmann,

Sobre esse Simônides conta-se que o boxeador Skopas lhe destinou a tarefa de honrá-lo com um poema durante uma festa em sua casa. O poema que Simônides apresentou aos convidados em honra de Skopas, porém, não foi bem aceito pelo mecenas, pois continha, como é de praxe na tradição lírica, além do louvor ao destinatário, uma longa passagem sobre os deuses, neste caso os dois dióscuros Castor e Polideuco. Skopas reagiu sarcasticamente, dizendo que Simônides só receberia metade do combinado pelo poema, e que deveria buscar a outra metade, se quisesse, junto aos deuses cantados com tanta eloquência. Nesse momento, o poeta grego é chamado para fora da casa, pois dois desconhecidos perguntaram por ele à porta. Simônides se dirige ao exterior da casa, mas não encontra rastro das ditas pessoas. Nisso, ocorre um desastre: o salão de festas de Skopas desaba e sepulta o anfitrião e seus convidados em suas ruínas. Simônides recebeu, então, o pagamento dos deuses por ser o único sobrevivente da catástrofe, mas a história não acaba aí, pois o poeta foi necessário uma vez mais, porém não para prover fama e louvor, e sim para proceder à memorização dos mortos. Isso não poderia ocorrer sem a identificação dos mortos. Simônides havia memorizado a ordem exata em que os convidados estavam sentados, e por isso tinha condições de dizer o nome de cada um dos mortos, mesmo mutilados pelos escombros. Com os corpos identificados, os parentes poderiam então honrar seus mortos, enterrá-los apropriadamente e ter a certeza de ter reclamado o corpo da pessoa certa. (ASSMANN, 2015, p. 40)

Guarde-se o entendimento acima e siga-se, por enquanto, com o poeta Hesíodo. Ele deixou por legado sua Teogonia, poema que descreve o mito cosmogônico sobre a criação do mundo e dos deuses. Na Grécia antiga o poeta principiava cantando as musas, principalmente a mãe de todas elas, Mnemósina, para não apenas buscar inspiração, mas também referências mnemônicas. O professor Jaa Torrano em seu ensaio intitulado “O Mundo como Função de

¹⁶ Na Grécia Antiga, aedo era o cantor das epopeias, sendo Homero o mais famoso, por ter composto *A Odisseia*.

Musas” (1995), apresentado como texto introdutório à tradução que fez da Teogonia de Hesíodo, esclarece que “o poeta, portanto, tem na palavra cantada o poder de ultrapassar e superar todos os bloqueios e distâncias espaciais e temporais, um poder que só lhe é conferido pela Memória (Mnemosyne) através das palavras cantadas (Musas)” (HESÍODO, 1995, p. 11).

Fruto de uma tradição oral, foi preciso desenvolver técnicas de memorização dos versos, para melhor submeter as histórias aprendidas ao deleite público, e também para que outros poetas a cantassem, permanecendo assim constante ao longo do tempo, resistindo-lhe. Mais ainda, o mesmo professor Torrano esclarece que,

Fecundada por Zeus Pai, que no panteão hesiódico encarna a Justiça e a Soberania supremas, a Memória gera e dá à luz as Palavras Cantadas, que na língua de Hesíodo se dizem Musas. Portanto, o canto (as Musas) é nascido da Memória (num sentido psicológico, inclusive) e do mais alto exercício do Poder (num sentido político, inclusive). (HESÍODO, 1995, p. 11)

O poeta, mais ainda, cumpria a função de uma espécie de “banco de dados”, já que inserido em uma cultura de tradição oral (a escrita só viria alguns séculos depois), assimilando o que ouviu falar ou aprendeu. Nesse ponto, memória e poesia estão intimamente ligadas, por uma questão ligada também a *fama*, uma característica cultural e mnemônica da sociedade Grega antiga,

Os poetas eram reconhecidos como eternizadores e, com isso, desfrutavam de grande glória como os senhores da (segunda) vida e da morte. O poeta, como um funcionário da fama, inscreve os nomes dos heróis diretamente na memória da posteridade. A glória, originalmente um privilégio dos governantes, foi democratizada na Grécia através de incentivos à competição. Essa expansão revolucionária da memória cultural deixou as mulheres categoricamente de fora (ASSMANN, 2015, p. 43)

Ressalte-se a última frase, “deixou as mulheres categoricamente de fora” (ASSMANN, 2015). Acrescente-se o fato apontado que “ainda que as mulheres possam ocupar, na sociedade contemporânea, outros espaços que não o de esposa ou prostituta, podendo exercer uma série de outras atividades, vamos perceber que essa linha tênue que nos separa entre “boas” e “más” segue existindo (PRADA, 2018, p. 77) e já fica antevista a questão perseguida como metáfora nessa dissertação.

Sobre a questão dos poetas e a sociedade ao qual estavam inseridos e sua importância, a citada professora Aleida Assmann descreve o seguinte,

O conteúdo desse templo da memória é fornecido pelos feitos memoráveis dos antepassados heroicos, que também aqui — como na poesia — não são registrados porque aconteceram, mas porque foram cantados ou recitados. Os arautos desses feitos são os “contadores” da memória, os que determinam seu “fluxo de caixa” [...] em uma cultura anterior à escrita os “mediadores” (termo empregado por Krzysztof Pomian) não são os livros, mas os bardos. Podemos, também, chamá-los “armazenadores de dados”, e é exatamente assim que eles são vistos, ou seja, como pilares da matéria destinada à fama. Da mesma maneira que os heróis dependem dos poetas, estes também dependem da Fama (ASSMANN, 2015, p. 49-50)

Essa “matéria” é a memória, espécie de recurso que o vate grego se vale pela *mnemotécnica*. É a informação que fica registrada/guardada em algum lugar. Mas quanto ao sentido poético, o professor paraense Benedito Nunes explana que,

Embora seja outra a verdade operante da arte, técnica e arte, que se opõem entre si pelo que em cada uma é descoberto, aparentam-se porque ambas resultam de um produzir, de um *producere*, que é inerente à *poiesis*. Antigamente, observa Heidegger (1954b, p. 27), dava-se à arte o simples nome de técnica. “A poesia das belas-artes também se chamava técnica”. (NUNES, 2000, p. 125, grifos do autor)

Por “descoberto” pensa-se a partir de suas palavras próximas, como desvelado, desencoberto, desocultado, esse manto removido do calar (*tego*¹⁷) que a tudo cobre, acoberta. Pensam-se tais palavras como atos de uma possível gestão de cariz poético, isto é, para eventual pesquisa e preparo do objeto que será patrimonializado, deve-se averiguá-lo (munido e municiado dessa atitude poética) para que se observe o *tego* que impedia o vir à tona, ou em linguagem mais simples, as ditas questões sensíveis ou indesejáveis¹⁸.

Durante as práticas cotidianas realizadas na condição de bolsista, observou-se que o conceito “indesejável” figura como espécie de grau máximo, ou seja *tego*, para quem gesta/gestiona (gestor da memória). Observe-se, ademais, o alcance da palavra gestão e suas proximidades semânticas¹⁹, portanto, fecundas, que não é gerir como quem dá a luz, mas antes a relação conceito/concebido, captado, de tomar o fecundante e lançar ao futuro (projeção²⁰) através da prospecção; memória prospectiva. E nisso há sempre algo que resta e escorre; vestígios.

Quanto o sentido político, o professor Nunes esclarece que a,

Vontade política e vontade poética unem-se na decisão de Heidegger de oferecer ao povo alemão, em Hölderlin, um outro fundador, com quem “podemos aprender quem somos”, preparando-o, com a terra natal, para esses deuses e semideuses que virão, e a que se referem, consagrando a linguagem como matéria da poesia e assim também como a procura de uma nova linguagem (NUNES, 2000, p. 113)

E o professor destaca ainda três pontos retirados do livro de Heidegger, em que este faz um “gesto”, político, após perceber que Hölderlin “ainda não se tornou potência na história de nosso povo” (HEIDEGGER, apud, NUNES, 2000, p. 113). Heidegger elenca Hölderlin não apenas a partir de suas qualidades e fazeres de/e enquanto poeta, mas justamente por antever

¹⁷ Conforme explicação anterior: de limite imposto, de palavras acobertando/calando outras palavras.

¹⁸ O termo “indesejável” é recolhido do livro *Os Indesejáveis* da professora doutora em história Lená Medeiros de Menezes. Nesse livro ela esclarece que originalmente era um termo utilizado para as classificações diplomáticas dos cidadãos que o Brasil aceitaria ou não, sendo posteriormente ampliado o seu uso para categorias sociais de pessoas, como os outrora escravizados, punguistas, pobres, cafetões, prostitutas.

¹⁹ É que a palavra semântica advém do grego *σημαντικός*, *sēmantiká*, derivado de *sema*, sinal. Dessa mesma origem tem-se *sēmen*, donde semente.

²⁰ O uso do hífen serve para demonstrar (chamar a atenção sobre) a aglutinação das palavras e seus sentidos implícitos.

tudo o que poderia surgir daí, as consequências como “podemos aprender quem somos’, preparando-o, com a terra natal, para esses deuses e semideus que virão” (NUNES, 2000). E de certo modo o próprio Heidegger se torna poeta ao elencá-lo. De igual sentimento nutre-se este presente capítulo.

Até aqui abriu-se o panorama de algumas palavras. Ainda assim elas precisam de maior ênfase neste começo. São elas, de maneira subjacentes, a poética, a técnica, a potência. Essas três servem não como escasso combustível que em dado momento histórico secou nas bombas ante o consumo irrefreável de uma classe (i)motora e sua prática de precificação, mas antes como bases e alicerces para melhor manter e pavimentar o caminho pretendido nas aproximações e abstrações entre memória e patrimônio cultural. E junto com elas, à “espreita”²¹ (ou como *épuras*²²), ainda outras duas palavras serão indiretamente abordadas neste trabalho, a saber: a Morte, o Tempo. E permanecerão nesse modo subentendido, como sombras que todo objeto quando iluminado mantém. Afinal é sempre de filosofia, hermenêutica e interpretativa, que se trata esse trabalho dissertativo.

As três palavras, poética, técnica e potência, surgiram devido à postura inerente ao fazer próprio da filosofia, mas no contexto relacional e direto com o tema do patrimônio cultural no interior do IPHAN. Sendo a filosofia, conforme já escrito e que repete-se aqui, um “retorno, questão às avessas (*Rückfrage*), faz retornar os objetos formalizados à rede ontológica constituída pelo sentimento de situação: a projeção de nosso ser e o poder de falar” (RICOEUR, 2017).

Esse retorno ocorreu (explica-se mais), graças ao convívio diário no interior da então COPEDOC e das constantes observações feitas durante as práticas supervisionadas.

Por conta do processo de *seleção* das palavras que compõe o dicionário IPHAN de patrimônio cultural, que opera no viés de exclusão/inclusão, houve a preocupação sobre os critérios norteadores. E ante tais critérios estendeu-se as dúvidas para toda a prática patrimonial, com a pergunta: por que se inclui o que se inclui e por que se exclui o que se exclui? Caiu-se assim em questões axiológicas, valorativas, mas dentro de bases argumentativas com seus respectivos fundamentos, ou dito de outra maneira e referencial, “a questão de inclusão de algo ou na memória de curto prazo do mercado literário ou na memória de longa duração dos textos

²¹ Em estágio inicial, busca-se a conceituação desse termo. A palavra aparecerá várias vezes ao longo do texto, sempre na tentativa de: um dizer-sobre aquilo que se aproxima de modo vago ou que por aí vagueia.

²² *Épura*, uma categoria elementar, é, sumariamente, a representação de qualquer figura tridimensional pela sua projeção num único plano. Se consegue isso pelo rebatimento do plano vertical sobre o horizontal, o que cria aquele plano único - denominado *épura*. (SANTOS, 2004, p. 7)

culturais canônicos depende das instituições sociais da consagração e da excomunhão, da honraria e do ostracismo” (ASSMANN, 2011, p. 66).

Pois bem. Há um gesto inaugurado e ignorado pelos gestores do patrimônio, a saber, a dimensão poética. Trata-se das narrativas encontradas no processo de patrimonialização ou da relação da comunidade com seu bem valorado, mas no intuito, mais abstrato e de outro nível de relação cultural. Como exemplos, tem-se: cheiros, relações afetivas e/ou profissionais, cores. Eis, de outra maneira apresentada, a proposta já exposta. Se for seguido o caminho pela definição essencial de técnica, sabe-se de antemão que não há uma técnica para o patrimônio cultural, mas antes normas e orientações. Ao menos não há se o referencial para todo o processo de patrimonialização partir das observações (essencialistas, ontológicas) do chamado “filósofo da Floresta Negra”, Martin Heidegger,

A essência de algo vale, segundo antiga doutrina, pelo que algo é. Questionamos a técnica quando questionamos o que ela é. Todos conhecem os dois enunciados que respondem à nossa questão. Um diz: técnica é um meio para fins. O outro diz: técnica é um fazer do homem. (HEIDEGGER, 2007, p. 376)

Se a busca for pela essência do patrimônio cultural, deve-se então perguntar: é ele um meio para qual fim? É ele um fazer do homem? Pois nessas perguntas estão embutidas a questão da finalidade ou destino (o que em filosofia aprende-se como *télos*), esse caminhar-para, comprometimento e teleologia, do patrimônio cultural. Por outro lado pergunta-se ainda se há uma ontologia para a prática estatal? Se sim, qual seria?

Inicialmente, como resposta da pesquisa desenvolvida, tem-se inicialmente que não há, por si, uma técnica para o patrimônio cultural, consistindo meramente uma escolha arbitrária sob o aval do Estado em ato discricionário e administrativo do poder Executivo a partir de testemunhos (ou “motivos” e suas muitas materializações/produções) oriundos do seio de uma comunidade reconhecida ou lembrada, de maneira piedosa, pelo Estado²³, em

²³ Segundo Assmann: “A memoração dos mortos tem uma dimensão religiosa e outra mundana, que se opõem entre si como *pietas* e fama. Piedade é a obrigação dos descendentes de perpetuar a memoração honorífica dos mortos. Piedade é uma coisa que somente os outros, isto é, os vivos, podem ter pelos mortos. Já a fama, isto é, a memoração cheia de glórias, cada um pode conquistar para si mesmo, em certa medida, no tempo de sua própria vida” (ASSMANN, 2015, p. 37). Nesse intuito, embora muitos bens registrados e tombados se dêem pela “memoração cheia de glórias”, a prática estatal é, em si, um ato “dos descendentes de perpetuar a memoração honorífica”. Claro está que o entendimento aqui exposto foi expandido para além da exclusividade dos vivos. Seja como “fama” ou como “*pietá*”, estes dois tipos culturais sobre como proceder com os gestos de memorizar, tornar memorável, podem encaixar-se perfeitamente nas discussões que perpassam o patrimônio cultural, em seu primeiro sentido que é o de preservar para que não desapareça e não seja esquecido (por isso se escreve que é um piedoso ato de memória do Estado), mas também como agência de publicidade e educação para que, não apenas os membros da comunidade, na qual o bem encontra-se inserido, conheça melhor para melhor cuidar, mas também a todos os cidadãos naquela instância administrativa (municipal, estadual ou federal) e, nesse sentido, trata-se da fama enquanto fomentadora de glórias, para promover o turismo etc. Aproximações são possíveis.

dispositivo/mecanismo que também assemelha-se a produção dos poetas gregos como agentes imortalizadores pela fama.

E se não há um meio para um fim (no sentido direto de *télos*, isto é, não se produz/cria/realiza algo para virar patrimônio cultural), tampouco haverá um fazer do homem, pois é isso uma resultante de operações, com atribuições de valor, em que após algum tempo elas são elencadas e separadas por critérios. Como exemplo, HEIDEGGER (2007, p. 378) diz que “O que nós denominamos causa <*Ursache*>, os romanos causa, significa para os gregos $\alpha\tau\iota\omicron\nu$, o que compromete <*verschuldet*>uma outra coisa. As quatro causas são os modos de comprometimento <*Verschulden*> relacionados entre si”. O filósofo abstrai aqui a questão entre um recurso e sua consequência de uso a partir da ideia, localizada esta no plano da perfeição platônica: o aço, amorfo, é causa do/para talher (garfo), o qual é a causa (está comprometido) com o como se alimentar. São abstrações que versam também sobre as relações entre a causa e a consequência, causa e efeito.

A causa e consequência, no contexto operado pelo IPHAN, diz respeito à organização jurídico administrativa do Estado na relação direta com a produção cultural dos cidadãos quanto os seus rastros (eventos passados), com o que se compreender como passível de desaparecimento por uma ótica de valoração histórica (isto é, como registro material pela via documental) ou de valoração antropológica (diversidade cultural), gerando assim um processo burocrático. A respeito disso a eminente professora (e antiga procuradora do município do Rio de Janeiro) Sonia Rabello de Castro esclarece que,

Ao contrário dos atos legislativos, os atos administrativos sempre terão o motivo, que deve ser compatível com a sua previsão legal; e o motivo é, portanto, elemento essencial à validade do ato administrativo. Por isso, diz-se que o tombamento é um ato administrativo, um ato da Administração Pública, pois essa é a forma legal do seu procedimento previsto na lei nacional que o instrumentaliza: o Decreto-lei nº 25/37. (RABELLO, 2015, p. 9)

Certo que a eminente professora refere-se, por força e imposição do termo “tombamento”, à categoria tida como “material”, mas o caráter de “ato administrativo” é, em essência, o mesmo para a categoria “imaterial” e outras maneiras do Estado através do poder executivo seguir na função tutelar de preservar o que restar entendido como bem cultural na perspectiva de especialistas ou com o aval final de especialistas, constituindo, apesar de tudo, uma específica linguagem autorizada²⁴.

²⁴ Sobre linguagem autorizada, esta dissertação remete-se ao sociólogo francês Pierre Bourdieu em seu livro *A economia das trocas simbólicas*. Sabe-se, entretanto, que Laurajane Smith produziu textos muito bons sobre o discurso autorizado, mas que não serão utilizados aqui, neste trabalho.

Para esta pesquisa o entendimento sobre o patrimônio cultural é de que ele faz parte de um sistema ou circuito, ou seja: é antes um tipo de algoritmo a ser seguido com a ordinalidade que o constitui; são passos e pontos que devem ser cumpridos para que o próximo seja alcançado e assim por diante.

Chegou-se a tal conclusão após amplo cotejamento entre os mais diversos textos analisados sobre memória, recordação, esquecimento (chaves de inclusão e de exclusão), somadas ainda com as práticas cotidianas na instituição. Um texto, dentre os vários cotejados, foi o que definiu e auxiliou no encontro de três termos específicos que se destacavam com alta ocorrência e proximidade entre todas as fontes bibliográficas apreendidas. O texto é o *Memória, Esquecimento, Silêncio* e seu autor é o sociólogo Michael Pollak. Já os termos alcançados: “comunidade”, “testemunho”, “patrimônio”. Observou-se um nexos causal entre eles que permite uma boa base para futuros questionamentos. Mais ainda, para maior aprofundamento e compreensão, outros termos foram acrescidos em diagrama anexo, mapa mental.

Eles compõem este circuito ora proposto, que funda e serve de fundamento para toda a pesquisa da presente dissertação, é apresentado em diagrama (figura 1) na página seguinte. Agrupados os termos por cores, nem todos serão analisados ou apresentados. O grupo colorido em vermelho é o que será mais bem desenvolvido no capítulo a seguir. São os termos que municiam toda a discussão aqui presente: comunidade, testemunho e patrimônio. Para maior facilidade de compreensão, considere-se o capítulo como uma espécie de parêntesis, pausa necessária para embasar ainda mais os argumentos tramados ao longo do texto.

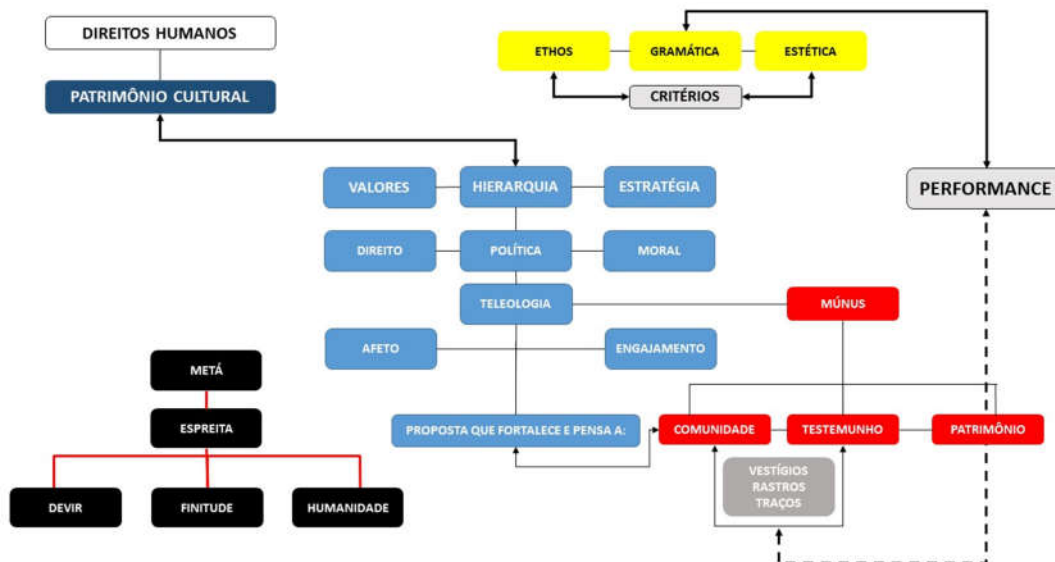


Figura 1 mapa mental elaborado pelo autor

Capítulo 1.2: Filosofia no patrimônio: *munus, moneo*

As palavras igualmente possuem rastros. E os dicionários servem como que um ponto de partida para análises sobre os contextos em que elas aparecem assim como suas eventuais ressignificações. Isso escrito, a palavra patrimônio e demais correlatas serão investigadas e repensadas de acordo. No auxílio dessa investigação (e interpretação) utilizar-se-á o Dicionário de Latim de Francisco Torrinha (1947) e as acepções nele contidas. O que se quer são ampliações das ideias inerentes em cada palavra e também os seus alcances e contextos.

Importante, porém, uma breve observação: no Dicionário IPHAN do patrimônio cultural, essência da prática supervisionada para o qual este bolsista concorreu e foi convocado, constam dois verbetes, sendo eles: Patrimônio Imaterial, escrito por Letícia C. R. Vianna, e o outro Patrimônio etnográfico, redigido por Ana Gonçalves. Salienta-se que as duas pesquisadoras são egressas do curso ciências sociais. Em ambos os textos a clareza quanto à pesquisa histórica e consequências ao longo do tempo, com ressignificações do entendimento sobre eles. Ressalte-se ainda que nos referidos textos o termo “patrimônio” vem sempre acompanhado por um outro, não sendo pensado de maneira isolada, pois conforme Viana,

O conceito de patrimônio, na cultura ocidental moderna, de modo geral, se refere a uma gama de coisas, bens de grande valor para pessoas, comunidades ou nações ou para todo o conjunto da humanidade. Patrimônio cultural remete à riqueza simbólica, cosmológica e tecnológica desenvolvida pelas sociedades, e que é transmitida como herança ou legado. Diz respeito aos conjuntos de conhecimentos e realizações de uma sociedade ou comunidade que são acumulados ao longo de sua história e lhe conferem os traços de sua identidade em relação às outras sociedades ou comunidades (VIANNA, *online*, 2016)

Já no texto de Gonçalves, esta faz referência “as concepções presentes no anteprojeto de Mário de Andrade foram incorporadas ao Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que ainda hoje organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional” (2016). Nenhum deles, porém, deu ênfase a questão da memória enquanto armazenamento, atrelado ao contexto de informação adquirida (FLUSSER, 2014). E nessa perspectiva o título do presente capítulo explicita os argumentos a seguir.

O diagrama apresentado (figura 1), como possível proposta, foi elaborado tendo por ideia uma estrutura de algoritmo e ordinalidade, isto é: procedimentos que devem ser seguidos para que se alcance um determinado fim (*télos*). E por que possível? É que durante o período das práticas cotidianas não foi possível montar e tornar mais claras as rotinas inerentes que culminam com o tombamento (ou mesmo o registro) de algo valorado em bem cultural. Não foi possível conhecer toda a ‘cadeia de produção’ da ponta do cidadão que solicita o tombamento

ou resguardo do bem cultural até sua chancela por parte do Estado, passando por todos os trâmites processuais. Por conta disso a preocupação investigativa recaiu sobre os aspectos que municiam os conceitos aqui elencados anteriormente: comunidade, testemunho, patrimônio. O que municia (*munus*) cada um dos conceitos é a memória (*moneo*).

Nesse ponto, outra observação faz-se necessária: em que pese o acima exposto, o servidor público do Departamento de Patrimônio Imaterial, Pedro Clerot, em e-mail de janeiro de 2018, um ano e quatro meses depois da turma de 2016 ter começado, obteve junto a servidora Carolina Di Lello Jordão Silva, Coordenadora-geral de Identificação e Reconhecimento, DEPAM, o trâmite para o tombamento no IPHAN (espécie de resposta padrão para as dúvidas), o qual o transcrevemos na íntegra, com sua autorização, em itálico:

O tombamento é um instrumento que pode ser aplicado por todas as esferas do executivo, seja municipal, estadual ou federal. Cada ente estabelece seus instrumentos por meio de lei própria que regula o processo de valoração e reconhecimento como patrimônio cultural. Isso porque há bens que tem relevância local, e por isso cabe um tombamento municipal, outros tem relevância regional, o que pode resultar em tombamento estadual e por fim, os bens de relevância nacional, que são reconhecidos pelo IPHAN.

No caso do tombamento federal, lembramos que todo e qualquer cidadão pode solicitar o tombamento de um bem pelo IPHAN, mediante apresentação de pedido formal com identificação, localização do bem e preferencialmente com justificativa para tal reconhecimento.

As etapas do tombamento são:

- 1. Análise do pedido*
- 2. Elaboração de estudos técnicos – se fundamentado resulta em Tombamento provisório*
- 3. Avaliação do Conselho Consultivo – se aprovado resulta em Tombamento definitivo*

O pedido deve ser entregue à Superintendência do IPHAN na unidade federativa em que o bem se encontra. Esse pedido será transformado em processo de tombamento da série T e será instruído para análise da pertinência da proposta de tombamento federal. Ao longo do processo também será analisado o estado de conservação do bem, assim como os agentes responsáveis por sua conservação, na eventual aprovação do tombamento.

Após instruído, caso a análise técnica tenha recomendado o tombamento, será publicada a notificação do tombamento provisório, enquanto o processo aguarda análise do

Conselho Consultivo, instância formada por instituições federais, sociedade civil e notórios saberes, responsável por deliberar em relação à proposta de tombamento.

A partir da publicação da notificação de tombamento provisório, os interessados tem o prazo de 15 dias para apresentar ao IPHAN o pedido de impugnação que será analisado pelo conselho junto com a análise da proposta de tombamento.

Após decisão do conselho consultivo é publicada o Aviso de tombamento em Diário Oficial e dessa decisão não cabe impugnação.

Uma vez tombado caberá ao proprietário, seja particular ou poder público, manter o bem em bom estado de conservação para as futuras gerações. Além disso, a administração pública também tem o dever de preservar o patrimônio. Por exemplo, os instrumentos urbanístico, elaborados pelos municípios, devem considerar parâmetros de preservação para os bens reconhecidos, seja pelo estado ou pelo IPHAN.

O tombamento se desdobra em ação de fiscalização, o que vale dizer que para realizar intervenção em bem tombado, o proprietário deverá ter autorização do IPHAN, sob pena de ser autuado e multado caso não seja cumprido este requisito.

Para orientar a intervenção, o Iphan elabora normas de intervenção (para conjunto urbano) ou planos de conservação (caso seja imóvel individual), não isentando da necessidade de solicitar autorização ao Iphan.

Espero ter respondido às questões e fico à disposição para demais esclarecimentos.

Att.

Após o quê, várias dúvidas: o que determina a relação entre as instâncias dos poderes executivos (federal, estadual e municipal)? Que distinção relevante se faz entre as esferas desses poderes? Como é feita essa análise do pedido? Por quem? Como ocorre esses estudos técnicos? Como são elaborados? Quem fundamenta a fundamentação ou lhe dá o aval? Sobre o conselho consultivo, o que determina, segundo o site do IPHAN, uma pessoa ser notável sem que essa determinação seja excludente de outros saberes que, desviando-se da norma, sejam taxados de não-notáveis? As dúvidas permanecem.

Além disso, extrapolando os processos que ocorrem no interior do IPHAN, pesquisou-se sistematicamente por respostas que direcionaram a presente pesquisa para textos e artigos mais pertinentes ao campo jurídico-administrativo, dos quais citam-se aqui os seguintes parágrafos,

pode-se resumir o processo administrativo (compulsório) do tombamento nos seguintes atos: instauração do processo, notificação ao proprietário (quando não é ele que dá causa à instauração), impugnação, manifestação do órgão que tomou a

iniciativa do tombamento, instrução, relatório, decisão pelo órgão técnico (Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, órgão do IPHAN, tratando-se do âmbito federal), homologação pelo Ministro da Cultura e inscrição no Livro do Tombo. (BERTI, *online*, 2015)

Ou ainda,

Resumidamente, após a solicitação do interessado, é aberto um guichê, que é encaminhado para o corpo técnico para que este dê seu parecer acerca da abertura ou não do processo de tombamento. Na sequência, o processo segue para um conselheiro relator [...], que emite seu parecer e encaminha para apreciação dos demais conselheiros. Se a deliberação for negativa, não se forma o processo e o guichê é arquivado; posicionando-se a favor, abre-se o processo e dá-se início aos estudos para o tombamento. Neste momento, o proprietário é notificado e o bem já passa a ter por proteção os efeitos do tombamento. O processo volta para o corpo técnico, que deve proceder aos estudos detalhados que fundamentarão a decisão do Conselho; pronta esta etapa, é encaminhado para um conselheiro relator e depois submetido à votação do pleno. Decidindo-se pelo não tombamento, arquivam-se; com decisão favorável, o proprietário é notificado e tem quinze dias para contestar. Por fim, caso não seja acolhida a contestação, ocorre a efetivação do tombamento, que acontece por meio de uma resolução do Secretário da Cultura, publicada no Diário Oficial do Estado. Posteriormente o bem é inscrito no respectivo livro do tomo (ARAÚJO, 2016, p. 202)

E finalmente a publicação do IPHAN, A Carta ao Cidadão (IPHAN, 2014, pg. 13), contém as informações e requisitos para acesso aos serviços de tombamento, valoração, chancela, cadastramento de bens arqueológicos, registro de bens culturais de natureza imaterial e Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Porém cada um destes tópicos menciona que o Instituto dará início a uma "instrução processual" ou a um "processo administrativo" (IPHAN, 2014), mas não descreve em nada, justamente, esse processo: como ele é feito, seus critérios inerentes. Por conta, até que ponto a subjetividade de quem analisa e dá seguimento ao processo interfere no mesmo? E finalmente a pergunta que norteia e determina o presente trabalho: qual tipo de memória é excluída como rejeição (com o sinal de rejeito), devido a valores inerentes em uma sociedade (preconceitos, moralismos)? Busca-se, nesse intuito, o avanço das ideias e suas possibilidades de uso.

Retornando a discussão sobre o que municia a ideia de patrimônio cultural, por ser esse o versar da filosofia (o trato das ideias), observa-se que os processos referidos são abstrações jurídico-administrativas, pautadas inclusive por questões-base como a *temporalidade*, estando presente no decreto lei que inaugura, em âmbito federal, a questão no Brasil,

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937)

A temporalidade está presente no decreto pelos termos “histórico” ou “fatos memoráveis da história”, como um valor em si. Soma-se a isso os valores sociais, em que estes estão organizados em hierarquias, gradações, indo de um menos para o mais, do mau ao bom, na

chamada escala axiológica. E sobre esses valores falar-se-á em outro momento, pois outros serão os argumentos aqui apresentados para a relação entre o *múnus* e o *moneo*; entre a memória e o que a munícia.

Embora historicamente a filosofia comece com Sócrates e seu questionamento sobre ‘o que é isso?’ (HEIDEGGER, 1999), na aproximação com o campo patrimonial outro ponto de partida foi escolhido. A necessidade de compreender o fluxo dos processos (cadeia de produção) envolvendo o campo patrimonial guiou o intelecto para a necessidade de se enxergar o caminho e seus pontos, constelados ou não, em dado céu, ou seja *tego*, dada cobertura, ou seja *tego*, que se em tempos idos orientou brava gente em avanço marítimo, de igual feita buscase na atualidade sinais de alguma maneira similares, cuja mirada torna-se mais clara com a seguinte passagem,

Uma perspectiva filosófica subscreve quase na totalidade esta afirmação. Contudo, não é tarefa da filosofia encontrar soluções, respostas que possam ser consideradas verdadeiras, como afirma Ravoux; antes propostas de abordagem que façam sentido e hipóteses de trabalho, linhas de investigação que se mostrem pertinentes e relevantes no âmbito do contexto da investigação em curso. Ao contrário da ciência, a filosofia não visa explicar, mas compreender. (FIGUEIROA-REGO, 2015, p. 89)

Eis de novo a questão justamente sobre o caminho que se quer caminhar, ao qual muito bem apresenta Heidegger em seu texto “A Questão da Técnica” (2007), apresentado originalmente como uma conferência, na Escola Superior Técnica de Munique, Alemanha, no ano de 1953,

O questionar constrói num caminho. Por isso é aconselhável, sobretudo, atentar para o caminho e não permanecer preso a proposições e títulos particulares. O caminho é um caminho de pensamento. Todos os caminhos de pensamento, mais ou menos perceptíveis, passam de modo incomum pela linguagem. (HEIDEGGER, 2007, p. 375)

Com uma escrita mais objetiva e direcionada, o professor Guimarães diz que,

Portanto, ao buscar questionar acerca dos fundamentos éticos e filosóficos para a preservação dos bens culturais faz-se necessário dialogar em torno dos conceitos de patrimônio cultural, interesse, cultura, ética, de valor, norma e bem, por exemplo, de forma a buscar vencer o relativismo de uma postura muitas vezes emocional, incerta e destituída de memória. (GUIMARÃES, 2013,*online*)

Nesse sentido e seguindo repete-se mais uma vez que três são os pontos que formam espécie de ápice, consistindo no chamado circuito patrimonial e seu *múnus*(o que munícia/dá munição). Três grandes categorias perfazem esse caminho: comunidade, testemunho, patrimônio. Como inicial explicação, tem-se que no seio de uma comunidade, são gerados testemunhos, cuja chancela o converte em patrimônio, cada um recebendo o devido *múnus*, isto é, o que o munícia.

Municiamento é o recurso. Múnus, em sua origem latina diz: cargo ou função. E também: graça, dádiva, brinde, isto é: presente que se oferece. Tão importante é para a compreensão conceitual, que se repete: presente que se oferece. Uma terceira acepção de múnus é: graça e favor. Uma quarta aponta: exéquias, funeral. E na quinta tem-se: espetáculo. Há um laço que as une: a tribo, donde o tributo. Quem o paga é digno, digno de confiança, possui uma profissão, tem crédito. Múnus como presente que se oferece, ou se tributa e atribui a alguém, é processo posto em comum, afinal a organização de uma tribo é feita por iguais, homens iguais com suas posses e propriedade. E em casos de disputa, um tribunal é instaurado.

O que se tem até agora são as pegadas, indícios, os *rastros*²⁵, elementos até então do impensado,

Contaminado pela Metafísica, o pensamento racional, de ordem representativa, é incapaz de seguir o rastro do não pensado e de desenvolver o que ainda resta a pensar. Somente o pensamento afim à poesia estaria apto a fazê-lo, descobrindo o ser nos filósofos que desdenham o sistema e no dizer-mostrar da palavra dos poetas. (NUNES, 2000, p. 125)

E dessa maneira reforça-se o objeto pensado que é o patrimônio cultural: partir de uma perspectiva filosófica em outra forma de afetar e ser afetado. Cabe também uma interpretação e abordagem: um problema. Posto o problema, apontam-se possíveis abordagens. Algo que lhe seja próprio para comunicar fazendo com que haja trânsito entre o eu e o outro. A (o) “própria (o)” também deve seguir a mesma proposta. Afinal dizer “própria” em sua origem latina está errado: é sempre e necessariamente “próprio”, de *pro pater*, ou seja o que é do pai.

Chama-se a atenção para essa característica pelo seguinte,

O grande desafio dos nossos tempos é o de saber o que vamos propor a um mundo global, qual vai ser a nossa contribuição distintiva, que marca vamos deixar, por oposição a encarar a globalização como uma inevitabilidade à qual temos de sobreviver. A filosofia ajuda-nos a estruturar uma análise/compreensão deste fenómeno. (FIGUEIROA-REGO, 2015, p. 87, grifo meu)

Nesse caso, por se detectar as marcas da misoginia no seio da linguagem, não seria o caso de trabalha-las de maneira consciente e educativa para que se minimizasse o seu impacto negativo? Além disso, por “marcas” não entende-se também “rastros” e, portanto, cabe investigação para a sua origem? Nas palavras da professora filósofa há como que um chamado ético pensado a partir das “marcas a serem deixadas” contra o mundo global que a tudo uniformiza. Não seria essa uma proposta testemunhal para o fortalecimento de uma identidade?

Essa figura masculina, pro-pater, pater-famílias, major-domo (maior da casa, donde mordomo), androcêntrica e misógina, era reconhecido como o responsável pela sua mulher,

²⁵ Conforme lido no primeiro capítulo, página 5.

filhos e por conseguinte toda a propriedade, tudo aquilo que pertence ao próprio e também com os seguintes entendimentos,

Recorde-se que é costume situar a genealogia do vocábulo “pátria” em Homero, onde *patra, patris* (e seus derivados: *patrôos, patrios, patriôtes*) remetem para a “terra dos pais” (*hêpatris*) e possuem uma semântica que engloba, tanto o enraizamento natálico, como a fidelidade a uma terra e a um grupo humano identificado por uma herança comum, real ou fictícia. (CATROGA, 2007, p. 13)

Essa figura patriarcal arregimentando tudo em torno de si celebrava o matrimônio, mas guardava o patrimônio, seu conjunto de ‘bens’, aquilo que o beneficia, ou ‘a coisa mais o seu valor imbuído’, seus ‘pertences’, ao cabo que, em havendo intempéries, seria herdado por outrem: via de regra pelo filho homem. A palavra ‘herdado’ é usada aqui de maneira mais ampla, posto que o termo correto é ‘legado’, *legatus*. A palavra *heredia* era usada de maneira mais restrita, sendo ela empregada tanto para filhos homens quanto para filhas mulheres. Nos países anglófonos o termo utilizado é ‘heritage’, suavizando essa questão que, à espreita, é de gênero, já exposto anteriormente.

Além disso, originalmente, a palavra patriarcal dizia respeito a um contexto econômico, afinal, pater-famílias/major-domo ou responsável pela casa e seus habitantes é, em grego, oikonomós, cuja palavra chegou aos dias de hoje como ‘ecônomo’, e daí, ‘economia’. Se pensarmos que toda economia envolve um sistema de trocas, fica mais clara a acepção cunhada como referência aos agentes envolvidos nessa ação, ou, em outras palavras, pessoas tais que são engajadas para a garantia e manutenção de seus direitos e deveres no interior da tribo e desta com outras tribos ou líder superior: política. Saiu-se um pouco do mundo latino para o grego.

A política é o espaço da pólis onde acontece essas trocas, na assembleia de seus cidadãos, nessa egrégora que agrega e em tal área novamente os tributos são prestados e pagos, através de um elemento que possibilita isso, para além da organização administrativa, a saber, o comum. Por isso república é res-pública, a coisa posta no comum. E nos dizeres de Jacques Rancière,

A política advém quando aqueles que “não têm” tempo tomam esse tempo necessário para se colocar como habitantes de um espaço comum e para demonstrar que sim, suas bocas emitem uma palavra que enuncia algo do comum e não apenas uma voz que sinaliza a dor. (RANCIÈRE, 2010, p. 21)

Comum é *com-munus*, presente ofertado ao qual quem recebe vê-se obrigado, cuja origem em latim, *ob-ligatio*, remetendo à criação de laços necessariamente comunitários, impõe o dever de retribuir o que recebeu. A novidade não consiste em dizer o novo, mas também de novo: noticiar. Para comunicar e por o comum em uma comunidade.

Todo esse jogar com as palavras (e sua munição) é extremamente necessário para chamar a atenção e apontar as mudanças que, de uma maneira ou de outra, sempre vem. Mudam

os sentidos e significados, o tempo gasta as palavras. Em certo sentido todas as palavras são metáforas, por apontarem para algo externo ao intelecto e resumir a ação na compreensão. Metáforas, essas palavras-valises que tudo guardam e tudo podem ser dentro do imaginável. Metáforas, esses carros que trafegam por inúmeros caminhos. Metáforas, condutoras e conduzidas. Ou de maneira mais sucinta,

No desenvolvimento da cadeia falante eu posso, a cada momento, substituir um signo por um outro, segundo o eixo vertical de substituição que vem cortar perpendicularmente o eixo horizontal das consecuições. A possibilidade de substituição a cada momento por outras palavras (sinônimos) me permite falar sobre os signos da linguagem com outros signos da mesma linguagem, e é esta a própria lei da metáfora (RICOEUR, 2013, p. 93)

E por tratar-se do bojo da filosofia, o autor vai esclarecer que,

A linguagem filosófica não tem do que se vergonhar por não realizar a univocidade da lógica simbólica e das línguas bem feitas: ao contrário, ela está enxertada sobre a riqueza semântica. A filosofia é o lugar onde a linguagem desdobra todas suas possibilidades significantes, em sentido inverso da redução à univocidade que é a lei da lógica. É por isso que o trabalho filosófico é um trabalho de interpretação, trata-se sempre de desconstituir (*désimpliquer*) o sentido do sentido. O filósofo pode falar, visto que nossa linguagem não foi jamais inteiramente reduzida – e não pode ser – à sua função objetivante e à sua função de univocidade (RICOEUR, 2013, p. 94)

Dito isso, segue-se pelo caminho dissertativo. Afinal se por comunidade entende-se o por em comum como presente em sua munção, que se oferece e gera laços, donde relação e obrigação, uma sutileza semântica passível de interpretação deixa escapar a pergunta: o que é o outro? Dá-se por descoberta ou invenção? Em algum lugar reposta a resposta. Talvez que se trate de um jogo jogado em um *espaço*, como bem esclarece sobre, Rancière,

A política, de fato, não é o exercício do poder, ou a luta pelo poder. É a configuração de um espaço específico, a partilha de uma esfera particular de experiência, de objetos colocados como comuns e originários de uma decisão comum, de sujeitos reconhecidos como capazes de designar esses objetos e argumentar a respeito deles. (RANCIÈRE, 2010, p. 19)

No parágrafo acima percebe-se a ênfase nos sujeitos e suas ações. O plural faz-se necessário, pois havendo apenas um indivíduo, ensimesmado em sua caverna e isolado apenas consigo, que relação e obrigação possuirá, de acordo com os sentidos postos até aqui? Só se partilha se houver um compartilhamento, havendo necessidade de um mínimo de duas pessoas que tenham algo em comum. Ou queiram ter, consigo e no encontro, rastros da presença de ambos, a unidade mínima da informação que possibilite a comunicação que é esse por no comum da comunidade através da ação ou criação do testemunho, segundo a interpretação do sociólogo francês Jean Davallon,

Um objeto não pode adquirir o estatuto de patrimônio sem que haja interesse suficiente por parte dos membros do grupo (senão, é esquecido ou destruído) e sem a possibilidade de se estabelecer sua origem (do contrário, qualquer coisa poderia ser considerada como patrimônio). (DAVALLON, 2015, p. 3)

Essa origem é sua rastreabilidade ou mesmo a capacidade de deixar rastros e sua ‘testemunhabilidade’ (sic), isto é: ser possível o testemunho e ter quem o testemunhe. Ponto importante: receber por parte de um outro que responde, a chancela de ser reconhecido como um igual e integrado à comunidade humana. Isso é crucial.

Com isso à mostra, apresenta-se adiante um caso a partir do qual é possível refletir sobre a condição de ser rastreável. Transcreve-se a notícia sobre uma mulher denominada Clarinha, do estado brasileiro do Espírito Santo, de acordo com o periódico online Globo.com,

“O local e o veículo que atropelou a mulher não são exatos, segundo a polícia. Ela foi socorrida por uma ambulância e chegou ao hospital já desacordada e sem nenhum documento” (...). O médico tenente-coronel Jorge Potratz é o responsável pela paciente e foi ele quem escolheu o nome para Clarinha. “A gente tinha que chamar ela de algum nome. O nome não identificável é muito complicado para se falar. Como ela é branquinha, a gente a apelidou de Clarinha”, disse Potratz. (G1, 2016, online)

Ela foi "atropelada no Dia dos Namorados, em 12 de junho de 2000, no Centro de Vitória" (G1, 2016, online) e recolhida sem documento de identidade algum. A fatalidade do acidente a pôs no limiar daqueles que são limitadíssimos em suas respostas, isto é, o de que não interagem com seus iguais. De maneira autônoma Clarinha ainda respira, seu coração ainda bate e funcionam seus sistemas sanguíneo e digestivo, assim como outras funções corpóreas.

Mas se a reconhecem humanamente como um dos seus (iguais), para a instância administrativa do Estado brasileiro ela não existe, pois com o passar do tempo e devido ao acidente as suas digitais sumiram, se desgastaram as marcas de seu reconhecimento. Ninguém testemunhou/estava lá em seu acidente. O carro que a atropelou nunca foi localizado. Que rastros - pergunta difícil - ela possui e deixa? Mas ainda há o recurso do DNA.

Pela última notícia de 2018 sabe-se que “quatro famílias aguardam a liberação do Ministério Público Estadual para fazer o exame de DNA e descobrir se Clarinha, a mulher que está internada há 18 anos sem identificação no Hospital da Polícia Militar (HPM) pertence a alguma delas” (G1, 2017).

Mesmo nessa terrível situação Clarinha ainda comunica minimamente algo de si. E testemunha. Ou pelo outro que a reconhece é testemunhada. Uma definição de testemunho é muito bem esclarecida por Fernando Catroga,

quando uma recordação tem um propósito mais cognitivo e pretende dar testemunho (e o evocador ser uma testemunha), assiste-se a uma espécie de cesura interior, através da qual o sujeito se comporta, mesmo em relação aos acontecimentos que lhe tocam mais directamente, como se fosse um outro que os tivesse presenciado, isto é, como tivesse sido uma terceira pessoa a vivê-los. (CATROGA, 2009, p. 42)

E na sequência o autor ainda escreve o seguinte,

Todavia, uma outra acepção tem interesse para o estudo do relacionamento da memória com a história. O testemunho também podia ser dito pela palavra latina *superstes*, tradução do grego *martyros*, que significava "testemunho", ou melhor, a pessoa que atravessou uma provação, a saber: o sobrevivente. (CATROGA, 2009, p. 42, grifos do autor)

A história de Clarinha adquire assim um maior significado. Este texto de Fernando Catroga versa sobre questões que envolvem memória (pessoal e coletiva) e história (historiografia), suas relações e problemáticas, como também analisa, à espreita, o caráter tanatológico que envolve toda essa cultura de guardar que perpassa além dessas duas disciplinas, como ainda os campos bibliotecários, museológicos e arquivísticos. Sobrevivente. O que fica, o que deixou, tipo de legado. Tanto que no direito há a figura do *supérstite* como herdeiro (cônjuge que resta quando o outro falece) de bens.

Mas falou-se de *mínus*. E urgente se faz falar disso que municia a comunidade a qual ninguém sai ou fica i-mune, o *moneo* ou a memória. Esse *moneo* participa com o *múnus* como *nómos* que permite a instauração da norma. “*Nómos* provém de *némo*, que traduz ao grego a ideia de ‘partilhar’” (CAIRUS, 2004, p. 2). E graças a essa explicação, tem-se que,

Lei, norma, vem do grego *nómos*, que tem um campo semântico amplo. *Nómos*, numa noção mais primitiva, significa pastagem. Remete à concepção das pastagens, divisão de pastos, área dos rebanhos, onde fazia-se necessária ordem e normas costumeiras pertinentes "ao seu, ao meu, ao nosso". (GUIMARÃES, 2013, online)

Já *moneo*, uma de suas acepções²⁶ é “chamar a atenção para”; é também “fazer pensar”, “fazer lembrar”; ou ainda “profetizar”, “predizer”. Ainda que *mens* seja o “princípio pensante”, *moneo* é ação de *mens*. Enquanto ação, participa na composição tanto de teste-munho como de patri-mônio. Para contribuir um pouco mais, cita-se Le Goff, esclarecendo que “a raiz indo-européia *men*, [...] exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*meminî*). O verbo *monere* significa 'fazer recordar', de onde 'avisar', 'iluminar', 'instruir’” (1990, p. 536).

Já sobre a memória e suas ações/relações, o sociólogo francês Halbwachs, ainda nas primeiras décadas do século XX afirmava que,

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. (HALBWACHS, 1990, p. 34)

Esses “pontos de contato” são a interação que ocorrem entre as pessoas no comum da comunidade através da comunicação, por isso a proximidade semântica entre as palavras. As interações evoluem ao longo do tempo dando ensejo aos costumes ou como explica Cairus, “o *éthos*, traduzido frequentemente por ‘caráter’, define um costume constituidor de uma

²⁶ Dicionário Latim-Português de Francisco Torrinha, 1947

identidade. É assim que o encontramos em suas ocorrências pelo idioma grego” (2004, p. 3). Pois “o hábito de um grupo, quando integra sua identidade, tende a criar mecanismos que lhe assegurem a permanência e, por conseguinte, que assegurem a uma coletividade a permanência de sua identidade” (CAIRUS, 2004, p. 3), em que como “Não somos seres descontextualizados. A nossa identidade (pessoal e/ou nacional) referencia-se temporal e espacialmente” (FIGUEIROA-REGO, 2015, p. 87).

Testemunho, testifica, dá veracidade e determina como real, nesse processo de igualar o acontecido com o lembrado, sendo “crucial a correspondência exata entre input e output” (ASSMANN, 2015, p. 33). Tem sua função de arquivo e validador, certificação. E sobre o Patrimônio, tem-se que “o patrimônio de um país (material ou imaterial) consiste num conjunto de marcos identitários que transportam consigo essa herança como testemunho a entregar às gerações futuras” (FIGUEIROA-REGO, 2015, p. 87).

Alargando o entendimento sobre testemunho: é o ato de deixar algo dentro do sistema simbólico ou nele estar presente, permitindo o reconhecimento mínimo onde o outro possa referendá-lo ou referenciá-lo. Testemunho é essa relação (do latim *re-latio*, criação de laços sociais) e obrigação (do latim *ob-ligatio*, fortalecimento de laços sociais) dentro de um sistema comunitário. Testemunho é, no ápice, a condição de Clarinha (consoante a notícia anteriormente exposta) e não apenas a fala ausente de qualquer sentido, mas a unidade mínima que contenha a potência do que se convencionou chamar humana: o sistema cultural.

E por que memória no testemunho? Pelo critério de identidade e afirmação de si no outro ou da afirmação pelo outro a partir de si. Por isso só se reconhece o que se lembra, aquilo que compõe o mesmo, isto é (pensando uma situação onde não haja espelhos ou reflexos), essa troca de sinais, rústica comunicação, em que o comum se queira. Sobre esses pontos, Cerulo (1997) diz que “com efeito, a identidade pode ser definida como o grau de identificação e solidariedade que um indivíduo tem com o grupo a que pertence, baseado na percepção partilhada pelos membros de uma comunidade da homogeneidade social do Nós por oposição a Eles” (apud FIGUEIROA-REGO, 2015, p. 89).

Onde patrimônio, seu conceito do ponto de vista cultural, surgindo como a chancela governamental sobre bens já valorados na acepção “cultural”, ganham escrita em livro próprio, o *Livro do Tombo*. E assim “num contexto local, o patrimônio desempenha a função aglutinadora de marco de referência para os que partilham o mesmo espaço e/ou a mesma origem territorial. Há um reforço, em seu torno, de dinâmicas de comunidade com as quais os seus membros se identificam” (FIGUEIROA-REGO, 2015, p. 99).

Ou ainda segundo o professor Guimarães,

A definição dos valores, subentendidos na obrigação de amparo ao patrimônio cultural, passarão pela avaliação histórica e artística, como processos de legitimação coletiva, na qual o sujeito individual cederá espaço ao interesse humanista e universal. A ética e a moral trabalham, dessa forma, subsidiando a confecção da norma, frente às forças da destruição. (GUIMARÃES, 2013, online)

Esse “processo de legitimação coletiva” é parte do processo comunicológico²⁷ (comunicacional), do ciclo da informação percorrendo o interior desse regime²⁸ já exposto, o da comunidade, testemunho e patrimônio. Por dar-se pelo viés institucional, há ainda a figura do *conselho consultivo* com seus membros e câmaras setoriais (que versa com especificidades no âmbito do patrimônio cultural), e cujos membros são selecionados dentre as instituições privadas ou não, ou que detenham saber especializado na área, normatizado,

Conforme o Decreto Nº 9.238, de 15 de dezembro de 2017, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE, em seu artigo 6º, item III, parágrafo:

§ 1º Os membros, titulares e suplentes, dos órgãos e das entidades de que tratam os incisos I, II e III do caput, serão indicados pelo Presidente do IPHAN e designados por ato do Ministro de Estado da Cultura. (IPHAN, 2017)

O caráter político da escolha dos nomes que compõem o Conselho Consultivo do IPHAN fica assim mais exposto, não sendo algo da técnica, mas antes de processo e de seu fluxo. Exemplo que ilustra bem isso é o do tombamento do terreiro de Candomblé, da Bahia, o Terreiro de Casa Branca, onde o grande professor Gilberto Velho, ele mesmo membro do Conselho Consultivo à época, apontava que “os membros do Conselho da SPHAN que discordavam dessa posição tinham suas convicções honestas e arraigadas, produto de décadas de práticas voltadas para um outro tipo de política de patrimônio. Argumentou-se também que não era possível tomar uma religião” (VELHO, 2006, p. 239).

Essa “posição” ao qual o professor se refere é a da valoração, dizendo ainda em seu texto “que um número considerável de conselheiros não compareceu à reunião” (VELHO, 2006). Se os critérios fossem, em essência e ontologicamente, técnicos, bastaria atendê-los e aguardar o resultado final após averiguação. A proposta de resguardar o bem cultural é acima de tudo, um certo dever ético pontuado pelos marcos identitários e afetivos que percorrem uma paisagem, um lugar, um ambiente, pensando naquele costume que deve ser mantido. Por isso a

²⁷ Conforme as estruturas apontadas por Vilém Flusser em seu livro *Comunicologia*.

²⁸ Conhece-se e foram utilizadas alguns trechos do artigo *Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização*, de Jean Davallon. Porém frisa-se aqui que outro foi o entendimento construído e alcançado sobre o conceito de regime e seus desdobramentos na relação com o patrimônio cultural, haja visto que outro foi o ponto de partida. É que o sociólogo francês tem em seu trabalho o conceito de transmissão cultural e na distinta dissertação que ora se apresenta, isso não será pensado ou trabalhado.

importância do aparato jurídico e suas instâncias políticas, pois conforme Guimarães “sem esses instrumentos o homem teria que prescindir de poder olhar para si mesmo. Aqueles processos de destruição muitas vezes se fazem em momentos de caos coletivo” (2013, online).

Sem descambar para uma filosofia de cunho existencial, à espreita de tudo encontra-se o caráter de finitude e decadência. Essa contínua queda em que mais é um menos (dependendo da perspectiva), é a mola mestra da preservação dos bens culturais com seus entornos, isto é, a Memória e a História, como objetos de estudos e disciplina acadêmica; os museus, arquivos e bibliotecas, como guardiões de acervos de importância para a composição de iguais marcas identitárias. Acrescenta-se ainda que,

Nesse aspecto, a vontade de destruição, o niilismo, são componentes presentes na natureza humana, que, presos ao imediato e ao valor estritamente material/econômico, não se faz capaz de vislumbrar a importância mesma da transmissão do ser, do ter, do pensar e do saber, que não imperam sem memória e sem razão. (GUIMARÃES, 2013, online)

O autor chama a atenção nessa passagem para os contravalores (sic) ao campo do patrimônio. O “imediato” deve ser ignorado ante o bem maior, coletivo, da composição de valores sociais calcados na cultura e naquelas mesmas marcas identitárias. Abstraindo um pouco mais e reforçando os entendimentos acima expostos, sobre os conceitos embutidos no *múnus*, tem-se que “a *phýsis* passa, e o *nómos* permanece. É como dizer que o indivíduo morre por apelo da natureza, mas a comunidade está assegurada no tempo em que dura sua identidade” (CAIRUS, 2004, p. 4).

Ou ainda,

A desarmonia entre *nómos* e *phýsis* é invariavelmente responsável por mazelas coletivas, que vão das guerras às pestes. Há, contudo, homens que dedicaram suas vidas à adequação desses dois universos. São médicos e políticos, pensadores que tinham por missão endireitar o *nómos* em função da *phýsis*, e, através do *nómos*, testar os limites dessa *phýsis*. (CAIRUS, 2004, p. 5)

É que o pesquisador Cairus vai no processo de formação dos costumes no período grego e no como isso terminou por influenciar e embasar certas práticas que até hoje se repetem sem que se tenha a devida compreensão ontológica. Pois por *phýsis*, o palpável e real da matéria amorfa, cabia ao homem determinar-lhe, conformar-lhe, uma forma para usos e atribuições, objetivando e tendo por télos o cuidado e o resguardo de si, ainda de acordo com CAIRUS, escrevendo “eis o princípio do *phármakon*, eis o princípio da orientação arquitetônica que evita ventos maléficos, incidência solar acentuada, entre outras coisas” (2004, p. 5).

Para conviver com a *phýsis*, sua amiga e inimiga, o *nómos* precisa instrumentalizar-se. É preciso, pois construir um saber destinado a esse fim, um saber, ou um conjunto de saberes,

que coordenem e disciplinem a ação do *nómos* sobre a *phýsis*. A esse feixe de conhecimentos, a esses saberes especializados, dá-se o nome de *tékhne*. (CAIRUS, 2004, p. 6)

E, retornando a questão sobre regime e sistema, com o patrimônio inserido nessas questões, deve-se evitar sua “anomia, ou seja, à falência do sistema do *nómos*” (CAIRUS, 2004, p. 5). *Nómos* é,

a ideia de lei, da norma a regular a vida social. Lei, norma, vem do grego *nómos*, que tem um campo semântico amplo. *Nómos*, numa noção mais primitiva, significa pastagem. Remete à concepção das pastagens, divisão de pastos, área dos rebanhos, onde fazia-se necessária ordem e normas costumeiras pertinentes “ao seu, ao meu, ao nosso”. (GUIMARÃES, 2013, online)

Assim e valendo-se dos autores citados, *nómos* tem origem no conceito de partilha, sendo esta parte de um grupo ou um coletivo com seus hábitos e que, para assegurar a coesão interna de si, institui-se a norma ou o *éthos* como garantidor e permanência de costumes. Problema é, assim, problema cultural de um hábito que se instituiu entre os ocidentais onde, não tanto a memória, mas o não-esquecimento (ou desesquecimento) deve permanecer. *Aletheia*, conceito caro para a filosofia, significa,

Palavra grega composta pelo prefixo de negação “a” agregado ao substantivo *léthe* (esquecimento), *aletheia* é a negação do esquecimento. Ela sugere a habilidade de avançar na contra mão da correnteza do rio dos mortos, o *Lethes*, desfazendo os caminhos do apagamento da memória. Seu sentido, portanto, não é o de ser subitamente assaltado por uma lembrança. Mas envolve o lento e trabalhoso esforço de “des-esquecer”, isto é, o esforço de contrariar o fluxo temporal para resgatar do reino dos esquecidos todos os que merecem e devem ser recordados (entendido aqui também na acepção de acordados, despertados) (CÔRTEZ, 2006, p. 277)

A professora Norma Côrtes em seu artigo, de onde retirou-se a citação acima, realiza uma breve comparação entre os autores Heidegger e Gadamer, acerca daquele conceito e o seu atrelamento a questão da verdade. E ainda nesse texto, que versa sobre o tema história e tradição em Gadamer, ela monta um quadro sinóptico onde distingue “consciência histórica” de “consciência hermenêutica” para alguns termos-chave, como exemplo, “passado”. Para a coluna "consciência histórica" diferencia-se em "passado como alteridade temporal. Trata-se de um tempo fíndo e ultrapassado" e para a coluna "consciência hermenêutica", tem-se "*Presente que foi*, no passado coexistiram vários outros tempos. Suas próprias interpretações de outros passados ainda mais remotos e seus projetos de futuros, utopias realizadas ou não (futuros passados perdidos)" (CÔRTEZ, 2006, p. 288).

À guisa de complemento, o filósofo Vilém Flusser tem uma definição interessante para a história da cultura,

A história da cultura começa com o armazenamento de informações adquiridas em partes do mundo da vida que são transformadas em objetos para essa finalidade. Por meio do armazenamento de informações em objetos, os seres humanos tornam-se sujeitos de objetos. Até então eles insistiam no mundo da vida. Graças à abstração de

objetos destinada a emprega-los como memórias, os homens não só ainda insistem – decerto não como se ainda fôssemos macacos -, mas também existem. Em nós há uma cisão. Somos dentro e fora. (FLUSSER, 2014, p. 121)

Assim, memória é o espaço onde a informação é armazenada, seja no cérebro humano ou em qualquer objeto alheio ao seu corpo. Nesse entendimento, ver, conhecer, aprender a apreender sobre o patrimônio cultural é recuperar uma informação registrada, muitas das quais são camadas sobre camadas. O conceito de valor, então, é reforço ou ampliação dessa informação que se quer preservar.

A relação entre o ‘*múnus*’ e o ‘*moneo*’ é entre a memória e o que a fomenta. E até a presente linha havia, à espreita, a não-tecnicidade para o campo do patrimônio cultural. Talvez esteja se desenhando. Como gesto inaugural.

Capítulo 1.3: Lembrar e esquecer diante do Estado e dos homens

O título desse capítulo é uma referência e uma metáfora. Remete a um dos capítulos do livro *Lethe, a Arte e Crítica do Esquecimento*, em que seu autor, o filólogo alemão Harald Weinrich discorre sobre a construção cultural e crítica sobre o esquecimento, mas não como algo oposto a memória. Nesse capítulo, analisando a clássica obra do poeta florentino Dante Aleghieri, *Divina Comédia*, aponta sobre o fato das religiões judaico-cristãs serem essencialmente “mnemoreligiosas”, isto é, conterem vários elementos e ritos próprios para a lembrança, mas não apenas por parte de seus fiéis, mas no interior de sua narrativa. Traz-se aqui um trecho dessa ideia trabalhada pelo autor,

Mas o tempo que devem passar como penitentes no Purgatório não está determinado definitivamente. Assim, existe para as almas do Purgatório a possibilidade de que o tempo que terão de passar em penitência nesse reino do Além seja abreviado por um ato de misericórdia de Deus – em linguagem moderna, uma anistia (WEINRICH, 2001, p. 54)

O professor Harald Weinrich, nesse seu livro, delinea em um dos capítulos o hábito cultural que atrela a questão da memória a uma certa imortalidade ou salvação por parte de Deus, conduzindo a alma para a eternidade ou dos bem aventurados, ou dos muito danados,

Mas as próprias almas não podem efetuar a sua abreviação; sua vida terrena terminou, e elas não tem mais possibilidade de agir e atuar de forma alguma. Só os vivos podem agir em favor dos penitentes do Purgatório, conseguindo um abreviamento de seus castigos temporários, apressando sua passagem para o céu. Mas isso só pode ocorrer indiretamente, se pela oração um santo ou santa, melhor ainda a própria Madona, falar em favor dessas pobres almas junto a Deus (WEINRICH, 2001, p. 55)

Nestas duas citações temos uma espécie de constituição jurídica celestial, bastando verificar os termos “anistia” e “falar em favor” (intercessão), onde Deus, supremo, julga e encaminha devidamente essas almas do purgatório para o lugar que lhes é devido. Deus em seu ato de misericórdia se lembra daquela alma penitente e expede sua divina ordem para, teleologicamente, concluir-lhe o destino. Há ainda o seguinte detalhe, pontuado pelo autor, de que,

As coisas estão péssimas para uma alma penitente no Purgatório, se nenhum ser vivo cumpre o seu dever de parente ou amigo (ou até um dever geral como cristão) e não se praticar nenhuma *commemoratio mortuorum*. Se houver ameaça desse perigo de esquecimento, é do “vivo” interesse dos “mortos” enviarem de volta ao Aquém um mensageiro, um agente, um homem da memória que fale de sua vida póstuma de penitente no Purgatório trazendo aos vivos seu pedido de ajuda (WEINRICH, 2001, p. 55)

Em outros termos, uma petição. É preciso um engajamento, um pedido, um ritual de memória e lembrança, para que a alma não fique esquecida. Por aqui já se esboça a metáfora que nos interessa ao campo do patrimônio cultural, bastando trocar o termo ‘alma’ para ‘bem cultural’ e ‘petição’ por ‘processo administrativo’. E nessa senda cultural, enevoadada entre religião e secularismo, tem-se que,

Hoje em dia, a noção de salvação é reduzida ao seu sentido teológico de salvação da alma. Aqui, eu lhe dou um significado estendido, em conformidade com o seu uso pré-cristão, ainda facilmente compreendido no século 18: 'libertação de algum mal', sendo o mal definido não apenas como espiritual, mas também como material, social, econômico, psicológico, demográfico, intelectual, etc. (Ernout e Meillet, 1967, Chantraine, 1999, Chevalier de Jaucourt, 1765). Assim, é possível falar de soteriologias seculares, que acompanharam ou suplantaram as soteriologias religiosas desde o século XVIII (STOCZKOWSKI, 2009, p. 8)²⁹

Wiktor Stoczkowski é um antropólogo e pesquisador cujo artigo *UNESCO's doctrine of human diversity: A secular soteriology?*, analisa as relações entre a preservação dos bens culturais e uma espécie de resquício religioso no âmbito dos axiomas ideológicos da UNESCO, que acabam por influenciar as práticas sociais que atravessam o campo patrimonial. Esclarece o autor ainda que, por tratar-se a UNESCO de uma instituição voltada para a paz e a sua manutenção, através da diminuição de conflitos, tem por base que os mesmos só ocorrem devido ao desconhecimento cultural que há na diversidade humana; a ignorância sendo um grande fomentador de guerras. E arremata concluindo,

No entanto, não devemos esquecer que a esperança de parar o fluxo do tempo, de resistir à decadência e extinção, de viver num mundo do qual todos os conflitos serão

²⁹ O texto no original em inglês é o seguinte: Nowadays, the notion of salvation is reduced to the theological sense of the soul's salvation. Here, I give it an extended meaning, in conformity with its pre-Christian usage, still easily understood in the 18th century: 'deliverance from some evil', evil being defined not only as spiritual but also as material, social, economic, psychological, demographic, intellectual, etc. (Ernout and Meillet 1967, Chantraine 1999, Chevalier de Jaucourt 1765). It is thus possible to speak of secular soteriologies, which have accompanied or supplanted religious soteriologies since the 18th century (STOCZKOWSKI, 2009, p. 8).

banidos e na qual todos os valores humanos genuínos serão combinados em um todo harmonioso, é um anseio pela utopia de uma Entidade perfeita - seja ela chamada paraíso terrestre, civilização, paz perpétua, fraternidade universal ou desenvolvimento sustentável. Na segunda metade do século XX e no início do século XXI, a UNESCO tornou-se um dos principais guardiões dessas expectativas soteriológicas. As representações da diversidade humana continuam a desempenhar um papel primordial na doutrina criada pela Organização que se esforça por cumprir essa missão soteriológica (STOCZKOWSKI, 2009, p. 11)

Há diversas implicações aí contidas. Poderia se dizer que a questão do patrimônio cultural assemelha-se a uma substituição de questões divinas por estatais, enquanto mediação dos costumes e seus laços identitários no interior de uma *comunidade*, e quanto mais objetos de formação identitária estiver espalhado pelo território, tanto mais os membros da comunidade sentir-se-ão “ligados” e, conseqüentemente, “re-ligados” – religião! A semelhança pode ser entrevista no parágrafo do professor paraense Benedito Nunes,

A dificuldade para conceituá-la está em que não podemos enquadrá-la na especificação do sentimento geral de crença. Ela já nasce cristã. “*Christliche nennen wir den Glauben*” (“A fé chamamos de cristã”). E porque é nativamente cristã, erige o cristianismo, que consiste num modo de existência exteriorizado pelo testemunho que presta da Revelação da qual procede, e que é aquilo em que se crê, o objeto da fé. Desse objeto, o Cristo crucificado, embora fato histórico registrado nas Escrituras, só se sabe quando nele se crê. E a crença é compartilhada; estende-se a uma comunidade, que dela participando relaciona-se com o Crucificado através de uma nova existência por ele provida. “O sentido próprio existencial da fé é portanto: crença igual a renascer (*Wiedergeburt*)” (NUNES, 1999, p. 41)

Trouxe-se o parágrafo acima para servir de comparação, devido sua estrutura similar ao ciclo informacional no campo do patrimônio cultural já descrito em capítulo a parte. É a questão do múnus: comunidade, testemunho, patrimônio. Seria então, a prática social do Estado sobre o Patrimônio e os bens que o compõe, um ato de piedosa memória, em uma perspectiva soteriológica? Por ora segue-se argumentando que o problema da memória atravessa todos os principais termos aqui trabalhados; questão nuclear.

Isso posto, o que ficou de eras e tempos idos nos foi legado ou o herdamos? Para responder essa abstração pesquisou-se em vários dicionários de idiomas as palavras que descrevem a passagem dos dias, mas não as suas acepções e significados, limitando-se a abstração apenas às suas traduções, das quais serão úteis os entendimentos tendo como possível consequência um melhor planejamento pedagógico para a educação patrimonial, como assunto derivativo de todas as questões sempre trabalhadas nesta dissertação.

Escreve-se aqui as palavras "ontem", "hoje" e "amanhã". Implicitamente observa-se uma certa geometrização que se faz em relação ao Tempo. Ou de outra maneira, o "ontem" atrás, o "hoje" ao centro e o "amanhã" à frente. Guarde-se isso. Seguindo na abstração, correspondentemente persegue-se a tradução dessas palavras para o inglês, o francês e o espanhol. Antes, porém, uma outra pergunta: por que "manhã" encontra-se no "amanhã" e por

que por "dia" pensa-se em luz ou claridade. Finalmente, *yesterday*, *hier*, *ayer*, são as respectivas traduções para "ontem" no inglês, francês e o espanhol. Já "hoje" fica como *today*, *aujourd'hui* e *hoy*. "Amanhã" é traduzido por *tomorrow*, *demain*, *mañana*. Porém um detalhe deve ser observado mais demoradamente: as palavras se aglutinam e formam novas palavras. E que é possível concluí-las em separado e re-uní-las posteriormente. Assim tem-se a palavra em inglês 'tomorrow' (amanhã) como *to* (para) *morrow* (manhã). Ignora-se se as palavras em Francês e espanhol possuem essas características aglutinadoras.

O inglês *today* é *to day*, para [o] dia; mas o francês dá uma pista do que pretende-se com a pesquisa: *aujourd'hui* como *aujourd d[e] hui*: ao dia de hoje. O espanhol guarda, a título de interesse, o fato de que "hoy" é parecido com o "hui" francês. Chama-se a atenção para as palavras 'para' e 'ao', que estão sempre apontando. Agora a palavra 'ontem'. Em inglês, 'yesterday' é *yester day*; francês e espanhol não possuem essa característica aglutinadora nessa palavra que traduz "ontem". Mas o curioso é a proximidade de letras e mesmo das pronúncias: "hier" e "ayer". Dessa vez a pista vem de um pouco mais longe: do alemão 'gestern' que deriva o 'yester', por ter vindo do latim 'hesternus', onde de sua primeira parte vem o 'hier' francês e parte do 'ayer' espanhol, pois essa palavra espanhola vem diretamente do latim *ad-heri*.

Avançando, da partícula latina "heri" tem-se palavras como "herança", "herdado" e "hereditário". E desse mesmo "heri" o inglês possui o termo "here", que significa "aqui". Dessa forma, desoculta-se que 'ayer', 'ad heri', traduz-se em "para-aqui". Para-aqui é o que se transmite (esse jogo é preciso). O que se transmite é o que passa. O que passa, passou. Se hoje é também para-o-dia-de-hoje (*aujourd'hui*), *ad heri*/para-aqui enquanto passagem é passagem no tempo em direção a algo. Ou em uma palavra: aquificado. Aquificado é neologismo de antecedido, onde ante cedido traz mais uma vez o caráter here-ditário, isto é, cedido enquanto cessão e, portanto, partilha.

Dessa forma, o passado é aquilo que lega ao presente; o presente é legado, legado enquanto partilha seccionada no tempo e cedida ao vir-a-ser. E assim, o presente é uma ilusão, "a ilusão dos ocupados" (Sêneca) ou, fenomenologicamente, é uma outorga da consciência em sua intencionalidade dirigida para o objeto. Desde a Roma antiga tem-se essa questão sobre a temporalidade: o passado é legado em direção para a manhã.

O acima exposto serve para deixar às claras o entendimento sobre o Tempo na presente dissertação e, de maneira direta, como o conceito de patrimônio cultural é aqui abordado: não como herança, algo que quem está no presente recebe de quem está no passado. Mas sim como o que restou à posteridade, sulcos de caminho na terra, marcas de presença, concessão ou,

jogando com a palavra, *legado* (em espanhol o verbo *llegado* significa chegou). A partir dessa concessão temporal, o que seria o esquecimento? O que seria lembrar e recordar?

O esquecimento é uma espécie de exercício elástico. Por exemplo: diante de um prédio tombado pelo Estado, o que evitou-se foi seu olvidamento, total esquecimento por parte da comunidade onde encontra-se inserido. O seu testemunho material é mantido. É que no campo dos afetos a soma dos níveis testemunhais concorre para melhor e maior lembrança, podendo chegar à imaginação, no intuito originário de *imago agens* ou “imagem atuante” (WEINRICH, 2001, p. 62) enquanto contributo da mnemotécnica.

Pegue-se o exemplo de um campo onde o mato cresceu. Esse campo tem uma memória e suporte onde ela foi registrada: o testemunho. E que este testemunho diga que houve uma casa ali e que crianças brincavam a frente dela. Outro testemunho (bem distinto) seria o de uma foto, essa parada (*stop*) forçada de um momento capturado do fluxo ininterrupto do tempo. Outro nível de testemunho seria o de uma ruína dessa casa. E finalmente, o maior testemunho seria a casa ali e assim... até o ponto em que a foto foi tirada: é essa soma de ‘desacontecimentos’ que concorre para maior afetação de quem evoca a memória. São os graus de proximidade que determinam, inclusive, o grau de cuidado. E tanto mais essa proximidade seja compartilhada em um comum, haverá aí uma formação comunitária que, em potência, dá ensejo ao que se entende por patrimônio.

Ainda que testemunho implique um ‘falar sobre’ por parte de alguém, a seguinte observação esclarece ainda que,

essencialmente no caminho da recordação e do reconhecimento, esses dois fenômenos mnemônicos maiores de nossa tipologia da lembrança, que nos deparamos com a memória dos outros. Nesse contexto, o testemunho não é considerado enquanto proferido por alguém para ser colhido por outro, mas enquanto recebido por mim de outro a título de informação sobre o passado (RICOUER, 2007, p. 131)

Faz-se necessário, para reforçar o entendimento que se quer alcançar, a repetição do parágrafo abaixo,

Com efeito, quando uma recordação tem um propósito mais cognitivo e pretende dar testemunho (e o evocador ser uma testemunha), assiste-se a uma espécie de cesura interior, através da qual o sujeito se comporta, mesmo em relação aos acontecimentos que lhe tocam mais directamente, como se fosse um outro que os tivesse presenciado, isto é, como tivesse sido uma terceira pessoa a vivê-los (CATROGA, 2009. p. 42)

E o esquecimento? Ausência de testemunho deve-se muitas das vezes não apenas a ignorância dos fatos ou de nada ter lido/escutado sobre, mas também a esse descarte informacional. Nesse sentido, tem-se que,

talvez o esquecimento também seja apenas, dito de forma mais trivial, um *buraco na memória*, dentro do qual algo cai, ou do qual algo cai. Além disso, termos adequados

como em português, *cair no esquecimento*; o inglês *to fall into oblivion*, francês *tomber dans l'oubli*, estão difundidos em muitos idiomas. (WEINRICH, 2001, p. 21)

Esquecer vem do latim *ex-cadere*. A partícula “ex” indica lançamento, jogo, um movimento de “para fora” ou “para adiante”. É próprio de ação de descarte. Tem-se assim o início de um ciclo. Essa associação entre as palavras demonstra uma espécie de contabilidade, de cálculo. Nesse sentido, se for imaginado um pastor com suas ovelhas soltas em vasto campo, indaga-se: como ele poderia certificar-se do recolhimento de todas ao final de sua labuta? Pela memória, sem dúvida. Mas ela é falha, eivada de subjetividades. Então é preciso um mecanismo de certificação (testificação) de que a informação encontra-se correta. Dispositivos e técnicas mnemônicas são criadas. Livres associações são feitas.

Nessa abstração, o pastor vale-se de uma algibeira com pedrinhas (que em latim diz-se *calculus*). Para cada pedrinha no saco, ele associa uma ovelha que ele tenha por propriedade. Ao final do dia, portanto, para cada ovelha de volta ao cercado, uma pedrinha dentro do saco. Se houver uma ovelha a mais, ele pode interpretar como algo benéfico, acrescentando uma pedra a mais. E no caso de sobrar uma pedra? Ele sai em busca da ovelha faltante. Não encontrando-a, joga fora, descarta, esquece uma pedra. Esse ciclo de inclusão e exclusão pode ser ainda decomposto da seguinte maneira, na questão conceitual do *-cramento* ou, sendo mais claro, crescimento.

É uma unidade matemática, indicando variações na quantidade. Tanto que tem-se as palavras “incremento”, “decremento” ou “aumento” e as mais diversas palavras que aglutinam-se à desinência *-mento*. Salienta-se aqui, que não se trata de um exercício linguístico de ciência à parte de nossos estudos. É, insiste-se, uma abstração filosófica conforme as estruturas apresentadas no livro *Comunicologia* de Vilém Flusser,

Em uma escavação perto de Ur, na Caldeia, foram achados alguns vasos. Nesses vasos havia várias pedrinhas, cubos, cones, pirâmidezinhas e similares. Na superfície do barro estavam desenhadas as mesmas figuras, na mesma quantidade que no interior do jarro. A explicação que nos dão é bem simples. Eram pastores que transportavam rebanhos e os rebanhos tinham tantas ovelhas e tantas cabras, dentre eles, tantos eram bodes e outros tantos cordeiros e tantos cabritos. Então, digamos, uma bolinha era uma ovelha e um cubinho era uma cabra. Para que o homem soubesse quanto ele tinha, jogava-os no jarro. Quando uma ovelha dava cria, ele acrescentava uma bolinha, e quando uma morria, ele tirava uma bolinha. Para ver o que tinha dentro do jarro, ele escrevia do lado de fora do mesmo. (FLUSSER, 2007, p. 132)

A palavra cálculo advém do latim *calculus*. E um de seus usos é para designar “pedra pequena” (por isso a doença cálculo renal). Outra acepção é conta, remetendo assim ao colar que as contém e também as aproximações com o verbo contar. Essa volta se faz necessária para apontar o uso contábil da linguagem na relação com o que seria a primeira abstração cultural sobre patrimônio, isto é, ajuntamento e controle de bens, de acordo com aqueles ditos pastores.

Além disso cabe também a alusão a uma espécie de proto-banco de dados, pois guarda/registra uma informação sobre o tamanho do rebanho (patrimônio), sendo assim uma importante ferramenta de auxílio mnemônico. Ainda com Flusser ele diz que na: “comunicação humana existe um armazenador de informações adquiridas – ou, para falar com simplicidade, uma memória. O diálogo é o método graças ao qual informações que estão depositadas em duas ou mais memórias são trocadas para conduzir a novas informações” (FLUSSER, 2014, p. 50).

Esse autor³⁰ observa a abordagem da comunicação e da informação e seus mecanismos e fluxos. Nesse intuito e voltando com o exemplo, o pastor está realizando processo similar de armazenamento e recuperação da informação guardada, isto é, da quantidade e seu valor numérico. Para cada ovelha, uma pedra, que será esquecida (lançada fora) caso haja ovelha perdida. O problema reside aí, afirmativamente: como o esquecimento é associado ao descarte e seu não-uso posterior, ganhando o entendimento de rejeito (aquilo que não volta), nisso que configura uma espécie de ciclo valorativo informacional (receptores de informação).

Abstratamente: para cada pedra, um incremento; menos pedra, decremento. Mas e para a pedra decrementada, caso ela não volte a ser usada e não houver o menor interesse de utilizá-la? Há a palavra: excremento. Excremento é algo produzido e lançado para fora como não-querido, como *indesejável*. Como algo que não tem a menor função que não a orgânica e que causa repulsa ou rejeição. O filósofo italiano Giorgio Agamben tem uma passagem esclarecedora sobre essa questão excremental e sua não-informação, colhida de seu livro *Profanações*,

a defecação, que, em nossa sociedade, é isolada e escondida através de uma série de dispositivos e de proibições (que têm a ver tanto com os comportamentos quanto com a linguagem). [...] Trata-se, sim, de alcançar arqueologicamente a defecação como campo de tensões polares entre natureza e cultura, privado e público, singular e comum (AGAMBEN, 2007, p. 75)

E a partir da investigação destes rastros, disso tudo que fica ou resta, desoculta-se palavras próximas entre si: objeto, sujeito, projeto, rejeito, dejetto, conjectura. O sujeito faz um projeto, cujo objeto, se não for aceito, rejeita-o como dejetto, caso torne-se indesejável ao grau máximo da repulsa. E para assegurar esse não retorno ao ciclo de utilidade e de informação, reforça-se o entendimento com a pecha de crime.

É essa a ousadia da argumentação que insistimos em deixar registrada nessa dissertação, com todos os riscos aí implicados. No seio da comunidade e suas constantes trocas

³⁰ Os recortes que se faz do livro *Comunicologia*, de Vilém Flusser, são pontuais para o apoio necessário ao presente texto, sem ficar por demais abstrato. É que o autor avança, também, por questões culturais sobre a origem da escrita ter-se dado a partir do dilaceramento da imagem e sua interpretação (dilacerada) em letras. Sairia muito do tema que aqui se trata caso fossem seguidas, passo a passo, suas elocubrações.

informativos enquanto testemunho no ciclo de utilidades ou de informação, certos objetos devem ganhar a marca de rejeitos ao grau de dejetos, assegurando assim seu não retorno, posto que à margem encontram-se, tendo por valor o grau mais baixo de informação útil para o tempo em que é produzida (contrariamente aos arqueólogos, no futuro, que a valorizarão – arqueólogos são profissionais do futuro com olhar para o passado).

E, trazendo para o campo do patrimônio cultural, há uma espécie de ganga, isso que sobra após uma depuração dos minérios preciosos, suas impurezas. A ganga no patrimônio é o não dito, o ocultado, lançado fora, não incluído, não computado e, no ápice, o esquecido. Para não haver dúvidas: é o esquecido atrelado ao excremento, esse igualar de conceitos sîgnicose seus entendimentos. O esquecimento rejeitado enquanto dejetos ou criminalizado para impedir seu retorno ao circuito dos bens.

À guisa de complemento sobre práticas, valoração e suas determinações, o antropólogo Antônio Arantes escreve sobre o “sentido patrimonial” que,

são instituídos por um complexo processo de atribuição de valor que ocorre no âmbito da *esfera pública*, entendida aqui como o conjunto de instituições de representação e participação da sociedade civil no espaço político-administrativo do Estado. (ARANTES, 2012, p. 111)

Uma espécie de interseção entre os cidadãos e o Estado, em que,

A atribuição de valor patrimonial a determinado artefato ou prática cultural é feita em nome do interesse público, fundamenta-se no conhecimento acadêmico e obedece a preceitos jurídicos e administrativos específicos. O patrimônio não se confunde, portanto, com o que usualmente se denomina *costume*. Essa distinção é crucial para compreender seja o sentido da preservação como prática social, sejam suas consequências sobre a dinâmica cultural efetiva (ARANTES, 2012, p. 111)

Novamente há um problema velado aí, pois ao dizer “conhecimento acadêmico” e que “obedece a preceitos jurídicos e administrativos específicos”, esta instância exclui o dito cidadão comum e cotidiano em seus saberes muitas das vezes não formais ou de âmbito universitário, por atribuir ao Estado a última palavra. Importante acrescentar a isso as seguintes observações,

a partir momento da constituição da UNESCO, as humanidades, e quando digo aqui as humanidades, sobretudo a história e filosofia, elas tem um protagonismo muito maior na instituição, estão refletindo essa questão do nível do universalismo, sobre as bases filosóficas do universalismo, e paulatinamente essas humanidades elas vão perder espaço para a ascensão das ciências sociais, e sobretudo pela ascensão da antropologia, e aí ligado justamente a essa disputa cada vez maior em torno dessas concepções universalistas com as concepções mais relativistas de cultura (NASCIMENTO, 2018)

Ainda que sua fala seja sobre a UNESCO e seu processo histórico-ideológico, cabe a comparação com o IPHAN.

Continuando, em dado momento se falará sobre a questão da fama enquanto produtora de valores incrementais, por conta da relação com o que se entende sobre monumento, o qual será esclarecido agora. A respeito da etimologia de monumento o historiador francês Jacques Le Goff, em seu livro *História e Memória*, 1990, esclarece que,

A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa 'fazer recordar', de onde 'avisar', 'iluminar', 'instruir'. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. (LE GOFF, 1990, p. 536)

Também neste livro, o historiador define e esclarece melhor as relações entre memória coletiva e história, escrevendo que no início a,

ciência histórica se define em relação a uma realidade que não é nem construída nem observada como na matemática, nas ciências da natureza e nas ciências da vida, mas sobre a qual se "indaga", se "testemunha". Tal é o significado do termo grego e da sua raiz indoeuropéia *wid-*, *weid-* "ver". Assim, a história começou como um relato, a narração daquele que pode dizer "Eu vi, senti" (LE GOFF, 1990, p. 9)

Esse testemunho deve-se a capacidade de registrar, transmitir e recuperar a informação, memória.

Retornando a questão do esquecimento, há sub-repticiamente, conforme exposto, um quê de sacralidade que nos remete a ideia de 'não esquecer para que permaneça vivo', como que constantemente ressurgindo (ressuscitando?) o passado que não passa. Não houvesse o monumento ou qualquer tipo de materialidade, registro, nenhum testemunho oral, então encerrar-se-ia o ciclo do olvidamento nesse total distanciamento.

Ou, com outro exemplo, é como o rapaz que herda um jazigo perpétuo de um parente de linhagem muito distante. Ele fica sabendo disso apenas porque houve uma ligação da administradora funerária e cemiterial. Ao chegar no local³¹ encontra ossos em um columbário que para ele nada comunica: não há laços (obrigações comunitárias). Por não haver laços não há relação; materialidade sem a memória. As palavras (sempre elas) apontam, indicam e, principalmente, orientam.

Seguindo com um pouco mais sobre a questão da memória, tem-se em Vilém Flusser a seguinte explicação,

Quando o homem surgiu em cena [...], quando ele começou a armazenar as informações adquiridas, ele tinha basicamente dois métodos. Primeiro: o homem tem órgãos que lhe permitem transformar as vibrações de ar em fonemas. [...] organizações nervosas correspondentes que os controlam para emitir sons que representam fenômenos, símbolos. (FLUSSER, 2014, p. 52)

³¹ Isso foi visto em 2017 durante uma visita ao Cemitério São João Batista, em que se pode conversar rapidamente com o rapaz.

A partir daí o autor opera com a chave de compreensão pautada na relação entre informação herdada (capacidade de falar como algo hereditário) com informação adquirida (cognição de lidar com o aparelho sensorio-motor em regra própria que possibilita a linguagem, as palavras, e todo o conhecimento), sendo os “dois métodos” de armazenagem por ele comentados como o *Mágico: cultura material*, e o *Historiográfico: a cultura escrita*, e tratados em parágrafos à parte em seu livro *Comunicologia*, de 2014. Flusser inclusive faz questão de por em destaque a frase “Aquilo que herdaste de seus pais, conquista-o para fazê-lo teu”, explicando em nota de rodapé que foi “dita por Fausto I, de Johann Wolfgang von Goethe (1806)” (2014, p. 52). Afinal,

Assim podem ser muito bem distinguidas a bestialidade e a civilização: uma ideologia é tanto mais bestial quanto mais ela inculcar informações herdadas, e tanto menos bestial quanto mais ela inculcar informações adquiridas. Para os seres humanos as informações adquiridas são desproporcionalmente mais importantes do que as herdadas. (FLUSSER, 2014, p. 52)

Importantes observações são alcançadas neste livro. Pois a partir da compreensão sobre os fluxos informacionais e sua guarda/armazenamento, relacionando constantemente aos usos do que se entende por “memória”, novos entendimentos são alcançados, como no exemplo,

Nossas unhas na verdade não são cortantes, e nossa arcada dentária não é feita para dilacerar carne. Logo se começa a adquirir a informação: “Como faço para rasgar a carne?”. [...] Pego por exemplo uma pedra pontuda e a utilizo para como faca. Essa faca é uma memória. Nessa pedra guardo a informação cortar ou abrir. (FLUSSER, 2014, p. 53)

Guardar informação para recuperá-la em seguida se diz em inglês: *input, output*. Entrada e saída (de dados). Inserir e retirar. Frise-se que tais palavras também podem ser desaglutinadas em *in put* e *out put*. No português temos como possibilidade de uso em uma frase qualquer os verbos impor e suas variações em depor, repor, compor ou ainda, embora não seja verbo, torpor. Já se desconfia de algo nesse rastro das palavras. É que no idioma português tem-se as palavras deputar, reputar, computar, amputar ou o termo putativo, este último colhido no âmbito jurídico. São evoluções semânticas através dos usos e gastos das palavras, em que certos sentidos há muito tempo perderam sua razão de ser. Professor Junito Brandão (de boa memória), esclarece em seu livro *Mitologia Grega – volume II*, algumas variações:

(§ 8), em latim, era uma deusa muito antiga e muito importante. Provém do v. *putare*, “podar”, cortar os ramos de uma árvore, pôr em ordem, “pensar”, contar, calcular, julgar, donde (§ 8) era a deusa que presidia à podadura. Com o sentido de cortar, calcular, julgar, ordenar, pensar, discutir, muitos são os derivados de *putare* em nossa língua, como deputado, amputar, putativo, computar, computador, reputação. O sentido pejorativo, ao que parece, surgiu pela primeira vez num texto escrito entre 1180-1230 de nossa era. Não é difícil explicar a deturpação do vocábulo. É que do verbo latino *mereri*, receber em pagamento, merecer uma quantia, proveio *meretrix*, “a que recebe seu soldo”, de cujo acusativo *meretrice* nos veio meretriz, que também, a princípio, não tinha sentido erótico. Mas, como (§ 8) e meretrizes, que se tornaram sinônimos, se entregavam não só para obter a fecundação da tribo, da terra, das plantas

e dos animais, mas também recebiam dinheiro para o templo, ambas as palavras, muito mais tarde, tomaram o sentido que hoje possuem (BRANDÃO, 1987, p. 76)

Por isso se disputa como ação de desocultamento, desencobrir, desacobertar, descoberta. Por isso há disputa em inúmeros campos do saber onde impera o conflito e o dissenso. Por tudo isso e muito mais se disputa na atribuição de valor com chave de interpretação negativa sobre determinado objeto. "Quem tem ouvidos para ouvir, ouça"³².

³² Passagem bíblica retirada de Mateus 13:43

Capítulo 2: Memória e Regime

No livro *A Nudez*, de Giorgio Agamben, 2015, há um capítulo intitulado criação e salvação, em que ele escreve o seguinte,

É sobre essa massa imemorável, sobre o caos informe e exterminado do que se perde, que, segundo a tradição islâmica, Iblis, o anjo que não tem olhos senão para a obra da criação, não cessa de chorar. Chora porque não sabe que aquilo que se perde é de Deus, que quando todas as obras tiverem sido esquecidas e todos os signos e palavras tiverem se tornado ilegíveis, a obra da salvação restara sozinha, indelével. (AGAMBEN, 2015, p. 17)

No primeiro capítulo deu-se início as elucubrações sobre a chancela de “patrimônio cultural” ser o resultado de um processo. Pensou-se ainda sobre a possibilidade de ser considerada como técnica (*tékhnē*) os processos que envolvem o patrimônio cultural, isto é: se é antes um saber-fazer próprio preso a rotinas administrativas por parte do Estado.

Quanto às terminologias, AGAMBEN esclarece que,

As questões terminológicas são importantes na filosofia. Como disse uma vez um filósofo pelo qual tenho o maior respeito, a terminologia é o momento poético do pensamento. Isto não significa que os filósofos devam necessariamente a todo o momento definir os seus termos técnicos. Platão nunca definiu o mais importante dos seus termos: ideia. (AGAMBEN, 2014, p. 23)

Indo adiante com esse momento, HEIDEGGER, sempre em suas elucubrações sobre a essência da técnica, escreveu,

Pois estabelecer fins e para isso arranjar e empregar os meios constitui um fazer humano. O aprontamento e o emprego de instrumentos, aparelhos e máquinas, o que é propriamente aprontado e empregado por elas e as necessidades e os fins a que servem, tudo isso pertence ao ser da técnica. (HEIDEGGER, 2007, p. 376)

Para acrescentar adiante que “devemos questionar: o que é o instrumental mesmo? Onde se situam algo como um meio e um fim? Um meio é algo pelo qual algo é efetuado e, assim, alcançado. Aquilo que tem como consequência um efeito, denominamos causa” (HEIDEGGER, 2007, p. 377)

Não caberia aqui, neste curto espaço e formato de uma dissertação de mestrado, as discussões sobre a questão da técnica consoante o entendimento heideggeriano e sua estrita e possível aproximação com o campo do patrimônio cultural. Resta, igualmente, as iniciais observações para seguir com a linha mestra fruto de distinta pesquisa.

Há uma memória social (e coletiva) de um grupo cultural e historicamente posto à margem e, portanto, dito tolerado, com suas casas sendo chamadas de “casas de tolerância”. Memória essa, enquanto potência e *mínus* de patrimônio, que encontra-se calada, ou seja *tego*, e que, a partir de moralidades e pre(con)ceitos sociais do tipo excrementais, podem atrapalhar

o devido reconhecimento estatal na figura jurídica do patrimônio cultural. Grupo esse (social e profissional) que padece culturalmente da *má-fama*³³.

Afirma-se o acima escrito pela metáfora de uma represa, isto é, algo que circunscreve uma potência, descambando assim, para o conceito de “acobertamento” ou “calado”, nessa construção específica de, por conseguinte, patrimônio calado/acobertado³⁴.

Embora o argumento apresente-se de modo empírico, por conta de três processos consultados e mais um parecer do conselheiro do IPHAN, arqueólogo e historiador Ulpiano Bezerra de Menezes, sobre a feira de Campina Grande, e mesmo em um decreto, adianta-se que não há demonstrações explícitas de preconceitos por parte de quem toma decisão sobre o patrimônio cultural. Mas segue-se com o entendimento de que há uma classe de interpretações devido a fama (ou má fama) que os locais e suas interações possuem e possuíam junto aos seus membros, sua comunidade.

E dessa maneira faz-se as aproximações entre memória e patrimônio cultural, havendo mesmo a necessidade de evocar as musas, por uma escolha não apenas política sob os desígnios éticos, mas, sobretudo, pelos augúrios estéticos. Ou ainda no certo borrão, como exemplo, observado por Wittgenstein quando escreve em “6.421: É claro que a ética não se deixa exprimir. A ética é transcendental. (Ética e estética são um só)” (1988, p. 127).

Certo é que o citado autor trata a linguagem como um sistema, com regras flexíveis (regras, importante frisar) e a combinação matemático-simbólica de seu uso, buscando o rigor sistemático para o entendimento isento de subjetividades do tipo “eu acho”. Mas a citada passagem aplica-se à presente discussão com o seguinte exemplo: as fotos-de-si (*selfies*) em cemitérios, em locais de tristes acontecimentos, ou demais espaços onde haja uma espécie de, culturalmente falando, respeitosa reverência. Há a notícia de que turistas tiram fotos-de-si diante de monumentos em memória das vítimas do holocausto. Se for possível pensar em termos de uma ordinalidade discreta³⁵, há então a ordem do: 1) monumento e 2) a imposição (implícita na maior parte dos casos) de respeito aos mortos, em seguida vem 3) os visitantes e suas ações e usos do espaço e finalmente dos 4) observadores externos desses usos.

³³O conceito de fama e seus desdobramentos em infâmia, má-fama e difama, será melhor trabalhado em momento propício.

³⁴Opta-se por “calado” ao invés de “silenciado” por uma questão de significação: calar implica a ação de outrem sobre alguém ou algo. É por conta da descrição etimológica sobre a palavra *tego*, do latim “cobrir” ou ainda “cobertura” enquanto limite que impede por ocultar.

³⁵ Termos matemáticos: ordinalidade é a ordem que um número aparece sem levar em conta seu valor intrínseco, isto é, o um pode aparecer em terceiro, o 4 em segundo etc. Já o termo discreto, refere-se ao fato de que em uma contagem, o valor de um número inteiro ‘pula’ para o seu sucessor inteiro, isto é, temos 1, 2, 3... que não leva em conta os valores contidos nos intervalos entre eles.

Assim é preciso frisar que na demonstração de afetos atrelado a locais que demandam respeito, por ser um dever de memória (TODOROV, 2000) esses tais locais, as demonstrações devem ser “tolhidas”, “comedidas” ou “reguladas” pela estética necessariamente atrelada a uma ética do ambiente: “isso pode”, “isso não pode”. Eis o borrão mencionado anteriormente. E assim o artista manipulando as imagens realça esse discurso com uma exposição em uma galeria, fechando um ciclo que dará ensejo a outros e outros ciclos indefinidamente, conquanto se queira falar sobre o tema em questão.

Por *dever de memória* entenda-se que “Cuando los acontecimientos vividos por el individuo o por el grupo son de naturaleza excepcional o trágica, tal derecho se convierte en deber: el de acordarse, el de testimoniar” (TODOROV, 2000, p. 18). Apesar do texto encontrar-se em espanhol, é fácil compreender essas palavras de peso ético, recolhidas do livro *los abusos de la memoria*, de Tzevtan Todorov, linguista e filósofo búlgaro. Neste livro, seu autor faz notar que não há antagonismos entre esquecimento e memória, sendo esta uma escolha seletiva que permitirá, assim, uma construção narrativa de posterior uso social. O abuso em questão consistiria em que,

Sin duda, todos tienen derecho a recuperar su pasado, pero no hay razón para erigir un culto a la memoria por la memoria; sacralizar la memoria es otro modo de hacerla estéril. Una vez restablecido el pasado, la pregunta debe ser: ¿para qué puede servir, y con qué fin? (TODOROV, 2000, p. 33)

É por conta da necessidade que em certos casos parece haver em comemorações de memórias que se preferem esquecer; de grupos que recusam algum tipo de comemoração para sua dor coletiva. Se uma memória sensível for utilizada para o patrimônio cultural, será ele um patrimônio sensível que antes recorda e perpetua uma dor ou de outro modo irá colaborar de alguma forma para a cura e apaziguamento dessa mesma dor? Certo é que, durante o processo administrativo que envolve o bem cultural com potência de patrimônio, deve ater-se a ferrenha pesquisa que levante o máximo testemunho possível no seio da comunidade, observando as diversas camadas de entendimento sobre esse mesmo bem, para construir-lhe o necessário entendimento e dotá-lo de sentido.

Para a construção do entendimento ao qual se quer chegar, a memória enquanto *mínus* do patrimônio deve-se a seguinte questão, tomada a partir dessa passagem,

Contudo, não somente aquilo mediante o qual uma outra coisa é efetuada é uma causa. Também o fim, a partir de que o tipo do meio se determina, vale como causa. Onde fins são perseguidos, meios são empregados e onde domina o instrumental, ali impera causalidade <Ursächlichkeit>, a causalidade <Kausalität>. (HEIDEGGER, 2007, p. 377)

Ou nos dizeres do professor Benedito Nunes,

Ora, ao indagarmos sobre a técnica, veremos que o defini-la como conjunto de meios disponíveis para a consecução de fins, é insuficiente para formular-lhe a essência. Esses meios disponíveis, bem como os fins atingidos, são engrenagem de um processo de produção e de consumo. (NUNES, 2000, p 124)

Como forma de pensar melhor nessa interrelação entre, pensou-se a relação das águas de um rio qualquer com uma fictícia vila próxima. As necessidades dessa relacionam-se com aquelas. Ou então uma plantação de café em terreno onde tenha uma casa com cinco pessoas e uma delas resolva colher alguns grãos para moê-los, torrâ-los e consumi-los com aquela mesma água, porém fervida. Mas do momento em que uma bomba de captação é instalada para, além de puxar as águas, armazená-las em tonéis ou caixas; ou que uma máquina NESCAFÉ Alegria A860 seja utilizada para o preparo da bebida, aí medra o perigo. É que por ser um “desabrigar imperante”, essa “exigência de fornecer energia suscetível de ser extraída e armazenada enquanto tal” (HEIDEGGER, 2007, p. 381) representa como que um desvio de finalidade. E o próprio Heidegger, seguindo o parágrafo, esclarece ainda com o seguinte contraponto, “mas o mesmo não vale para os antigos moinhos de vento? Não. Suas hélices giram, na verdade, pelo vento, permanecem imediatamente familiarizadas ao seu soprar. O moinho de vento, entretanto, não retira a energia da corrente de ar para armazená-la” (2007, p. 381). Complementa-se essa passagem heideggeriana com ASMMANN, quando diz que a “memória corresponde à pura força de armazenamento; ela é comparada a um comerciante que sabe economizar e dispõe soberanamente de suas provisões” (2011, p. 115).

E por quê? Por causa disso: “o encadeamento de uns e outros ao sistema que integram depende do desencadeamento de uma provocação ao ente natural, descoberto como fundo de reserva calculável e manipulável (*Gestell*), de que o homem se torna elemento integrante” (NUNES, 2000, p. 125).

Se a memória municia o patrimônio através de seu testemunho, corre (a memória) esse risco de ser vista “como fundo de reserva calculável e manipulável”, conforme dito acima, através de seu desabrigamento ou, conforme vem-se insistindo (pela via da implicitude), a remoção do *tego*, o des-calar (sic), desacobertar e, de certo, des-cobrir. As palavras de proximidade semântica deixam sempre à mostra o aspecto contável, portanto contábil. Oportuno registrar aqui a expressão “ter em boa conta” como sinônimo de apreço a partir de uma recordação como resgate na memória, apontando que “conta” são pedras, seixos, de um rio, e ainda as proximidades com o narrar, visto a frase “contar uma história”, que em inglês tem-se *tale/tell* distinguindo-se de *account*.

Mas então o que municia a memória? Ora, conforme mencionado, por ser ela seletiva sempre haverá uma dosagem de subjetividade, graus de importância, até por ser

"ontologicamente impossível que tudo seja lembrado. A memória [sendo], portanto, seletiva por natureza" (MICHEL, 2010, p. 16, com grifo). Essa seletividade não deixa de ser uma atribuição de valor entre "a vida que se quer viver e aquilo que se quer lembrar. O conceito de memória, produzido conforme nos coloca a psicóloga Jô Gondar, no presente, é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja" (GONDAR, 2005, p. 17).

Justamente sobre isso (repete-se aqui), Arantes escreve que "a atribuição de valor patrimonial a determinado artefato ou prática cultural é feita em nome do interesse público, fundamenta-se no conhecimento acadêmico e obedece a preceitos jurídicos e administrativos específicos" (2012, p. 111) e que remete diretamente ao parágrafo citado da professora Sonia Rabello, em capítulo anterior. Arantes continua e esclarece o seguinte: "o patrimônio não se confunde, portanto, com o que usualmente se denomina costume. Essa distinção é crucial para compreender seja o sentido da preservação como prática social, sejam suas consequências sobre a dinâmica cultural efetiva" (ARANTES, 2012, p. 111).

{ATENÇÃO AO USO DA PALAVRA **PRÁXIS** – REVER O TEXTO LÁ E AMPLIAR DE ACORDO A PASSAGEM ABAIXO – citar inclusive FLUSSER, conforme o texto de 4 páginas, que também está no livro o mundo codificado: <http://www.flusserbrasil.com/art209.pdf> ou no gdrive em "parágrafos" as citações que pesquisei}

Prática social ou com outra palavra, uma "práxis". E esta necessariamente está presa a um contexto. Por isso importa, agora e aqui, deter-se na seguinte questão: a do sistema. Com uma grande e necessária pergunta por se fazer: qual o sistema do patrimônio? Dizer sistema, nesse sentido, não é imaginar uma série de causas que provocam reações e consequências dentro de uma noção que delimita um espaço conhecido por circuito ou ao menos lho permite um desenho? Sistema, conforme escrito anteriormente, não seria o mesmo que (ou não teria ele alguma semelhança com), a noção de um circuito tecnológico? E nessa estrutura e seus pontos, no exemplo de uma placa-mãe de computador, a eletricidade que passa através dela sendo operada com regras próprias, isso não configura um uso específico através de seus mecanismos ou dispositivos? Pegando esse mesmo exemplo, o da placa-mãe: ela é alimentada por uma corrente elétrica que é manipulada por cada circuito nela impresso. Se houver algum erro (inclusive erro de projeto) durante a manipulação dessa corrente, algum "chip" será queimado ou pior: o resultado das operações será indevido. Sendo, portanto, preferível a certeza de que não funciona do que ter a dúvida sobre sua operacionalidade.

Acerca da noção de sistema, melhor escrevendo, dispositivo, pensado a partir das ideias de Michel Foucault, o filósofo italiano Giorgio Agamben escreveu que,

o dispositivo tem natureza essencialmente estratégica, que se trata, como consequência, de uma certa manipulação de relações de força, de uma intervenção racional e combinada das relações de força, seja para orientá-las em certa direção, seja para bloqueá-las ou para fixá-las e utilizá-las. (AGAMBEN, 2014, p. 25)

Isso se deve ao fato de que,

O dispositivo está sempre inscrito num jogo de poder e, ao mesmo tempo, sempre ligado aos limites do saber, que derivam desse e, na mesma medida, condicionam-no. Assim o dispositivo é: um conjunto de estratégias de relações de força que condicionam certos tipos de saber e por ele são condicionados. (ibidem)

Mas esse “conjunto de estratégias de relações de força” pode ser resumido como regime: “(lat. *Regimen*). Em geral, orientação ou direção; em particular, orientação ou direção do Estado, o governo” (ABBAGNANNO, 2007, p. 840). Há um parágrafo, colhido com o professor e filósofo francês Jacques Rancière em um de seus textos, que permite uma certa transposição,

Começemos pelo início. Fundar o edifício da arte significa definir um certo regime de identificação da arte, isto é, uma relação específica entre práticas, formas de visibilidade e modos de inteligibilidade que permitem identificar seus produtos como pertencentes à arte ou a uma arte. (RANCIÈRE, 2010, p. 24)

Não tanto para a arte (e por arte compreenda-se a dança, música, poesia, literatura, teatro, cinema e quetais), mas no caso desta dissertação que versa sobre patrimônio cultural e cujo autor é graduado em filosofia, observa-se antes o seu fundamento, isto é: quais categorias relacionam-se umas com as outras e de que maneira? Quais os seus modos e chaves de entendimento? Ressalte-se ainda que não há a busca por uma resposta definitiva, mas antes o constante questionamento e ampliação cada vez maior das possíveis respostas.

Assim, na argumentação doravante apresentada, quer-se compreender o dispositivo que permeia o campo do patrimônio cultural e, por consequência, qual o seu regime (partilhado), sua economia, onde é importante transcrever o seguinte parágrafo para melhor embasar as falas que vem sendo apresentadas,

oikonomia significa em grego a administração do oikos, da casa e, mais geralmente, gestão, management. Trata-se, como disse Aristóteles, não de um paradigma epistêmico, mas de uma práxis, de uma atividade prática que deve de quando em quando fazer frente a um problema e a uma situação particular. (AGAMBEN, 2014, p. 33)

E já não foi escrito práxis patrimonial (economia patrimonial)? Mas convém citar ainda que, nesse mesmo livro *O que é um dispositivo?*, o filósofo italiano esclarece outras questões pertinentes ao presente estudo. Ei-las,

Os dispositivos são precisamente o que na estratégia foucaultiana ocupa o lugar dos Universais: não simplesmente esta ou aquela medida de segurança, esta ou aquela tecnologia do poder, e nem mesmo uma maioria obtida por abstração: de preferência, como dizia na entrevista de 1977, "a rede (*le reseau*) que se estabelece entre estes elementos". (AGAMBEN, 2014, p. 31)

E justamente a partir de sua leitura sobre o filósofo francês Michel Foucault, Giorgio Agamben avança em seus entendimentos sobre o termo “dispositivo”. E afirma em seu livro que ele (o próprio Agamben) chamará “literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (AGAMBEN, 2014, p. 39)

Com isso, importa aqui ter como pressuposto que o campo do patrimônio cultural faz parte de um dispositivo do Estado (pátria e nação), parte de uma práxis estatal, cabendo aí as observações de “assegurar os gestos” (e por que não dizer os gastos?) ou “modelar”, conforme (inclusive) o Artigo de nº 216 da Constituição federal, em que diz,

portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver etc (BRASIL, 1988).

Ou em melhores palavras, de acordo com o historiador português Fernando Catroga, é,

a partir da ideia e do sentimento de pátria que comunidades e grupos narram a história que os identifica (e os constrói) como famílias alargadas e como comunidades étnico-culturais. Compreende-se. É que, se estas implicam a partilha de características comuns (os mesmos mitos de origem, a mesma língua, um mesmo território, a mesma memória coletiva), é indiscutível que a sua pedra de toque se situa na ancestralidade. Bem vistas as coisas, como “terra dos pais” (e os seus respectivos mitos) a “pátria” é a *origem* de todas as *origens*, húmus sacralizado que, se gera, também *filia* e se impõe, quase holisticamente, como uma *herança* e como um dever de *transmissibilidade*, ou melhor, como um *destino*, ou mesmo como uma *vocação* (CATROGA, 2008, p. 10)

Mas ainda tem-se subjacente a ideia do *regime* (assim como *rastros*, *identidade*, *memória*, dentre outras ideias), pelo qual procura-se trazer mais argumentos para enriquecer este texto. Qual a orientação realizada no âmbito do patrimônio cultural no que diz respeito ao regime? O professor (e mestre ignorante) de filosofia Jacques Rancière, trabalhando com o fato histórico sobre a questão estética em seu livro *Partilha do Sensível*, 2009, tem bons apontamentos. Embora seu texto seja (também) sobre a articulação narrativa que vai da literatura para o cinema, de algum modo seu texto comunica-se com o campo Patrimonial, pois,

A revolução estética transforma radicalmente as coisas: o testemunho e a ficção pertencem a um mesmo regime de sentido. De um lado, o "empírico" traz as marcas do verdadeiro sob a forma de rastros e vestígios. "o que sucedeu" remete pois diretamente a um regime de verdade, um regime de mostraçãõ de sua própria necessidade. (RANCIÈRE, 2009, p. 57)

Com o parágrafo acima tem-se duas pistas (rastros) que serão bem aproveitadas, a saber: “marcas do verdadeiro” e “regime de mostraçãõ” e ainda a passagem “o testemunho e a ficção pertencem a um mesmo regime de sentido”. São termos que concorrem para maiores

argumentos sobre a economia memorial que vigora no âmbito do patrimônio cultural (seu fluxo informacional). E também que,

Do outro, "o que poderia suceder" não tem mais a forma autônoma e linear da ordenação de ações. A "história" poética, desde então, articula o realismo que nos mostra os rastros poéticos inscritos na realidade mesma e o artificialismo que monta máquinas de compreensão complexas. (RANCIÈRE, 2009, p. 57)

“Rastros poéticos”... “máquinas de compreensão complexas”. Embora Rancière faça observações concernentes ao processo histórico no campo das artes, nas questões da sensibilidade e do sensível, que são questões estudadas pela disciplina estética, apontando a passagem de certo caráter religioso para esferas de compreensões mais contemporâneas (isto é, se na época em que foi feita a estátua de Apolo, esta representava de fato o deus, e atualmente sua arte resume-se à apreciação de tal escultura e beleza), tão somente aproveita-se aqui o seu entendimento para essa questão do “regime”, atrelando ainda os termos “economia” e “dispositivo”.

É que a partir da compreensão do regime (de que há um regime) que vigora no Patrimônio Cultural e sua economia intrínseca (seu *oikos*), vem à tona (como abordagem e proposta ética para um outro dispositivo), a proposta de uma gestão poética do patrimônio, abrindo assim os significados e principalmente as memórias veladas, guardadas, ocultas e (muito mais importante), invisibilizadas ou mesmo apagadas, dando ensejo a um novo *télos* e mesmo um novo *éthos*, com esse desencobrir, ou seja *tego*. Muitas das vezes, por parte do próprio Estado que deveria assegurar-lhes o direito, por decisões (sempre) políticas, as memórias são geridas de acordo com tipologias, algumas das quais já apresentamos no presente texto.

Quanto à memória (embora em outra chave de compreensão), tem-se cinco tipologias propostas por Johann Michel (2010) de acordo com seu artigo *Podemos falar de uma política de esquecimento?*. São elas: o “esquecimento omissão”, o “esquecimento negação”, o “esquecimento-manipulação”, o “esquecimento-direcionamento” (ou “comando”), o “esquecimento-destruição” e o “esquecimento terapêutico” (ou de “cura”)³⁶. Para a memória *per si*, Pollak (1989) a segmenta em “memória envergonhada” e “memória enquadrada”.

Quanto à específica tipologia no campo do patrimônio cultural, de acordo com Arantes (2012), ela divide-se em: “natureza do bem” (imaterial-intangível ou material-tangível, com este último diferenciando-se entre móvel ou imóvel), “sentido cultural” (documental, político,

³⁶Eni Orlandi (2000, p. 35) em seu livro *Análise do Discurso*, citando Pecheux menciona ainda "o esquecimento número dois, que é da ordem da enunciação" e o "esquecimento número um, também chamado esquecimento ideológico". Apenas um pequeno acréscimo a título de curiosidade, contudo não nos propomos a utilizar este livro para o presente trabalho.

religioso, econômico), “valor” (paisagístico, arqueológico, etnográfico, histórico, artístico, referencial), “base social de referência” (singular ou universal, étnico ou nacional, popular ou erudito) e “escala geopolítica” (municipal, estadual, federal, regional, mundial).

Toda essa diversidade e riqueza de produção acadêmica serve para interferir nos processos gerenciais acima do patrimônio cultural, ou o seu “antes” (os pressupostos, os bens culturais patrimonializáveis), incluindo aí os membros conselheiros em suas decisões. O como se dá essa interferência, o interior propriamente dito do processo interno na instituição, não logrou-se conhecer (durante a realização do mestrado), apesar de insistentes pedidos.

Capítulo 2.1: Resíduos de memória

O conceito de *memória sensível*, por bem se aplicar à tipologia citada no capítulo anterior e para a proposta que vem sendo construída até então, será definido valendo-se do livro “Confissões” de Santo Agostinho. Nele diz o autor que,

Há, portanto, outra força que não só vivifica, mas também sensibiliza a carne que o Senhor me criou, mandando aos olhos que não ouçam e ao ouvido que não veja, mas aos primeiros que vejam e a este que ouça e a cada um dos restantes sentidos o que é próprio dos seus lugares e ofícios. Por eles, que eu — espírito uno — realizo as diversas funções. (AGOSTINHO, 1980, p. 215)

Essa outra força é a memória em suas várias expressões, estudadas por ele ao longo de todo seu livro décimo, pois,

Chego aos campos e vastos palácios da memória onde estão tesouros de inumeráveis imagens trazidas por percepções de toda espécie. Aí está também escondido tudo o que pensamos, quer aumentando quer diminuindo ou até variando de qualquer modo os objetos que os sentidos atingiram. Enfim, jaz aí tudo o que se lhes entregou e depôs, se é que o esquecimento ainda o não absorveu e sepultou. (AGOSTINHO, p. 215)

Mas isso só após ele ter transposto, “então, esta força da minha natureza, subindo por degraus até Aquele que me criou” (AGOSTINHO, p. 215). É que para o douto santo, e ao longo de todos os livros que compõe *Confissões*, sensível é o que afeta qualquer um dos cinco sentidos, em que sua interpretação dá-se pela subjetividade conhecida por sentimento, isso é: sensível é o que se faz sentir, causando sensações/impressões.

Como exemplo (sobre o sensível e a impressão), ele esclarece ainda, falando sobre a potência raciocinante, que “a esta pertence ajuizar acerca das impressões recebidas pelos sentidos corporais” (AGOSTINHO, p. 157). E justamente no capítulo VIII de seu livro décimo, cujo título é “O Palácio da Memória”, escreve que “todavia, não são os próprios objetos que

entram, mas as suas imagens: imagens das coisas sensíveis, sempre prestes a oferecer-se ao pensamento que as recorda." (AGOSTINHO, p. 216).

O filósofo e filólogo alemão Harald Weinrich explica ainda melhor sobre essa questão mnemônica no contexto de Santo Agostinho, quando diz que,

Por exemplo, os sentidos. A mnemotécnica dos antigos repousava inteiramente no princípio da sensorialização. Entre os cinco sentidos valia para eles, como superior, o da visão, e mais próximo da razão, que por isso era tão privilegiado na mnemotécnica que também se podem encarar os conteúdos da memória como imagens mnemônicas (*phantasmata, imagines*). (WEINRICH, 2001, p. 209)

Mas nesse caminho, memória sensível é a que afeta de algum modo os sentidos, isto é e como exemplo, a lembrança recordada de algum cheiro, textura, sons e o que mais for, incluindo aí temas ruins ou não solicitados, como tragédias, violências e similares (a dor se faz sentir também, não apenas a alegria). Já alargando o entendimento, ainda explica que,

Fala-se com isso de uma forma de memória que se esquia de ser dirigida pela razão e pela vontade, fugindo habilmente ao controle de ambas. Essa memória não tenta mais invocar lembranças através de um esforço da vontade, e também desiste de invocar lembranças através de um esforço da vontade, e também desiste de assegurá-las contra o esquecimento com toda a sorte de artifícios mais ou menos hábeis. (WEINRICH, 2001, p. 208)

É que Weinrich observa que “Proust salva o valor da memória poética com sua engenhosa invenção da *mémoire involontaire*” (2001, p.208). Por memória involuntária o filólogo ainda explica que ela “antes de mais nada se dá tempo. Pode esperar bastante, por vezes muito tempo, até que alguma vez, depois de longos intervalos, certas lembranças retornam "espontaneamente" - caso queiram retornar por vontade própria” (WEINRICH, 2001, p. 208).

Isso remete às observações de Santo Agostinho sobre as impressões que as lembranças causam, estas marcas, talhos, inscrições no espírito. Mas afinal “para criar os pressupostos psíquicos disso, aquele que recorda tem de ter a paciência de portar-se de maneira absolutamente passiva em relação ao passado, para que não se estrague, com um desejo forçado de lembrar, toda a lembrança” (WEINRICH, 2001, p. 208).

Quando falou-se anteriormente em gestão poética, partiu-se desse entendimento como proposta para o campo Patrimonial, o de “criar os pressupostos psíquicos” ou de possibilitar-lhes e mesmo revelar-lhes, bastando uma certa vontade política do gestor, pois avançando um pouco mais sobre a questão da “memória involuntária”, Weinrich analisa o texto proustiano e observa se,

Isso também se pode chamar de mnemotécnica? [...] Uma "arte" no sentido da arte da memória e uma "técnica" no sentido da mnemotécnica são sempre um procedimento orientado pela razão, com regras especialmente criadas, que por isso necessariamente está do lado da "memória da razão". [...] deveríamos falar, em lugar de uma mnemotécnica, em uma "*mnemopoética*", com valores bem distintos daquela. (WEINRICH, 2001, p. 209)

Essas são, então, as conclusões iniciais para uma possível proposta de regime, economia, da memória e seu *éthos* para o campo do patrimônio cultural, a de que este figure não apenas com o regime, economia, mnemotécnico, isto é, dessa tradição que é também uma tradição amarrada à questão identitária, contexto da lembrança e identidade ou recordação e identidade, consoante Assmann (2011), mas que atue inclusive por uma mnemopoética.

Já há inclusive exemplos mnemopoéticos, embora não com esse nome, mas com esse objetivo. Traz-se como exemplos os pedidos de tombamento do “céu de Brasília”³⁷, o da “relação médico-paciente”³⁸ em Portugal, da “memória gastronômica”³⁹ e, recentemente a “união homoafetiva”⁴⁰. Dar visibilidade é gesto de memória poética por esse ato mesmo e também pelo viés do desencobrir, desocultar, “descalar” (sic).

Outras observações são colhidas a partir de tudo escrito até agora, de que o patrimônio cultural, por conta de seu regime mnemotécnico, se presta ou a manutenção ou ao fabrico de modos de existência/de viver. E nesse sentido, por encontrar-se firme nas questões de um poder de Estado, contribui e interfere para a manutenção de um tipo de cidadão que se quer instituir e/ou mesmo uma sua concepção normalista, dando ensejo ao mito que esse mesmo Estado formula, conforme a professora e filósofa Marilene Chauí escreve,

Dessa disputa de poder e de prestígio nascem, sob a ação do poder político, o patrimônio artístico e o patrimônio histórico-geográfico da nação, isto é, aquilo que o poder político detém como seu contra o poder religioso e o poder econômico. Em outras palavras, os semióforos religiosos são particulares a cada crença, os semióforos da riqueza são propriedade privada, mas o patrimônio histórico-geográfico e artístico é nacional. (CHAUI, 2000, p. 11)

³⁷Arquiteto pede que Iphan declare céu de Brasília patrimônio natural. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/04/arquiteto-pede-que-iphan-declare-ceu-de-brasilia-patrimonio-natural.html> . Último acesso em 20 de ago de 2018.

³⁸Relação médico-paciente poderá ser Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/pais/relacao-medico-paciente-podera-ser-patrimonio-cultural-imaterial-da-humanidade_v1040879 . Último acesso em 20 de ago de 2018.

³⁹ Pesquisando no google esses dois termos, tem-se por resposta uma infinidade de artigos e reportagens. A expressão é aqui utilizada com ênfase na relação local (restaurante) x entorno, pois preservaria-se, caso de tombamento ou registro, os cheiros dos alimentos aí preparados. Inclusive, conforme a lei ordinária estadual do Rio de Janeiro, de nº 7180 de 28 de dezembro de 2015, nos incisos II e III, que tratam do aprendizado social e das formas de sociabilidade como transmissão da cultura, ambas ressaltam a questão "dos saberes, dos sabores, dos cheiros, da história, da memória e do afeto; aproximando o local de produção com o local de consumo; quem produz alimentos de quem prepara e consome fortalecendo, assim, a identidade cultural de uma população". ESTABELECE, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, O MARCO REFERENCIAL DA GASTRONOMIA COMO CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Disponível em: <http://alerj.ln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/e9589b9aabd9cac8032564fe0065abb4/06033f24c3697dab83257f31005b1d36?OpenDocument> . Último acesso em 20 de ago de 2018.

⁴⁰Unesco reconhece união homoafetiva como patrimônio mundial. Disponível em: https://exame.abril.com.br/brasil/unesco-reconhece-uniao-homoafetiva-como-patrimonio-mundial/?fbclid=IwAR24IPEi4kK_wZLT5FZte1_mhEJL5MV179LXRMAPT4NqfkWskRkFcUahsiI . Último acesso em 13 dez de 2018.

Problema sógnico com *télos* bem definido, o Estado pela via simbólica interferindo na vida dos cidadãos. Acrescente-se ainda o seguinte aspecto, de que,

Subsiste em toda política simbólica uma função ideológica que remete a uma dimensão quase narcisista do grupo e do poder: forjar imagens, símbolos e narrativas que permitem aos indivíduos se reconhecerem em um espelho idealizante, ao mesmo tempo como membros de um determinado grupo e diferente de outros. (MICHEL, 2010, p. 14)

Aliás, ‘prestígio’ é uma palavra muito irmanada à *fama*, essa “forma secular da autoeternização, que tem muito a ver com autoencenação” (ASSMANN, 2011, p. 37). De fundo esta questão e relaciona-se com a mnemotécnica na guarda da memória de falecidos, pelo ato do poeta como agente da imortalidade. Essa estrutura pode ser alargada para o campo patrimonial. Mas por ora e para seguir com um viés que é importante dizer, antes, tem-se que no livro *Brasil, Mito Fundador e Sociedade Autoritária*, a professora filósofa Marilena Chauí pontua politicamente acerca do mito que circunda toda e qualquer formação estatal,

Para realizar essa tarefa, o poder político precisa construir um semióforo fundamental, aquele que será o lugar e o guardião dos semióforos públicos. Esse semióforo-matriz é a nação. Por meio da *intelligentsia* (ou de seus intelectuais orgânicos), da escola, da biblioteca, do museu, do arquivo de documentos raros, do patrimônio histórico e geográfico e dos monumentos celebratórios, o poder político faz da nação o sujeito produtor dos semióforos nacionais e, ao mesmo tempo, o objeto do culto integrador da sociedade una e indivisa. (CHAUÍ, 2000, p. 11)

E explica a autora a etimologia: “*semeiophoros* é uma palavra grega composta de duas outras: *semeion* “sinal” ou signo, e *phoras*, “trazer para a rente”, “expor”, “carregar”, “rotar” e “pegar” (no sentido que, em português, dizemos que uma planta “pegou”, isto é, refere-se à fecundidade de alguma coisa)” (CHAUÍ, 2000, p. 8)

A vontade de transcrever blocos e páginas inteiras desse livro é grande. Mas se aponta que a professora Marilena Chauí expõe as origens do poder teocrático e no como isso influencia e interfere na moderna gestão e concepção estatal, com o seu modo de agir sobre os cidadãos como se prestasse favores/concedesse graças. Interessante também frisar que, na figura do rei, supremo mandatário ungido por Deus e anterior ao conceito de nação, haviam símbolos atrelados a sua figura,

O rei recebe o corpo político ou o corpo místico no momento da coroação, quando recebe as insígnias do poder: o cetro (que simboliza o poder para dirigir), a coroa (que simboliza o poder para decidir), o manto (que simboliza a proteção divina e aquela que o rei dará aos súditos), a espada (que simboliza o poder de guerra e paz) e o anel (que simboliza o casamento do rei com o patrimônio, isto é, a terra). (CHAUÍ, 2000, p. 87)

Enquanto culturalmente a memória tem sua origem calcada em um viés mitológico, na concepção de mãe de todas as musas (cujo nome é Mnemósina), patrimônio por sua vez é uma palavra colhida do comum, do cotidiano, sendo necessariamente contábil, econômica, como

bem já se disse. O falecido professor Junito de Souza Brandão (grande especialista em mitologia e letras clássicas), explica que “Mnemósina, em grego [transliterado] *Mnemosýne*, prende-se ao verbo *mimnéskein*, "lembrar-se de", donde Mnemósina é a personificação da Memória. Amada por Zeus, foi mãe das nove Musas” (BRANDÃO, 1997, p. 202).

Cabe aqui a importantíssima observação da professora Chauí, no que diz respeito a um possível dispositivo, economia, produtor de subjetividades,

Ao falarmos em mito, nós o tomamos não apenas no sentido etimológico de narração pública de feitos lendários da comunidade (isto é, no sentido grego da palavra *mythos*), mas também no sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade. (CHAUÍ, 2000, p. 6)

E quanto à palavra patrimônio a professora esclarece que,

Não se trata, porém, do pai como genitor de seus filhos - neste caso, usava-se genitor -, mas de uma figura jurídica, definida pelo antigo direito romano. Pater é o senhor, o chefe, que tem a propriedade privada absoluta e incondicional da terra e de tudo o que nela existe, isto é, plantações, gado, edifícios (“pai” é o dono do *patrimonium*), e o senhor, cuja vontade pessoal é lei, tendo o poder de vida e morte sobre todos os que formam seu domínio (casa, em latim, se diz *domus*, e o poder do pai sobre a casa é o *dominium*), e os que estão sob seu domínio formam a família (mulher, filhos, parentes, clientes e escravos) (CHAUÍ, 2000, p. 12)

E faz o devido arremate com “pai se refere, portanto, ao poder patriarcal e pátria é o que pertence ao pai e está sob seu poder” (CHAUÍ, 2000, p. 12).

Acrescente-se ainda que a palavra ‘próprio’ vem de pro-pater, algo como que ‘ao pai’ ou ‘pelo/para o pai’, reforçando a questão jurídica, conforme apontada pela filósofa. A língua latina é extremamente misógina, cabendo aqui o seguinte registro: dizer patrimônio ainda é seguir uma tradição que inferioriza a mulher, pondo-a sempre como uma subalterna, em uma outreidade que é sempre vilipendiada, seja de modo explícito e consciente, seja por uma sutileza implícita e mesmo inconsciente devido a um hábito e certa pedagogia machista. Não obstante, as palavras chulas ou de baixo calão (os palavrões) quando se referem as mulheres são as mais humilhantes, típicas de uma relação que as aprisiona em espaço doméstico e privado, sendo socialmente degradantes. Mas aplicando-as aos homens, a polaridade como que se inverte. Para citar um cristalino exemplo, a palavra ‘galinha’ e sua distinção na hora de atribuir um valor ao que se entende por masculino e ao que se entende por feminina. Outros animais certamente aí adentram, como cão e cadela ou boi e vaca.

É oportuno, portanto, esclarecer imediatamente a relação cultural entre a memória e as mulheres,

A lembrança cultural do nome próprio é um privilégio altamente exclusivo; isso foi reafirmado também pela pesquisa feminista no exemplo da instituição da autoria. Barbara Hahn demonstrou que “o nome de um autor não é natural, mas efeito da escrita em um sistema específico da produção de textos”. A questão de inclusão de

algo ou na memória de curto prazo do mercado literário ou na memória de longa duração dos textos culturais canônicos depende das instituições sociais da consagração e da excomunhão, da honraria e do ostracismo. A pesquisa feminista insiste em que o senso comum compreenda que a “grandeza” é um predicado, uma característica feita por homens para homens (ASSMANN, 2015, p. 66)

Aleida Assmann nesse seu livro *Espaços da recordação*, de 2015, traça importantes relações histórico-culturais da memória com as mulheres, de como os artistas, homens, acabam por influenciar a representação sobre as mulheres e seu esquecimento, diga-se, programado, isso é, direcionado. E conclui o capítulo intitulado por *A secularização da memoração - memória, fama, história*, com os seguintes dizeres,

Em todas as camadas sociais a mulher constitui o pano de fundo sobre o qual a fama masculina se ergue, luzente. Enquanto as condições para a inclusão na memória cultural forem a grandeza heroica e a canonização clássica, as mulheres serão sistematicamente vítimas do esquecimento cultural: trata-se de um caso clássico de amnésia estrutural (ASSMANN, 2015, p. 67)

Com tudo isso posto até o momento, surge por consequência direta a seguinte pergunta: porventura há uma prática (um regime patrimonial, economia patrimonial, promoção patrimonial), misógina, machista ou falocêntrica? Talvez que seja leviano levantar tais questões no curto espaço de uma dissertação de cunho filosófico, que faria com isso lançar uma espessa sombra de dúvida sobre todos os processos de tombamento, registro e inventário para toda e qualquer instituição que cuide dos bens culturais de uma nação, atuando assim de maneira “retrospectiva”, fixando o presente na constante correção de processos e eventos do passado devido as constantes correções cronológicas (o tempo não para) ao invés de seguir por um cariz de memória “prospectiva”. Talvez que o *tópos*, o lugar patrimonial, quando muito, apenas reproduza em seu inerente espaço e recorte narrativo as relações interpessoais de homens e mulheres, de cis e trans, de privilegiados e minoritários, de positivados e negativados, público e privado e, no ápice, categorizar a partir de povos “úteis, ordeiros, trabalhadores e desejados, e os nocivos, desordeiros, perigosos e indesejáveis” (MENEZES, 1996). Quanto a isso muito bem se refere uma funcionária e um funcionário do IPHAN em sua pesquisa sobre a relação gentrificação/patrimonialização,

Sabemos que as palavras parecem surgir para responder a alguns questionamentos, a certos problemas que se mostram em determinadas épocas e em contextos socioculturais específicos. E o uso amplo ou limitado de determinadas palavras pode revelar um interessante jogo de relações de poder e dominação. (BRAGA & MORAES, 2016, p. 33)

Operar metodicamente uma problemática por termos complementares ou opostos traz em seu bojo, de modo implícito uma contenda, um conflito, uma polêmica. Finalmente: uma disputa. Justamente por conta desse “interessante jogo de relações de poder e dominação” (BRAGA & MORAES). O *éthos*, espera-se, seja o do desvelamento, desocultamento,

desesquecimento, para que a comunidade onde o bem, então valorado como patrimônio cultural, o comunique devidamente. Ou de acordo com Todorov, “Es algo sustancial a lapropiadefinición de la vida en democracia; los individuos y los grupos tienen el derecho de saber, y por tanto de conocer y dar a conocer su propia historia; no corresponde al poder central prohibírsele o permitirsele” (2000, p. 17). Esse dever de memória coaduna-se com o desacobertar próprio de uma gestão poética do patrimônio. Tendo como possível espreita de cada gesto, a frase de Plutarco citada por Todorov, que “política se define como aquello que sustrae al ódio su carácter eterno” (2000, p. 29) ou, em outras palavras, fomentadora de uma cultura de paz.

Capítulo 2.2: Memórias, técnicas e quetais

Segue-se perseguindo os sinais e rastros no campo do patrimônio. E com eles vir avançando nas abstrações e suas abordagens. Recorre-se para tanto aos estudos da professora historiadora Aleida Assmann, especialista em estudos literários e memória cultural. Seu livro *Espaços da Recordação* contém apontamentos para uma tipologia diádica: *fama* ou *pietá*. Com isso é possível questionar ainda mais qual o tipo de regime memorial vigora no patrimônio. Segundo a pesquisadora,

A memória cultural tem como seu núcleo antropológico a memoração dos mortos. Isso significa que as pessoas de uma família devem guardar na memória os nomes de seus mortos e eventualmente passá-los às gerações futuras. A memoração dos mortos tem uma dimensão religiosa e outra mundana, que se opõem entre si como *pietas* e *fama*. (ASSMANN, 2011, p. 37)

Fique claro que tais conceitos aqui são alargados, saindo do uso especificado acima de “memoração dos mortos” e sendo aplicados no contexto patrimonial. Mais ainda, percebe-se um certo resquício religioso, certa referência teocrática no âmbito estatal, conforme menção da professora Chauí. Pois o caráter de um processo administrativo ao invés de uma técnica dá ensejo para uma economia (*oikonomós*), um dispositivo, pois justamente,

segundo o direito romano, sagradas ou religiosas eram as coisas que pertenciam de algum modo aos deuses. Como tais, eram subtraídas ao livre uso e ao comércio dos homens, não podiam ser vendidas, nem penhoradas, cedidas ao usufruto ou encarregadas de servidão (AGAMBEN, 2014, P. 44)

Ao passo que “sacrilégio era todo ato que violasse ou transgredisse esta especial indisponibilidade que as reservava exclusivamente aos deuses celestes (e eram então chamadas

propriamente de "sagradas") ou inferiores (neste caso, chamavam-se simplesmente "religiosas")" (AGAMBEN, 2014, P. 44). E finalmente o termo,

“consagrar (sacrare) era o termo que designava a saída das coisas da esfera do direito humano, profanar significava ao contrário restituir ao livre uso dos homens. "Profano", podia escrever assim o grande jurista Trebazio, "diz-se, em sentido próprio, daquilo que, de sagrado ou religioso que era, e restituído ao uso e a propriedade dos homens" (AGAMBEN, 2014, P. 45)

O próprio Giorgio Agamben, nesse jogo duplo entre sagrado e profano, ainda observa que,

Os filólogos não cansam de ficar surpreendidos com o dúplice e contraditório significado que o verbo *profanare* parece ter em latim; por um lado, tornar profano, por outro — em acepção atestada só em poucos casos - sacrificar. Trata-se de uma ambiguidade que parece inerente ao vocabulário do sagrado como tal; o adjetivo *sacer*, com um contra-senso que Freud já havia percebido, significaria tanto “augusto, consagrado aos deuses”, como “maldito, excluído da comunidade” (AGAMBEN, 2007, p. 68)

Tornar um bem cultural em patrimônio cultural, é justamente fazer esse jogo duplo, contemporaneamente falando, entre, como exemplo, o imóvel tombado de um cidadão e o Estado e sua semi-tutela sobre este mesmo imóvel, cabendo a devida comparação com a seguinte citação do mesmo filósofo,

É preciso, nesse sentido, fazer uma distinção entre secularização e profanação. A secularização é uma forma de remoção que mantém intactas as forças, que se restringe a deslocar de um lugar a outro. Assim, a secularização política, de conceitos teológicos (a transcendência de Deus como paradigma do poder soberano) limita-se a transmutar a monarquia celeste em monarquia terrena, deixando, porém, intacto o seu poder (AGAMBEN, 2007, p. 68)

Não havia como reescrever todas as citações acima, devido ao peso que tais parágrafos possuem.

Um bem patrimonializado é, de certo modo, retirado do interior da comunidade e elencado para uma construção identitária de uma narrativa nacional. E segue-se com as questões, postas de outra maneira, sobre e quanto a memória que subjaz ao patrimônio, que tipo de gestão se faz dela? É do tipo *ars* ou *vis* (ASSMANN, 2015) ou uma mistura de ambas as maneiras? Sobre *ars*, Aleida Assmann esclarece que,

A memória como *ars* tem como modelo a força de fixação da escrita e o fechamento seguro de uma economia previdente; ela ordena, treina e elabora a memória humana de um modo que — em analogia com a escrita — se transforma em armazenador espaçoso e confiável de palavras, pensamentos, imagens e idéias. O tempo se encerra nesse modelo de recordação; o que é sempre depositado no armazenador faz parte da forma de existência da duração e não está exposto a mudanças (ASSMANN, 2015, p. 104)

É técnica, pura e simplesmente, que dá ensejo não obstante à mnemotécnica, que são formas e treinos que facilitam a memorização por parte de quem a prática ou exerce. O assunto

é diverso quanto ao tipo *vis*, cuja historiadora aponta para o filósofo Friedrich Nietzsche como lhe sendo “o patrono do paradigma da recordação formadora de identidade” (ASSMANN, 2015, p. 33). A passagem abaixo esclarece ainda um pouco mais,

O sentido histórico do Renascimento surgiu quando emergiu a consciência de que a ruptura e o esquecimento haviam bloqueado o acesso direto ao passado. Entretanto, ainda não se havia rompido de modo algum com a força normativa do passado. Segundo a terminologia de Nietzsche, a historiografia do século XVI ainda se constituía como “escrita monumental da História”, pois esquadrihava e assegurava os conteúdos considerados dignos de recordação, formadores de identidade e indicadores dos rumos que conduziriam ao futuro (ASSMANN, 2015, p. 57)

A memória do tipo *vis* tem uma certa função direcionada, teleologicamente falando, para a criação de identidades e gestos religiosos, isso é, de religação à comunidade ao qual se está inserida.

Pela presente escrita o que se busca e pretende é dar o enfoque maior nesse aspecto dos tipos de memória, *ars* e *vis*, cujo regime, economia, não se prenda ao estético (RANCIÈRE), mas que revolucione para perceber que cada item registrado nos livros patrimoniais consiste em uma espécie de banco de dados cuja informação pode ser recuperada, mas ao invés de mnemotécnica, isto é, a memória do tipo *input/output*, entrada/saída, seja como potência, mas dando proeminência a gestão poética. Se a comparação for com uma represa, que a gestão atue como quem abre as comportas para inundar tudo à frente. Desabrigue-se, desencubra-se, desoculte-se, desacoberte-se, ou seja *tego*, des-esqueça, desesquecer,

Palavra grega composta pelo prefixo de negação “a” agregado ao substantivo *léthe* (esquecimento), *aletheia* é a negação do esquecimento. Ela sugere a habilidade de avançar na contra mão da correnteza do rio dos mortos, o *Lethes*, desfazendo os caminhos do apagamento da memória. Seu sentido, portanto, não é o de ser subitamente assaltado por uma lembrança. Mas envolve o lento e trabalhoso esforço de “des-esquecer”, isto é, o esforço de contrariar o fluxo temporal para resgatar do reino dos esquecidos todos os que merecem e devem ser recordados (entendido aqui também na acepção de acordados, despertados) (CÔRTEZ, 2006, p. 277)

Foi necessário repetir a citação acima, da professora historiadora Norma Côrtes, por conta desse paralelo com a questão da Verdade e no como este conceito é desenvolvido por Gadamer e por Heidegger. Norma Côrtes esclarece e amplia a questão sobre o entendimento de Gadamer, que atrela a Verdade a um ato de recordação, devido sua análise prudencial sobre a questão da anamnese platônica, pois “aprender é na sua essência recordar (*anamnesis*)” (WEINRICH, 2001, p. 43). Para não fugir demais ao tema e permanecer em uma certa insistência argumentativa repisada, o que foi escrito até aqui é mais do que suficiente. E na mesma condução, uma gestão poética que desesqueça as memórias por detrás de um patrimônio, perfazendo (refazendo) esse caminho de recuperação de um *metá* (além) próprio ou “metapatrimônio cultural”. Esse desesquecer será a Verdade patrimonial e seu imperativo

ético de dever de memória, salvaguardando devidamente as informações de acordo com o paradigma da perda memorial a partir de sua sociedade e contextos envolvidos, como proposta teleológica. Além disso é preciso realizar a pergunta incômoda sobre os motivos que conduzem ao esquecimento enquanto apagamento, ou seja *tego*.

Poderia seguir aqui em abstrações e elucubrações mais e mais metafísicas, dando ensejo às infinitas possibilidades que a linguagem possibilita e que o papel tudo aceita, mas como nova abordagem segue-se com o tratamento dado pela pesquisadora lusitana Maria José Figueiroa Rêgo, quando diz que “o contributo da filosofia assemelha-se ao da arte de marear: identificar ponto/porto de partida, escalas a fazer, condições de navegabilidade, ventos favoráveis, nortear sempre em direcção a uma insatisfação de chegar, e, qual eterno retorno, partir de novo” (2015, p. 103).

Como importante digressão, traz-se a pinimba material x imaterial, tangível x intangível. No livro *Mundo Codificado*, 2007, organizado pelo professor e doutor em história da arte Rafael Cardoso, Vilém Flusser inicia seu texto com os seguintes dizeres,

A palavra "imaterial" (*immateriell*) tem sido alvo de disparates há bastante tempo. Mas, desde que se começou a falar de "cultura imaterial", esses disparates não podem mais ser tolerados. Este ensaio tem a intenção de recuperar o conceito, atualmente muito distorcido, de "imaterialidade" (FLUSSER, 2007, p. 23)

Como desocultou-se anteriormente os termos “patrimônio” e algumas outras palavras, quer-se esclarecer e ampliar o entendimento de muitas outras delas, trazendo o contributo filosófico que certamente enriquecerá por demais o campo aqui dissertado. Pois,

A palavra *materia* resulta da tentativa dos romanos de traduzir para o latim o termo grego *hylé*. Originalmente, *hylé* significa "madeira", e a palavra *materia* deve ter designado algo similar, o que nos sugere a palavra espanhola *madera*. No entanto, quando os gregos passaram a empregar a palavra *hylé*, não pensavam em madeira no sentido genérico do termo, mas referiam-se à madeira estocada nas oficinas dos carpinteiros. Tratava-se, para eles, de encontrar uma palavra que pudesse expressar oposição em relação ao conceito de "forma" (a *morphé* grega). *Hylé*, portanto, significa algo amorfo (FLUSSER, 2007, p. 23)

Desse jeito, pensando em conceitos como “forma” e suas variações em formal, informa/informal, deforma, reforma e mesmo na variante que em português do Brasil acentuava-se com circunflexo (fôrma), alcança-se o seguinte entendimento: não há, conceitualmente falando, uma cultura imaterial; o que há é algo do materializável, isso é, aquilo que formalmente (na forma ideal, perspectiva platônica) é preenchido pelo estofamento encontrado amorfamemente no mundo. Adiante nesse seu ensaio Flusser esclarecerá de maneira brilhante, chamando atenção para uma passagem histórica pautada pelo cientificismo e seus experimentos

que atrelam a realidade ao material e ensejando a divisão matéria-espírito⁴¹. Tudo tem origem na ideia (metafísica), forma (acentuada aqui de propósito) e se concretiza na fôrma (idem) ou com sua explicação, de seu outro livro, o *Comunicologia*,

cada palavra que digo tem uma isca e é uma armadilha. A reflexão sobre como esse estalo veio a mim é um fundamento básico da filosofia. Os antigos acreditavam que existiria no céu um sapato ideal, uma ideia de sapato, a “sapatidade”. E eu me recordeo, ἀλήθεια (*alétheia*) daquilo que vi antes do nascimento, daquela ideia (*idea*), μορφή (*morphé*) do sapato guardada (*aufgehoben*) na biblioteca celeste. Com a mão direita pego o sapato no céu o trago para baixo. A forma se chama em grego μορφή, belo se chama μορφῆις (*morphéis*). A forma e a beleza são denominadas com a mesma palavra. Em português ainda se diz “formoso”. [...] pego algo sem forma, couro amorfo. Imprimo a forma de sapato no couro, eu informo o couro (FLUSSER, 2014, p. 83)

Em Portugal diz-se, no lugar de “patrimônio imaterial”, “patrimônio incorpóreo”, conforme o professor Viriato Soromenho-Marques esclarece que,

A própria designação de "património incorpóreo" é melhor do que "imaterial", mas talvez não tão precisas como a expressão inglesa de *intangible heritage*. Em qualquer dos casos, importa evitar um reducionismo de natureza fisicista ou biologista. Devemos evitar, hoje, a repetição do antigo debate que atravessou os séculos XVII e XVIII em torno da natureza da matéria, aquando da recepção da teoria newtoniana do Universo (SOROMENHO-MARQUES, 2010, p. 48)

Acrescentando bem às explicações fornecidas por Vilém Flusser, conforme já citadas. Por isso, também, as palavras “tangível” e “intangível” vem à baila⁴². E mais ainda escreve Soromenho-Marques, nesse seu texto,

a) O património incorpóreo desempenha o papel do que poderíamos designar como meta-património, pois é a base fundamental para a inteligibilidade de todos os outros tipos de património que importa defender. b) O património incorpóreo contribui para o esclarecimento das encruzilhadas críticas da humanidade contemporânea, na medida em que lança luz sobre a condição humana, e sobre alguns caminhos possíveis para a sua redenção (SOROMENHO-MARQUES, 2010, p. 48)

Mas e quanto aos afetos, o que resta deles e como é a relação para o patrimônio cultural? Por ser uma gestão poética, regime, economia, poético do patrimônio, seus aspectos em termos de memória se dariam pela *fama*, essa piedosa memória da cultura pagã em contraposição a *pietá* cristã (a memória sacralizada para os mortos cristãos), algo escrito para potencializar uma imagem em ação dessa memória.

A memoração dos mortos tem uma dimensão religiosa e outra mundana, que se opõem entre si como *pietas* e *fama*. Piedade é a obrigação dos descendentes de perpetuar a memoração honorífica dos mortos. Piedade é uma coisa que somente os outros, isto é, os vivos, podem ter pelos mortos. Já a *fama*, isto é, a memoração cheia de glórias, cada um pode conquistar para si mesmo, em certa medida, no tempo de sua própria vida. A fama é uma forma secular da autoeternização, que tem muito a ver com autoencenação. O cristianismo da Idade Média cobriu, com sua busca pela salvação

⁴¹ Recomenda-se fortemente a leitura de seu livro *Mundo Codificado*, de Vilém Flusser, publicado em 2007.

⁴² Sobre “tangível” há um interessante desvelado, ainda que restrito ao universo dos vaqueiros. É sobre o tangido que tange o tangível do boi, nas três acepções de “caminho percorrido”, “geometria percorrida” e “ao alcance de um tato” durante o aboio, essa canção gregária de fim de dia.

da alma no Juízo Final, a antiga busca por uma recordação cheia de glórias na posteridade (ASSMANN, 2015, p. 37, grifos do autor)

Cabe aqui outra breve ousadia argumentativa. Tomando de empréstimo as noções sobre hermenêutica, em seu raso sentido que é o de interpretar a partir de múltiplos referenciais sem a pretensão de uma veracidade. Escreve-se, começando com o “caminho de palavras, no qual a experiência se faz pensamento” (NUNES, 2000, p 124), para escrever que sendo possível construir uma técnica para o campo do patrimônio, esta seria sobre a questão do desabrigar para uma certa produção que envolve o tema,

A dominância da técnica nos fecha para o ser pelo esquecimento, mas é graças a tal dominância que temos, por contraste, a experiência da arte como o pôr-se em obra da verdade, e da poesia como uma “técnica da vida” que nos habilitasse a habitar poeticamente a terra. Nesse sentido, arte e poesia se igualariam à técnica, enquanto meios de “salvar”, de plenificar o homem em seu redimensionamento ao ser. (NUNES, 2000, p 125)

Entrevê-se novamente o dever ético atrelado à memória a uma pretensa técnica das práticas patrimoniais, em que o patrimônio é passível, então, de “plenificar o homem”. Mas sendo o patrimônio cultural uma forma de registro informacional, testemunho visibilizado de uma comunidade no que diz respeito às escolhas feitas, tem-se que,

A possibilidade de escrever mais do que a memória humana pode conter conduziu a uma ruptura do equilíbrio na economia da memória cultural. Desde então, o volume da memória e a carência de recordação afastaram-se entre si e não podem mais chegar a uma situação simples de aprumo, razão pela qual, em sociedades marcadas pela escrita, não é mais a preservação da memória, mas a escolha dos valores de recordação e cuidado que ocupa posição central. (ASSMANN, 2011, p. 437)

Reforça-se assim o entendimento do caráter de seletividade axiológica (“a escolha dos valores”) para não apenas os testemunhos, mas também espraiando-se pelas comunidades, isto é, se elas detém algum valor ou não, por descoberto ou por descobrir, partindo de antemão inclusive a questão da moral. Assim sendo, uma gestão poética poderá ser melhor entendida na multiplicidade semântica que encerra, o de potência de vida, retornando a questão do entendimento de poesia com produzir, conforme citação já feita do professor Benedito Nunes no primeiro capítulo⁴³. Sobre o produzir (neste sentido de *poiésis*, poético), HEIDEGGER questiona,

Mas como acontece o produzir, seja na natureza, na obra do artesão ou na arte? O que é produzir, por onde atua o quádruplo modo de ocasionar? O ocasionar interessa à presença do que a cada vez aparece no produzir. O produzir leva do ocultamento para o descobrimento. (HEIDEGGER, 2007, p. 380)

É que “A técnica não é, portanto, meramente um meio. É um modo de desabrigar” (HEIDEGGER, 2007, p. 380), e nesse sentido, observa-se a possibilidade da *gestão poética* do

⁴³ Na página 9 deste trabalho encontra-se a citação.

patrimônio cultural enquanto (e de fato) técnica, mas com os riscos ainda assim observados pelo filósofo da Floresta Negra,

O desabrigar que domina a técnica moderna, no entanto, não se desdobra num levar à frente no sentido da ποιησις. O desabrigar imperante na técnica moderna é um desafiar <Herausfordern> que estabelece, para a natureza, a exigência de fornecer energia suscetível de ser extraída e armazenada enquanto tal. (HEIDEGGER, 2007, p. 380)

É possível trocar conceitualmente os recursos que são resguardados (no caso e conforme ficará implícito adiante), trocar a palavra “energia” pela palavra “memória”, na proposta que por estas páginas vem sendo expressas, pois “o mesmo não vale para os antigos moinhos de vento? Não. Suas hélices giram, na verdade, pelo vento, permanecem imediatamente familiarizadas ao seu soprar. O moinho de vento, entretanto, não retira a energia da corrente de ar para armazená-la” (HEIDEGGER, 2007, p. 381).

Eis o busílis da questão. Em termos de “energia”, “extração” (recursos) e sua aplicação com um objetivo final, a relação da “memória” com “patrimônio” permite o mesmo entendimento a partir da ótica do gestor, onde sua função seria de, a partir desse *éthos*, desabrigar o patrimônio cultural. Sua técnica, possivelmente, seria essa.

Sobre o risco falado acima, Heidegger esclarece que a “riqueza da terra desabriga-se agora como reserva mineral de carvão, o solo como espaço de depósitos minerais. De outro modo se mostrava o campo que o camponês antigamente preparava, onde preparar ainda significava: cuidar e guardar” (2007, p. 381), pois,

o fazer do camponês não desafia o solo do campo. Ao semear a semente, ele entrega a semente às forças do crescimento e protege seu desenvolvimento. Entretanto, também a preparação do campo entrou na esteira de um tipo de preparação diferente, um tipo que põe <stellt> a natureza. (HEIDEGGER, 2007, p. 381)

Em que finalmente conclui a tessitura dando o último nó nessa trama,

Esta preparação põe a natureza no sentido do desafio. O campo é agora uma indústria de alimentação motorizada. O ar é posto para o fornecimento de nitrogênio, o solo para o fornecimento de minérios, o minério, por exemplo, para o fornecimento de urânio, este para a produção de energia atômica, que pode ser associada ao emprego pacífico ou à destruição. (HEIDEGGER, 2007, p. 381)

O risco é o risco de exploração, por parte do gestor, das memórias coletivas de uma comunidade, como numa espécie de obrigatoriedade (que difere do dever) de testemunho. Sendo uma estrutura contábil, é passível de estrutura capitalista, no sentido de que há acúmulos, investimentos e retornos, gerando além do mais uma competição e corrida por recursos, sejam eles simbólicos ou monetários.

Além do exposto acima, há o seguinte detalhe acerca desse circuito informativo que recebe, interpreta e produz informação, que é o problema da circularidade. Em resumida

explicação, tem-se a seguinte estrutura: “demanda-problema” para “demanda-solução”, isto é, ante o surgimento de algum elemento novo na realidade, há um pensar sobre ele, que o capta/resolve/compreende; e posteriormente, como uma nova compreensão foi criada, uma maior demanda surgirá, como aprimoramento ou consequências complicatórias. Como exemplo, e imaginando os primórdios da humanidade, a novidade “frio” demandou algum tipo de proteção corpórea; algum tipo de pesquisa (como dizer de outra maneira?) foi realizada e percebeu-se que peles de animais eram o suficiente; tirar a pele de um animal é matá-lo para depois lhe remover tal pele; finalmente ela é limpa e se a utiliza... e se percebe que o tamanho tanto da pele quanto do corpo humano varia, que há necessidade de movimentar os braços e pernas etc, demandando assim o refinamento e aprimoramento da costura. Devido ao problema de escassez de recursos, não se pode sair costurando de qualquer jeito, testes são custosos. Assim a importância de se pensar antes de fazer fica patente. E segue a história.

Indiretamente descreveu-se a teoria, técnica e o pragmatismo. Estes termos apareceram anteriormente ao longo da presente dissertação. Buscando ampliar os entendimentos até aqui apresentados, a professora Rachel Gazolla escreve que,

quando pensamos que a práxis, voltada ao ético-político, pode estar sob uma força maior que é da atividade técnico-pragmática (...) uma vez que as necessidades humanas que buscam soluções são prioritárias no cotidiano. De um lado, o homem fabricante é impulsionado para a fabricação pelo próprio *éthos* que assim se estruturou, exigente de produtos; de outro lado, as coisas fabricadas modificam nosso modo de viver e transformam nosso *éthos* (GAZOLLA, 2000, p. 17)

Éthos são os costumes, de acordo com o já citado esclarecimento dado por CAIRUS, de que é traduzido “por ‘caráter’, define um costume constituidor de uma identidade” (2004, p. 3). A aproximação argumentativa que se quer alcançar, para o campo do patrimônio cultural, é que a prática pragmática que o atravessa contém aquele risco da circularidade informacional anteriormente apontado, devido ao *éthos* que vai sendo fortalecido nesse ponto que constitui a identidade, pois,

se os homens passam a necessitar das coisas fabricadas num grau extremo, perdendo com isso os fins últimos da práxis, ele não só enfraquece a vida teórica mas, e principalmente, a possibilidade de modificar seu *éthos*, de mover a sua história à falta da força de uma atividade ético-política transformadora, pois que o *pragmatikós*, por sua própria natureza, tende à circularidade. As *pragmata*, os atos eficazes, tendem a configurar a essência desse *éthos* aparentemente pouco móvel (GAZOLLA, 2000, p. 17)

E finalmente, concluindo essa linha de raciocínio, tem-se que,

Desse modo, o prever e resolver problemas, o que concerne ao *pragmatikós*, passa a ser algo substancialmente repetitivo, na medida em que a técnica domina o perguntar humano sobre a própria vida. Parece ser o que ocorre. As perguntas que fazemos são sempre utilitárias, sempre relativas a uma circularidade que insiste na causa e efeito porque somos exigentes das *pragmata*. E em sendo repetitivo o modo de desejar, será

repetitivo o modo de perguntar: movem-se circularmente o teórico, o ético e o político. (GAZOLLA, 2000, p. 17)

Parece oportuno, portanto, promover uma quebra nessa circularidade ou o mencionado curto-circuito informacional.

Como se pretende uma maior aproximação e compreensão entre os temas Memória (necessariamente Memória Social) e Patrimônio, acompanha-se o seguinte entendimento: de que “existem diferentes maneiras de conceber a memória social e diversos modos de abordá-la, envolvendo posições teóricas, éticas e políticas diversas. Estamos diante de um território móvel, cujas fronteiras alojam uma multiplicidade de definições” (GONDAR, 2005, p. 11). No presente trabalho buscou-se tal alargamento.

Capítulo 3: Filosofia, Patrimônio, Prostituição

A professora Soraya Simões, fazendo um apanhado histórico da prostituição no Rio de Janeiro, menciona em seu artigo que,

Precisamente pela razão de sua localização e pelo grande número de pessoas que concentrava, instalaram-se nos limites do Mangue duas instituições disciplinares responsáveis por destinar àquela área a função capital de um cordão sanitário. A primeira delas foi o Hospital São Francisco de Assis, em 1922, que passou a funcionar no antigo prédio do primeiro asilo de mendigos da cidade. Dois anos antes de abrirem as portas como hospital destinado ao tratamento de doenças venéreas, o governo da antiga capital da República já havia mandado retirar as prostitutas que faziam o trottoir em outros bairros centrais, obrigando-as a permanecerem nos lupanares do Mangue durante a visita do rei e da rainha da Bélgica à cidade. A segunda instituição disciplinar instalada na região foi o 13º. Distrito de Polícia, o qual mantinha em seus arquivos um fichário com o nome de todas as mulheres que trabalhavam nos bordéis locais (SIMÕES, 2010, p. 31)

A região que ficou conhecida como Zona do Mangue localizava-se, antes da abertura da Avenida Presidente Vargas em 1945, na abrangência das ruas entre a região da Praça XI e da Cidade Nova, após o quê, concentrou-se mais nesse último bairro. Em todo o processo de número 0978-T-78, do IPHAN, que diz respeito ao tombamento do Hospital São Francisco de Assis, não há uma só menção a esse fato⁴⁴. O mesmo pode ser dito sobre o Decreto Nº 32993 DE 27 DE outubro de 2010, assinado pelo então prefeito Eduardo Paes, que tomba o Cemitério Israelita de Inhaúma (o Cemitério das Polacas), mas sem valer-se dos termos “prostitutas”, “polacas” ou “prostituição. Ele foi tombado graças aos esforços da historiadora e atual diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Beatriz Kushnir⁴⁵. É de sua autoria o livro Baile

⁴⁴ Em uma rápida conversa com a professora historiadora Márcia Regina Romeiro Chuva, que atuou no IPHAN durante o andamento desse processo como relatora, a mesma informou-me que o fato de não haver menção à categoria das prostitutas na época do relatório, deveu-se antes à prática historiográfica de então e sua bibliografia consultada.

⁴⁵ Durante o evento sobre os 125 anos do AGCRJ, Seminário do Arquivo do Distrito Federal ao AGCRJ: 125 anos de trajetória, no dia 6 de agosto de 2018, houve a oportunidade de conversar brevemente com a diretora e historiadora Beatriz Kushnir. Explicou ela que a comunidade judaica no Rio de Janeiro é mais conservadora que, por exemplo, a de São Paulo, em que os membros desta participaram ativamente na preservação do cemitério de lá e da memória das judias que se prostituíram. Disse-me ainda que a Sinagoga das Polacas localizava-se na Afonso Cavalcanti 171, mas como foram feitas sucessivas camadas de construção por sobre os terrenos. Seria mais perto do sambódromo, a princípio. Com o risco de ficar extensa demais esta nota de rodapé, informa-se ainda sobre a grande matrona Rebecca Freedman, espécie de líder das polacas, que com outras mulheres judias fundaram a primeira Associação Beneficente Funerária Religiosa Israelita do Rio de Janeiro e inclusive a Sinagoga mencionada. Ela auxiliou a todas as polacas (e os cafetões e crianças com elas envolvidas) a receberem os ritos finais de sepultamento dos mortos, seguindo os preceitos de sua religião. Sabe-se também que ela mesma cuidava de lavar e limpá-las antes de seguirem em definitivo para a sepultura, no cemitério de Inhaúma. Algumas tragédias ocorreram em sua vida, mas a que escolhe-se contar aqui trata-se sobre o *gesto de memória* que não lhe foi concedido como último pedido em vida: a de ser enterrada ao lado de suas irmãs. Quando de sua morte, foi posta ao lado de seus confrades judeus (é que no judaísmo há uma ala à parte para as prostitutas e para as suicidas; ela não ficou lá) no cemitério do Caju. Por conta desse fato e aproveitando o ensejo, questionou-se a diretora do AGCRJ sobre esse fato, se poderia ser feita uma exumação de seus restos mortais para novo sepultamento no

de Máscaras, que trata sobre mulheres judias (que receberam a alcunha de *polacas* e cunharam o termo *encrenca*) que foram exploradas sexualmente através de cafetões (outro termo criado à época) e outras que, não enxergando outra atuação profissional, seguiram na Zona do Mangue como trabalhadoras sexuais. Cita-se também sobre a 87ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo, realizada em 27 de setembro de 2017, que versou sobre o processo nº 01450.1500/2007-33 com o assunto “Solicitação de Registro das Manifestações artístico-culturais da Feira de Campina Grande PB como Patrimônio Imaterial do Brasil e cujo parecer teve o relato assinado pelo (grande) conselheiro Ulpiano T. Bezerra de Meneses⁴⁶. Neste documento o termo “meretrício” aparece uma vez, por ocorrer na Rua Boa. O relator aproveita para elencar e esclarecer os conceitos de “extensibilidade” e “nucleação”, para melhor esclarecer sobre as linhas que demarcam as fronteiras do registro do bem cultural. E, adiante, esclarece que,

A relevância da corporalidade para apreensão da Feira tem a ver com a multiplicidade e intensidade dos estímulos sensoriais. É corrente celebrar os cheiros, as cores, as texturas, os sabores que ela exhibe. Além da sensação prazerosa que suscita fruição, ao mesmo tempo que pode induzir ao consumo, é preciso ir além do pitoresco e procurar explorar seu potencial diagnóstico para entender legítimos padrões de comportamento comunitário. E, por decorrência, impedir, na discussão das salvaguardas, que medidas absolutamente necessárias de segurança e saneamento se transformem em camisas de força simplesmente modernizantes, moralizantes ou higienistas (MENESES, 2017, p. 34)

“Moralizantes ou higienistas” são expressões que se adequam à categoria do *indesejável* que se quer expurgar/limpar de determinada região. Traz-se aqui, com outra citação, um pouco desse aspecto,

Esta organização do espaço orientada pela Câmara Municipal, aliada ao capital imobiliário, permitiu que no bairro se instalassem vários dos chamados usos sujos da cidade, como indústrias, oficinas, depósitos de lixo, o abrigo para a mendicância (atual Hospital São Francisco de Paula) e a permanência do já citado Canal do Mangue. Estes fixos que não caracterizavam os bairros aristocráticos encontravam-se na Cidade Nova pelo fato desta se constituir em um espaço segregado destinado às camadas de menores rendas da população (PINHEIRO FILHO, 2011, p. 10)

Entre a Praça XI e a Cidade Nova existia uma espécie de agrupamento de exclusão dos marcados como indesejáveis,

cemitério de Inhaúma, para que se cumprisse com seu pedido. A diretora então esclareceu que há um rabino, no Rio de Janeiro, um pouco mais progressista e que autoriza um sepultamento mais alto em setenta centímetros. Qual a importância disso? É que quando o Messias chegar (pois para os judeus ele ainda não veio) há um entendimento atualizado que dita a regra de que, minimamente, os mortos deverão sentar-se no interior de seus caixões. Isso serviria como fundamentação para a exumação e traslado dos despojos fúnebres de dona Becca (como ficou conhecida, devido seu carinho e atenção). Detalhou que ela foi enterrada em uma parte designada para as crianças judias. Informou que sua lápide, de tão cara, pagaria o serviço do traslado. E finalmente, que ela concorda que o termo “prostituta” aparecer em documento oficial de governo seria... Algo!

⁴⁶ Cujo nome deve sempre vir seguido de algum epíteto elogioso. Seu relatório é um primor de escolhas frasais, deixando nítido seu estilo gentil de escrita. O documento pode ser visto em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/atada87reuniaodoconselhoconsultivo\(2\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/atada87reuniaodoconselhoconsultivo(2).pdf).

Durante quase todo o século XX o Rio de Janeiro comportou, em sua região central, conhecida como Cidade Nova, uma vasta área onde o baixo meretrício floresceu e perdurou. A Zona do Mangue, como era chamado aquele conjunto de ruelas e casas que se estendia às margens do canal, estava próxima das estações dos trens da Central do Brasil e da Leopoldina, e ligava-se ao cais do porto pelo bairro da Gamboa. (SIMÕES, 2010, p.30)

Já foi citado que o Hospital só adveio por conta do cordão sanitário, na associação preconceituosa de aspecto higienista às profissionais sexuais. Quanto a isso, a professora historiadora Margareth Rago, comenta que “Alexandre Parent-Duchâtelet é a influência predominante no meio médico-sanitarista e entre a polícia de costumes brasileira, preocupada em conhecer de forma minuciosa e controlar rigidamente a vida cotidiana das prostitutas” (RAGO, 1997, p. 85) e sendo “Herdeiro da tradição agostiniana, este médico francês, especialista em esgotos e na higienização da cidade de Paris, identifica a prostituição às imundícies do submundo e reflete a nova obsessão com os miasmas e com o lixo, que apavoram as classes dominantes (RAGO, 1997, p. 85). No período analisado pela professora pesquisadora, de 1890-1930, ela esclarece ainda que,

Seguindo seus passos, os médicos sanitaristas brasileiros invadem o submundo da prostituição, classificam as mulheres “degeneradas”, investigam seus hábitos e gostos, diagnosticam suas doenças, procurando acumular todo um conhecimento sobre a mulher pública e difundir o estereótipo da (§ 8º), a partir do qual elas serão situadas para fora do campo da normalidade sexual e social. Nos laboratórios de estudo em que são transformados os bordéis, os hospitais e as prisões das “perdidas”, elaboram-se simultaneamente técnicas de saber e estratégias de poder destinadas a enclausurar e a domesticar as práticas sexuais extraconjugais (RAGO, 1997, p. 86, grifo nosso)

Repete-se então o conceito trabalhado nesta dissertação em capítulo à parte do *–mentum*, isto é, o que cresce em volume sendo lançado para fora do circuito informacional e valorativo: o excremento. Excremento esse que torna-se um rejeito como dejetos. Isso é posto pela professora Rago com as seguintes palavras,

No discurso dos higienistas, dos industriais ou ainda dos literatos, a representação imaginária do pobre estrutura-se em função da imundície. O pobre é o outro da burguesia: ele simboliza tudo o que ela rejeita em seu universo. É feio, animalesco, fedido, rude, selvagem, ignorante, bruto, cheio de superstições; ele representa seu lado negativo, sua sombra (RAGO, 1997, p. 175)

Por último e comunicando com os argumentos anteriores, informa-se que no processo 0064-T-38, sobre tombamento de Diamantina e apensos, o ofício nº 238 de 21 de março de 1959 partindo do chefe do 3º distrito da DPHAN em Belo Horizonte, Sylvio de Vasconcellos, este leva ao conhecimento do então diretor do PHAN, Rodrigo Melo Franco Andrade, que o Arcebispo de Diamantina solicitou ao presidente da república o levantamento (cancelamento) do tombamento de uma específica quadra, para "serem demolidas as construções nela existentes, vizinhas da área onde se deu incêndio há pouco tempo. Felizmente, o sr presidente

da república, pessoal e peremptoriamente, negou-se a tal iniciativa, esclarecendo que o assunto só poderia ser resolvido pelo Diretor desta repartição" (IPHAN, 1959). O motivo? Afastar o meretrício do centro da cidade. Após algumas indas e vindas e seguindo os rastros processuais, fica-se sabendo que além do arcebispo, o próprio prefeito de Diamantina encaminha ofício solicitando o levantamento do tombamento, porém com a ressalva (desculpa) de que a área a ser demolida e reurbanizada teria por fim a construção de uma rodoviária. Finalmente, é nomeado como relator o historiador e artista plástico Alfredo Galvão, que elencando três pontos de indeferimento do pedido que objetivava o cancelamento do tombamento, destaca no último o seguinte: “a inoperância do processo pelo qual se pretendia resolver um problema social (meretrício)” (IPHAN, 1959).

Aqui no Rio de Janeiro, quando capital da república, há um “causo” contado por um senhor arquiteto, servidor do IPHAN, de nome Jacó: o palácio Monroe, quando de seu uso como Senado da República, era vizinho de porta do edifício São Borja, à sua frente. Esse edifício pertencia a União e, portanto, os distintos senadores o frequentavam, contando inclusive com apartamentos adaptados. Enquanto no subsolo do prédio funcionava a boate *Dancing Avenida*, em sua cobertura localizava-se um *rendez-vous* (bordel no bom popular) de apelido “senadinho”, cujo desfrute fazia a alegria dos citados parlamentares. Para disfarçar tais encontros, os políticos referiam-se às moçoilas como “as requisitadas”. Mais ainda, quando da transferência da capital para Brasília, o primeiro prédio de envergadura (diga-se assim) que foi construído, foi o hotel *Brasília Palace*. O motivo? Que os parlamentares precisavam de eventuais folgas com as requisitadas... Parte dessa história é reafirmada pelo colunista Humberto Werneck do jornal Estadão⁴⁷, em seu texto chamado de *Zona de Conforto*, sobre um idílico passado das grandes folias eróticas em bordéis famosos com suas anfitriãs memoráveis,

Senadinho, explica o leitor, porque em frente ficava o hoje demolido Palácio Monroe, sede, até a mudança da Capital, do Senado da República. “Era mais fácil”, cicia a víbora, “encontrar os senadores no Senadinho do que no plenário do Monroe...” Foram-se os Poderes para Brasília e, confinados desde então naquela cuia emborcada do Niemeyer, os membros da mais alta casa legislativa do País já não tiveram, assim à mão, onde relaxar depois do expediente, quando não durante. Ao Edifício São Borja, inspirador, em seus melhores tempos, de poema homônimo de Carlos Drummond de Andrade, restou volver a prédio como qualquer outro (ESTADÃO, 2012, online)

Rubem Fonseca, em seu romance Agosto, menciona em suas linhas o *rendez-vous* do edifício São Borja. E ainda uma carta de Jorge Amado, publicada pelo jornalista Elio Gaspari em 31 de agosto de 2005 no jornal Folha de São Paulo igualmente menciona o São Borja. Agora um fato inusitado: em artigo escrito para o jornal A Imprensa, em 12 de dezembro de 1899, Rui

⁴⁷WERNECK, Humberto. Zona de conforto. Estadão. 23 jun. 2015. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,zona-de-conforto,1711269>. Acesso em: 12 dez. 2017

Barbosa lança mão de seu profundo conhecimento sinonímico para versar sobre um lupanar encontrado à frente do então Supremo Tribunal Federal, no Rio de Janeiro, e a ofensa que ele sentia por isso. O título do artigo é *pornéia* e colheu-se os seguintes sinônimos: “zabaneiras”, “Vênus vaga”, “Afrodite mercenária”, “crápula”, “rascoas”, “traviatas”, “michelas”, “marafonas”, “madalenas”, “hetairas”, “pecadoras”, “dalilas baratas”, “perdidas”, “mangalaça”, “meretrizes”, “vida airada”, “barregã”, “para-raio da família”, “vazadoiro essencial da sociedade”, “luxúria profissional”, “odaliscas”, “sedição de saiotos”, “rameiras”, “saturnais”, “messalina”, “cortesãs”, “Frinéias de sarjeta”.

Do Rio de Janeiro tem-se mais outra história, dessa vez contada pelo arquiteto e professor Olínio Gomes Paschoal Coelho⁴⁸. Tendo este professor atuado junto ao órgão estadual INEPAC, de preservação do patrimônio cultural, contou-me que o então diretor Marcello de Ipanema, durante uma das várias reuniões sobre quais bens deveriam ser preservados, tombados etc, rabiscou em um papel os seguintes dizeres: “Zona do Mangue; vamos tomar com as meninas lá dentro?”. Esse papel, disse-me o professor, está guardado, só não se lembra onde. E mesmo o professor cita o “gesto” de olhar para o lado, com os responsáveis pondo as mãos nas cabeças das crianças e cobrindo-lhes as vistas.

Há uma geografia moral (GASPAR, 1994) da cidade, concentrando-se preferencialmente nas regiões centrais; há uma geografia do prazer (RAGO, 1997) compondo toda e qualquer paisagem urbana, conforme se depreende de tudo escrito até aqui. Há uma “cultura do bordel” (RAGO, 1997). Aliás, importante citar as seguintes observações desta historiadora, Margareth Rago,

Condenada e aceita ao mesmo tempo, a prostituição cumpria diferentes funções socializadoras, que só podem ser apreendidas se escaparmos aos parâmetros conceituais dominantes e apreendermos *sua positividade*. Ao agrupar os indivíduos por meio de redes subterrâneas de convivência e solidariedade, apresentava-se como um território que viabilizava a experiência de relacionamentos multifacetados e plurais, num contexto de distensão. Práticas licenciosas que contrariavam a exclusividade sexual imposta pela ordem, tanto quanto encontros, brincadeiras e jogos que ocorriam nos cabarés e “pensões alegres” da cidade, conformavam um espaço importante de interação social (RAGO, 1997, p. 196)

Espécie de mundo dentro do mundo, realidade paralela, à espreita e discreta, com um quê de subversão. Pois,

Nessa perspectiva, procura-se perceber o mundo da prostituição não como lugar de “descarga libidinal” ou de alívio das tensões sexuais, como afirmavam os médicos do período, isto é, segundo a “lógica do negativo”, na expressão de Deleuze. Certamente a representação do desejo como energia caótica e em estado bruto implica a construção imaginária do mundo do prazer como campo noturno da desordem das

⁴⁸ Ao apurado nas pesquisas realizadas, aponta-se que seria dele a abordagem antropológica, a cunhagem e utilização do termo “patrimônio cultural” em detrimento de patrimônio histórico e artístico, ainda na década de 1970, quando de sua atuação no INEPAC, Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, do Rio de Janeiro.

paixões e da erupção de forças animais e satânicas, contrárias aos princípios da civilização (RAGO, 1997, p. 196)

Interessante que a partir das considerações acima, é possível pensar em conceitos tais como “subpatrimônio” ou “antipatrimônio”, apesar do preconceito implícito nestas palavras. Seriam palavras conservadoras, anticriativas isso sim. E sobre criatividade (sempre no Rio de Janeiro), o professor geógrafo João Baptista Ferreira de Mello comenta o seguinte,

Para o povo, no entanto, o estigma do passado persiste. Nesta trilha, o Centro Administrativo São Sebastião do Rio de Janeiro, uma torre de diversos andares, abrigando as dependências da Prefeitura e diversas secretarias de educação e cultura, por exemplo, tem sido reconhecido como “Piranhão”, em referência às prostitutas que lá se encontravam na extinta zona do Mangue. Seu prédio anexo ganhou a alcunha de “Cafetão”. Entre o “Piranhão” e o “Cafetão”, a parte arborizada, encontra-se a “Praça do Orgasmo” (MELO, 2007, p. 10)

E mesmo os prédios do entorno receberam alcunhas que remetem à antiga Zona do Mangue, cenário da prostituição carioca, paisagem sexual e de diver(sos)tidos (bons?) costumes,

Os apelidos são alusivos às pessoas, prazeres e pertences do mundo da prostituição. Neste memorial deliciosamente devasso, a torre pós-moderna do Teleporto, contemplando empresas de telemarketing, dependências da Petrobrás e outros órgãos, recebeu o epíteto de “viadinho”. O prédio espelhado da Bradesco Seguros o apelido de “penteadeira de (§ 8)” e o edifício da agência central dos Correios, a alcunha de bibelô [...] Quer dizer, a pecha do passado permanece em alusão ao endereço pretérito da prostituição e os nomes oficiais, contraditoriamente, desconhecidos do grande público que utiliza uma linguagem grosseira, chula, desreprimida e, ao mesmo tempo, magnificamente inventiva contribuindo, pela via oral, para perpetuar a memória simbólica que articula o passado da prostituição ao presente nesta porção da urbe carioca (MELO, 2007, p. 10)

3.1 Mulheres de boa fama, de má fama, difamadas

elas

*a vida é a (§ 8°)
que em mim se esfrega
e espera que eu resista
às suas curvas*

*a vida é a santa
que me recusa
e assim me arrasta
para suas pernas*

a morte é mulher

Quem, onde o rubor não domine a face, ou cujos pudores não descure a moral e os bons costumes, pautados em hipócrita perfídia a julgar corpos alheios na sensualização, "porque, aquele que pede, recebe; e, o que busca, encontra; e, ao que bate, abrir-se-lhe-á"⁴⁹, desde que a pecúnia se faça presente em laços efêmeros; e, no encontro de trilhos, asfalto e concreto, na coincidência à guisa de único umbral por sobre um rio de ocre águas, cujo odor soma-se à frituras, ranços e perfumes baratos já vencidos pelo diário labor, nessa recepção de exclusiva paleta odorífera, em decompoente paisagem de sujos animais, lixos e quetais; e, ao fundo, escutar sons de batidas eletrônicas e urros que em verdade são cantos lubrificados, enquanto aproxima-se da barraca de cachorro quente pedindo informação, saiba logo a resposta para seus desejos: bem vindo à Vila Mimosa – VAI COMEÇAR A (§ 8º)RIA.

Essa vila, na verdade um aglomerado de galpões readaptados com pequenos quartos compostos por um colchão jogado por sobre uma espécie de ‘banco’ de tijolos cobertos com porcelanato (visando o uso recreativo de encontros entre clientes e profissionais do sexo), fica localizada em um determinado trecho na rua Sotero dos Reis, próxima a estação de trem da Praça da Bandeira, cuja rua paralela conduz o trânsito ao Imperial Bairro de São Cristóvão no Rio de Janeiro.

Sua história começa por volta de 1989, quando da demolição das últimas construções localizadas onde é hoje o Centro São Sebastião, prédio administrativo da prefeitura do município do Rio de Janeiro, bairro Cidade Nova, e suas responsáveis conseguem adquirir, com recursos próprios, os locais em que se encontram atualmente instaladas. Seu nome originalmente era Vila Mimosoza, com ‘z’.

É lícito dizer que há em toda cidade o fenômeno social da prostituição, haja visto a constituição das sociedades ocidentais serem voltadas para a monogamia e o matrimônio enquanto forma de preservar o patrimônio. Assim, objeto entre objetos, à mulher no âmbito *privado* concerne o chamado dote e, como outras fontes de prazer e usufruto de corpo alheio, vem a prostituição através da mulher “pública”, que via de regra não afetaria essa relação. Há uma verdadeira dialética da prostituição no que concerne a estas duas esferas da vida nas sociedades tidas por ‘civilizada’.

⁴⁹Mateus 7:8

Caso se faça um empírico exercício sobre os vários tipos de indígenas antes dos contatos iniciais com missionários e demais elementos de contaminação cultural, ver-se-ia que os corpos dos membros das tribos se conheciam mutuamente, com crianças e jovens pertencendo ao coletivo da tribo. E, nesse mesmo exercício, poderia se concluir que haveria uma diminuição de problemas tais como o adultério e o ciúme, com formas culturais próprias de se lidar com isso.

Mas muitas outras são as histórias e memórias dessa profissão bastante antiga (contextos anteriores demandaram outras profissões, como a caça, a estocagem, os partos) que dado o estigma social, sofre duplo preconceito: a de ser exercida por mulheres; e o comércio de seus corpos para o prazer alheio (via de regra para homens heterossexuais). Além disso as ‘moças’ sofrem as mais diversas atitudes de violência, muitas das quais são acobertadas no campo discursivo em que este é pautado pela moral (de fundo religioso) e mesmo por movimentos políticos que não as incluem, como exemplo, o feminismo radical. Sobre esses pontos, estigma⁵⁰ e aceitações sociais, será falado melhor adiante.

A consequência efetiva (e afetiva) do acima exposto é a implementação ideológica de uma pretensa ideia de normalidade, qual seja: a corpórea, a sexual. E há no universo simbólico das palavras e gestos (repita-se), violência e a vontade de aniquilamento. Com razão dizer a (§ 8º)ativista e profissional do sexo Monique Prada “eu sou aquela cuja palavra é constantemente invalidada – eu sou uma proscrita, e para cada uma das palavras que escrevo há alguém que sabe mais do que eu, estudou mais do que eu e leu mais do que eu e, portanto, pode falar melhor do que eu sobre as coisas da minha vida” (PRADA, 2015, *online*).

Mas quem é esse alguém de que fala a ativista, senão detentores de um saber autorizado por um diploma ou cargo imbuído de algum tipo de poder? E essa mesma estrutura aproxima-se de outras relações de poder no âmbito social. No campo do patrimônio cultural há algo parecido,

O Discurso Autorizado Patrimonial (DAP) foca atenção em objetos materiais, sítios, locais e/ou paisagens esteticamente agradáveis que a atual geração 'deve' cuidar, proteger e reverenciar, para que possam ser passados para futuras gerações desconhecidas para a sua 'educação', e forjar um senso de identidade comum baseada no passado. (SMITH, 2006, p. 29)

⁵⁰ O livro *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, de Erving Goffman, 1998, foi pesquisado durante a confecção dessa dissertação, assim como o livro de Axel Honeth, *Luta por Reconhecimento-a gramática moral dos conflitos sociais*, 2003, e também o *Pode o subalterno falar*, de Gayatri Chakravorty Spivak, 2010, mas por escolha (política), não se quis utilizar nenhum destes livros. É que com isso haveria uma implicação de saída, em que o grupo social já se encontra no interior de algo sinalizado como ruim e anormal. Quanto a isso o entendimento deste trabalho é de que a categoria profissional, aqui trabalhada e falada sobre, é reconhecida inclusive no Código Brasileiro de Ocupações, sendo tão comum e importante quanto qualquer outra, como militares, presidentes, garis, médicos, balconistas, advogados, torneiro mecânico, dentre outras.

Aqui já se tem as primeiras aproximações entre a memória social de um grupo posto à margem e sua potência que municiaria um tipo de patrimônio cultural. Mas que patrimônio seria esse? Haja visto que as messalinas, enquanto grupo que compartilham uma identidade social, não possuem, ao menos não declaradamente através de livros de tombo e registro e demais instâncias jurídico-administrativas, as,

práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (UNESCO, 2003, pg. 4)

Nem tampouco realizam,

a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial; b) expressões artísticas; c) práticas sociais, rituais e atos festivos; d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo; e) técnicas artesanais tradicionais. (UNESCO, 2003, pg. 5)

Será verdade? Estudar o campo patrimonial é sempre ter à espreita características da linguagem, onde a retórica é o recurso constantemente utilizado, principalmente a metonímia. Observa-se ainda a possibilidade do uso de metáfora (as ruínas e processos de arruinamento) e hipérbole (exagero de um específico ponto do passado).

Antes de seguirmos nessa problematização, faz-se necessário rever alguns pontos e melhorar-lhes os fundamentos, sempre dentro da perspectiva dita anteriormente, a saber, a noção de circuito patrimonial, composto pelo múnus, na relação direta com comunidade, testemunho e patrimônio, onde, ao ser interrompido um dos conceitos, uma espécie de curto ocorre e impede melhor entendimento. Pois dessa maneira verificam-se as condições que municiam a comunidade em seu testemunho para alcançar o patrimônio.

No caso concreto de específicos grupos sociais, o testemunho lhes sendo negado, jamais receberão a chancela de patrimônio por consequência, por conta desse dispositivo que parece reger o campo patrimonial.

Para o alcance necessário que permitiu o entendimento nuclear até aqui exposto, recorreu-se a extensa bibliografia, com os mais variados conceitos retirados de áreas diversas do saber, como direito, comunicação, linguística, ciências sociais, economia, geografia e filosofia enfim, objetivando dessa maneira a melhor compreensão das ausências, silêncios, apagamentos, e tudo o mais ignorado e esquecido, ao limite: excluído. Donde a categoria do *indesejável* atrela-se à significados tais como desclassificados, rejeitados, excluídos, consoante o agrupamento indireto feito pela professora Lená Medeiros em seu livro *Os Indesejáveis*.

Graças a este livro fica-se sabendo da extrema influência francesa não apenas nos modos e modas, mas também na ciência que cultural e socialmente vai exercer controle no Rio de

Janeiro no período dos 1900 (república velha) em diante: a criminologia. Ela quem vai determinar pelo viés higienista e através de maciça campanha e publicidade jornalística de então, que há criminosos demais nas ruas da cidade, através das figuras de vadios, ladrões, cafténs (cafetões), imigrantes, prostitutas, mendigos, ex-escravizados, anarquistas e comunistas,

Da mesma maneira que os sanitaristas haviam dominado a cena acadêmica ao final do Império, a partir da virada do século, os criminalistas firmaram-se como os novos articuladores da modernidade, responsáveis pelo estudo e explicação do fato criminal. (MENEZES, 1996. Pg 54)

Era uma época de mudanças na cidade que pretendia modernizar-se tendo por modelo a Europa e a própria cidade de Paris, na França,

Em todo este processo civilizador, o impulso foi europeu; Paris, o modelo a seguir. O francês tornou-se a língua com a qual se escreveu a modernidade. Os costumes franceses transformaram-se nos símbolos principais de um novo viver: imagens emblemáticas do comportamento social desejado [...] O delírio por Paris marcou a época. (MENEZES, 1996, p. 31)

No caso de nosso objeto específico, a prostituição, tem-se que “estabelecida a demanda por prostitutas, com especial destaque para as estrangeiras, consideradas símbolos da modernidade e da sofisticação, o caftismo tornou-se um problema de difícil solução na cidade” (MENEZES, 1996, p. 152).

Mas estamos no ano de 2019, cujo mês inicial registrou cento e sete (107) mortes por feminicídio no Brasil⁵¹. Várias são as lutas por reivindicações e aprimoramentos políticos e de cidadania. Se nas escolas há embates em questões de ensino religioso e étnico (no que diga respeito principalmente aos saberes dos povos africanos e indígenas), assim como das pautas LGBTs que devem ser incluídas em qualquer pedagogia minimamente comprometida com o tema da inclusão, na finalidade de combater o preconceito e os crimes de ódio, com o presente trabalho quer-se trazer a discussão do reconhecimento de categorias sociais, grupos sociais, não contemplados diretamente no campo do patrimônio cultural ou que, como potências e possibilidades, tenham negado seu acesso. Certo que argumentar dessa maneira é atrelar imediatamente o patrimônio cultural com um tipo de participação de cidadania direta.

Pela necessidade de recorte e dada a escassez de espaço e estilo dissertativo, será trabalhada a categoria da profissional do sexo, devendo a mesma ser posta na mesa em que são

⁵¹Maria Fernanda Garcia. Brasileiras em perigo: 107 casos de feminicídio em 20 dias de 2019. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasileiras-em-perigo-107-casos-de-femicidio-em-20-dias-de-2019/?fbclid=IwAR16BLRpmJT4mbF51Le6qX7C39Omjciui5bgJFkACNJYDdmFhWLS2dZu1fo>. Último acesso em 02 de fevereiro de 2019.

negociados os espaços de inclusão e aceitação. Para fomentar um pouco mais a discussão, cite-se,

Chegavam-nos as "sobras do arranjo europeu", como afirma uma autoridade policial, imbuída da mesma arbitrariedade com que, mais tarde, estas mesmas autoridades chamariam as prostitutas de "mulheres de vida fácil", conforme observação de Stanislaw Ponte Preta. Tudo sob o pano de fundo do pânico das horas de ex-escravos, que desembocou na organização dos aparatos policiais do Rio de Janeiro, desde então, para as operações de higiene social. (EMIR SADER, apud MENEZES, 1996, p. 14)

Já dando a entender as inúmeras referências que compõe o âmbito dessa profissão. A citação acima serve, inclusive, para introdução ao que concerne às práticas para uma ação educativa voltada para a preservação do patrimônio cultural, em que a empatia atua como fomentadora do afeto, sendo necessária para melhor preservar os bens e as memórias culturais, pois,

para que isso aconteça, é indispensável suscitar um interesse inicial pelo objeto material ou pelo saber a ele atrelado, um processo de empatia, de identificação, para encetar uma apropriação pelos indivíduos e pelo grupo que responde ao “desejo de se transplantar no passado”, como afirma Dulong. (DAVALLON, 2015, pg. 55)

O “suscitar um interesse inicial pelo objeto” é um dos objetivos buscados por este trabalho dissertativo. Importante frisar as questões sociais por conta do aspecto de representatividade que o patrimônio, em ambas as formas material e imaterial, ostenta para a comunidade ao qual ele está incluído. A pergunta “patrimônio para quem?” sempre será atual e deve estar à espreita de qualquer estudo que faça a escolha minimamente ética de dar o protagonismo a quem de direito,

Segundo quais modalidades o grupo (a imprecisão das formas de grupos já é, em si mesma, reveladora do problema) pode estabelecer o reconhecimento de um patrimônio? E quem pode fazê-lo em seu nome? Na verdade, a análise do que já existe mostra que sempre se recorre, de um modo ou de outro, a um cientista, muitas vezes um etnólogo, para acompanhar um grupo (ou sua minoria ativa...) no seu reconhecimento daquilo que é e faz patrimônio. (DAVALLON, 2015, pg. 57)

Quanto a representatividade, SMITH diz que,

O gênero tende a ser ignorado nas discussões de patrimônio. Quando é abordado, muitas vezes é relacionado como um problema específico das mulheres. [...] Eu argumento que o patrimônio é de gênero, na medida em que é muitas vezes 'masculino', e conta uma história predominantemente falocêntrica? e, em particular, da elite-anglo-masculina, do passado e do presente. (SMITH, 2008. p. 159)

Interessante pensar que o termo falocêntrico pode muito bem ser trocado por machocentrado (sic). Mas é importante configurar o pressuposto (espreita) do presente trabalho: a representatividade da prostituição *no* e *para* o patrimônio cultural. Para tanto, várias observações serão compreendidas muitas das vezes no recorte toponímico do bairro Cidade Nova, localizado no município do Rio de Janeiro (sem se prender a ele exclusivamente), cujo

ápice histórico é a Vila Mimosa na Praça da Bandeira, bairro vizinho, por conta da centralidade que é sempre almejada pelas trabalhadoras sexuais pensando em sua clientela.

É preciso, antes, somar a questão do interdito, conforme a observação de Foucault,

uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. (FOUCAULT, 1996. P. 9)

Que interdito é esse no campo do patrimônio material? Na tabela de bens cadastrados, DEPAM - 2015-09-25 - Controle bens tombados, obtida junto ao Arquivo Central do IPHAN, a ausência no inventário e livros do tomo de termos como bordel, lupanar, casa de massagem, prostíbulo, conventinho, e similares é um índice para isso⁵².

Na mesma toada, no que tange ao patrimônio imaterial e o registro da prática de saberes, há interdição para as práticas que lidam com o corpo no ato sexual para fins não reprodutivos. Numa dada comparação, é como se os livros *Kama Sutra* (Índia), *O Jardim das Delícias* (Árabia) e a *Arte Chinesa do Amor* (China) fossem, assim, consideradas obras menores de uma literatura menor.

Aliás, mesmo as práticas sexuais com a finalidade da reprodução deveriam encontrar-se registrada/inventariada, pois há rituais de fecundação, dos mais diversos, encontrados em diversas tribos indígenas. Ressalte-se que o antropólogo Marcel Mauss, em seu ensaio *Noção de Técnica Corporal*, registrava,

Nada mais técnico do que as posições sexuais. Pouquíssimos autores tiveram a coragem de falar deste assunto. É preciso ser grato a Krauss por ter publicado sua grande coleção de *Anthropophyteia*. Consideremos, por exemplo, a técnica da posição sexual que consiste no seguinte: a mulher tem as pernas suspensas pelos joelhos nos cotovelos do homem, é uma técnica específica de todo o Pacífico, desde a Austrália até o Peru, passando pelos estreitos de Behring — e, por assim dizer, muito rara em outros lugares. (MAUSS, 1934)

Depara-se então com a seguinte dúvida: será o campo do patrimônio algo que diga respeito apenas às práticas do espaço público e nunca às do privado? Será então o limite para as práticas patrimoniais a intimidade (corporal e relacional) do indivíduo, inaugurando (sem se dar conta) uma espécie de limiar e conseqüentemente um *tego* patrimonial? Mas se assim for, como fica a questão de haver - pedra e cal - casas tombadas cujos habitantes originais viveram nesses espaços as mais diversas histórias, muitas delas bem documentadas? Deduz-se daí que há uma gradação para o que se entende por “íntimo” no patrimônio cultural. É possível, então, a patrimonialização do “íntimo” ou de tudo que à essa categoria aceda?

⁵² Embora em inventários feitos de centros históricos haja umas poucas ocorrências do termo “bordel” como antigo uso do imóvel, como no livro do Maranhão

Segue-se outro problema implícito: se há um patrimônio ferroviário, paisagístico, memória da eletricidade, industrial, arquivos e coleções diversas, por que ao grupo das mariposas, puara, loureira, borboletas, rateira, puriba⁵³, sujeita, rapaxa, rapariga, rascoa etc, lhe seria negado o reconhecimento de sua comunidade no âmbito de seu testemunho e o impedimento de vir-a-ser patrimônio? Uma possível resposta, como abstração a essa pergunta, seria pela questão do valor ético-político,

Isto sugere uma oposição entre "boa herança" por um lado e "má herança" por outro, "boa diversidade" e "má diversidade". Mas como podemos distinguir entre eles? O único critério previsto pela UNESCO é o dos direitos humanos, que envolve um sistema axiológico ocidental. Esse critério foi posto de lado no meio da culpa pós-colonial; agora ela foi reintroduzida em vista dos problemas gerados pela axiologia multicultural, concebida para expiar os antigos pecados do colonialismo, do imperialismo, do etnocentrismo ocidental e assim por diante. A UNESCO ainda não encontrou outros meios para resolver as antinomias de sua própria ideologia, que espelham as da doxa ocidental contemporânea em relação à diversidade cultural (STOCZKOWSKI, 2009, p. 11)⁵⁴

“A UNESCO ainda não encontrou outros meios para resolver as antinomias de sua própria ideologia”... talvez com o devido descarte antropológico e o retorno a Filosofia, esse problema seja solucionado, sem que necessariamente se retorne ao “universal cultural” impondo-se a “diversidade cultural”.

Importa escrever que existe um grupo, chamado NAHT (*Network against Harmful Traditions*) é uma espécie de braço da UNESCO que toma por base a constante violência contra as mulheres, dado o machismo e patriarcalismo pelo mundo afora, procurando coibir toda e qualquer referência/tradição cultural que atente contra crianças (maior atenção as do sexo feminino, atente-se) e mulheres de outras idades, como exemplo, a mutilação genital feminina. Outro ponto de nota é quanto às práticas do tipo rito de passagem, como escarificações, perfurações, amarras e demais formas de flagelação. De novo, a instância ‘íntimo’ do corpo parece ser o limite para o Bem Cultural. Mas essa é uma regra de certo modo não declarada. Frise-se ainda, no corpo como limite, para o que se entende como violência e violação dele ou de práticas que o machuquem. Marcas da violência. Mas e as marcas de prazer?

⁵³ A parte “ri” diz respeito ao Rio de Janeiro, e a parte “ba” refere-se a Bahia. A palavra é utilizada na estrada Rio-Bahia. A explicação encontra-se no Dicionário do Sexo e da Prostituta, de Émerson Ribeiro Oliveira. A parte “pu” fica implícita ou (§ 8).

⁵⁴ No original, em inglês: This suggests an opposition between ‘good heritage’ on the one hand and ‘bad heritage’ on the other, ‘good diversity’ and ‘bad diversity’. But how can we distinguish between them? The sole yardstick envisaged by UNESCO is that of human rights, which involves a Western axiological system. This yardstick had been put aside in the throes of post-colonial guilt; now it has been reintroduced in view of the problems generated by multicultural axiology, conceived in order to expiate the old sins of colonialism, imperialism, Western ethnocentrism and so forth. UNESCO has not yet found any other means of solving the antinomies of its own ideology, which mirror those of the contemporary Western doxa concerning cultural diversity (STOCZKOWSKI, 2009, p. 11)

Saindo um pouco da questão corpórea, passa-se para a memória social de um grupo e sua representação em que, ao cabo, pode se questionar os valores não convencionais pautados pelo discurso social, em que isso leva necessariamente a uma cultura negada ou que se quer negar e mesmo anular. Em pergunta mais simples e direta: antivalores⁵⁵ sociais produzem um antipatrimônio?

Como exemplo concreto de um possível antipatrimônio, a presente pesquisa localizou o seguinte dado histórico⁵⁶: O busto do traficante Paulo César Moura Lima, de alcunha Meio-Quilo, da favela do Jacarezinho, subúrbio do Rio de Janeiro. O Jornal do Brasil em sua edição 212 de 06/11/1987 noticia “Jacarezinho exalta o crime”, pois os moradores eram por ele tão bem tratados e queridos que após sua morte encomendaram e finalizaram um busto que seria erguido na Praça da Concórdia (e inclusive ela passaria a ter o apelido do criminoso), que é um conhecido ponto de venda de drogas. O então prefeito Saturnino Braga vetou a homenagem.

O projeto foi tão audacioso, que o então prefeito Saturnino Braga teve que intervir diretamente na comunidade e determinar uma busca ao 'bronze', por certo nunca encontrado, para impedir que a homenagem se realizasse (VÁRZEA, 1995, pg. 18).

Importante ressaltar que o escultor ao qual a obra fora encomendada, era o mesmo da estátua do sempre lembrado jogador de futebol Mané Garrincha (localizada na rampa de acesso do Maracanã): Jaime Sampaio, premiado escultor e professor da Escola de Artes Visuais no Parque Lage, já falecido.

O motivo do veto ficou conhecido conforme a notícia dada pelo jornal Tribuna da Imprensa, em sua edição 11747 de 06/11/1987,

Saturnino adiantou que caso a solicitação de autorização seja apresentada à prefeitura, os moradores do Jacarezinho não serão atendidos. As estátuas em praça pública não podem ser instaladas sem o consentimento prévio da administração municipal. "É preciso autorização da prefeitura e não vamos dar. Trata-se de um contraventor". Justificou o chefe do executivo carioca (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1987)

Contraventor não pode. Este é um valor que o prefeito carregava consigo, à espreita. Mas a estátua do general Castelo Branco (um dos responsáveis pelo golpe que instaurou a ditadura civil-militar no Brasil) eterniza-se no final do bairro do Leme na Zona Sul carioca, na

⁵⁵A palavra ‘antivalor’ aqui empregada não toma por base a explicação: “um valor que busca a mais valia e o lucro, e uma outra fração, que chamo antivalor, que por não buscar valorizar-se per se, pois não é capital, ao juntar-se ao capital, sustenta o processo de valorização do valor (OLIVEIRA, 1998, p. 53)”. Mas sim o entendimento simples que o prefixo ‘anti-’ significa ‘negação’ ou ‘forma não hegemônica’ da palavra que lhe acompanha, no caso, ‘valor’.

⁵⁶Agradecimentos especiais à museóloga Mariana Pereira Nunes Várzea, por conta de sua dissertação *As Mulheres de Bronze*. Graças a leitura de sua obra recuperou-se a informação sobre o busto em bronze do traficante Meio-Quilo.

constância de um perdido olhar sobre o nada, esta pode. Cada comunidade tem suas referências em bronze que merecem ou que melhor se adequem ao seu contexto social.

Há uma questão de fundo nesse processo de veto e aceitação acerca da memorialização em bronze ou mesmo no reconhecimento de práticas culturais, toponímias, roteiros turísticos e demais ações acerca de temas chave para o patrimônio cultural,

Os critérios que julgam os projetos de monumentalização são abstratos e circunstanciais. Ou seja, os bustos, estátuas, esculturas podem ser erigidos segundo um princípio, a saber: sua importância tanto para a cidade, quanto para a cultura ou para a pátria. Não obstante, nunca existiram comissões formadas por cidadãos e representantes dos poderes municipais para julgar estes três requisitos. O veto do Prefeito basta para que a homenagem não se efetue. (VÁRZEA, 1995, pg. 18)

Pouco mudou sobre o poder de veto enquanto ato administrativo discricionário do máximo poder institucional em âmbito municipal na figura de seu alcaide. Embora haja decretos e leis que regulem os processos de intervenção artística na urbe (justamente para corrigir as arbitrariedades), incluindo aí a Comissão Carioca de Nomenclatura de Logradouros e Equipamentos Públicos, criada a reboque do decreto nº 20.224 de 12 de julho de 2001, que recebe sugestões e as avalia de acordo, a palavra final pertence ao poder decisório do Estado, configurando assim, antes um ato político enviesado do que uma sensível escuta aos anseios dos cidadãos.

Problema resolvido, problema surgido: por mais que uma comunidade queira uma homenagem ou representatividade, seus pedidos podem ser frustrados ante aquela comissão que, composta de profissionais egressos das áreas de história, antropologia, museologia, arquitetura e áreas afins, podem sensibilizar-se ou não com o tema, sob supostos preceitos que se querem técnicos, ignorando os verdadeiros atores sociais desse cenário, como foi no caso do tombamento do terreiro de candomblé Casa Branca, em Salvador, na Bahia, em 1984.

Pegamos esse exemplo não como falha e negativa para um grupo e suas práticas religiosas, mas pela questão de que houve certa resistência por parte das instâncias jurídico-administrativas do Estado à inclusão do terreiro no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo Histórico, conforme comenta professor e antropólogo Gilberto Velho,

Havia um verdadeiro choque de opiniões que não se limitava internamente ao Conselho da SPHAN. Importantes veículos da imprensa da Bahia manifestaram-se contra o tombamento que foi acusado, com maior ou menor sutileza, de demagógico. É importante rememorar esses fatos, pois a vitória foi muito difícil e encontrou fortíssima resistência. Foi necessário um esforço muito grande de um grupo de conselheiros, do próprio secretário de cultura do MEC e de setores da sociedade civil para que afinal fosse obtido sucesso (VELHO, 2006, p. 239)

Causa espécie, á luz dos entendimentos sobre participação e vontade cidadã nos processos de laços comunitários e suas criações, ler a frase “a vitória foi muito difícil”, como se de uma disputa esportista se tratasse. As palavras traem, denunciam, velam, acobertam, ou se *jatego*. Afinal, em outra frase registra que “encontrou fortíssima resistência”. Resistência de quem, senão de outros membros do conselho ou de instâncias administrativas que compõe a instituição e seus poderes de “realização”⁵⁷.

Além disso, por ser um campo de conhecimento interdisciplinar, com várias camadas de entendimento e possibilidades, destaca-se aqui ainda a seguinte passagem da dissertação intitulada *Mulheres de Bronze*, em que a autora, a museóloga e professora Mariana Várzea, esclarece que,

A dimensão pedagógica das estátuas está diretamente relacionada com o grupo social que se fez representar no espaço público através de monumentos. Isto quer dizer que, quanto mais soubermos sobre o grupo social que investiu na bronzificação, melhor podemos compreender o sentido do monumento em relação ao espaço que ele ocupa na cidade, definir o público a que ele foi endereçado e fundamentalmente destacar na dramaticidade da peça os elementos simbólicos da pedagogia. (VÁRZEA, 1995, pg. 18)

Pois se há uma dimensão pedagógica das estátuas, cujo *télos* é o registro e recuperação de uma memória ali contida (informação adquirida⁵⁸), na conjugação com o espaço onde se encontram, também o há para o campo do patrimônio cultural. Assim é possível pensar em uma gramática; uma gramática para um letramento do patrimônio cultural (e inclusive o dicionário IPHAN colaboraria pra isso). Um letramento e todo um conjunto de categorias colhidas da linguística, incluindo aí índices, signos, símbolos etc. Cabe, portanto, o seguinte questionamento: a categoria dos indesejáveis carrega uma marca negativa, deve essa marca ser excluída e dar-se o seu esquecimento imediato ou ter suas memórias negadas enquanto patrimônio?

Sabe-se da problemática ao se lançar esse argumento, posto que assim haveria um patrimônio da criminalidade, um patrimônio da pobreza – afinal, eis o limite da noção de “diversidade cultural” apregoada a partir da conceituação antropológica. Mas ainda assim é preciso pensar, nem que seja como um limite, ou seja *tego*, ao que é patrimônio, reforçando a explicação, já mencionada e adiante ampliada, do antropólogo Wiktor Stoczkowski sobre a

⁵⁷ Cabe aqui, a título de referência, o motivo da palavra “realização”: rei, real, realidade, régua, regra, regulamento e outros termos correlatos tem essa estrutura arquetípica, de *arkhé*, palavra grega para “limite” ou “origem”, cuja uma das acepções em latim é traduzida por *tego* (esta, tantas vezes utilizada nessa dissertação), onde o poder cria coisa e a delimita. É que “coisa”, em latim, é *res*. E mesmo *rex*, rei, com ela se confunde ou a atravessa. O organizar e delimitar é típico da função real. Como exemplo empírico, tem-se a seguinte anedota: a medida *foot* (pés) deve-se aos pés do rei Henrique I da Inglaterra.

⁵⁸ Conforme o livro *Comunicologia* de Vilém Flusser, 2014.

cultura de paz propalada pela UNESCO, na relação com os direitos humanos e o princípio da dignidade humana, pois não se pode,

ignorar o fato de que o respeito incondicional por todo conhecimento tradicional e todas as representações culturais pode levar, por exemplo, ao encorajamento da opressão das mulheres - casamentos forçados, mutilação genital, alunas compelidas a usar o *hijab* - de maneiras consideradas contrárias aos direitos humanos defendidos pela UNESCO⁵⁹ (STOCZKOWSKI, 2009, p. 11)

Stoczkowski lançou mão da expressão *harmful tradition* (tradição prejudicial), sobre o limite, ou seja *tego*, imposto ao campo dos direitos culturais (diversidades culturais) a partir do atravessamento dos direitos humanos, numa tentativa reconciliatória e, certamente, controversa.

Em outro caso emblemático, para a escolha de nomes das ruas tem-se a seguinte informação que de algum modo comunica com o dito anteriormente. São as efemérides acerca do período da ditadura cívico-militar na relação vítima x algozes, pois,

Embora o número de vítimas reconhecidas seja maior que o número de criminosos levantados pela CNV, a soma do comprimento de ruas com o nome de vítimas é bem menor. São aproximadamente 160 km homenageando os que tombaram pela mão do regime contra mais de 2000 km de vias que fazem referência aos algozes de acordo com o mapeamento feito nas ruas de todos os estados brasileiros (PÚBLICA, 2017, *online*)

No sítio eletrônico dessa agência de notícias chamada *Pública*, há ainda a ressalva de que os dados são inconsistentes, posto que é uma plataforma colaborativa. Mesmo assim: as homenagens aos torturadores superam em muito as dos torturados e vítimas daquele sistema político que por tanto tempo perseguiu e violentou, nos direitos e nos corpos, tantas pessoas. Pode-se facilmente deduzir que é uma política pública em que nesse sistema de valor, nesse regime memorial, pauta as homenagens e demais efemérides correspondentes, priorizando um passado que se quer manter valorizado como algo histórica e devidamente rebatido por ruim. O Estado Brasileiro no período ditatorial perseguiu e assassinou através de seu braço armado na figura das instituições militares. E não há como reescrever a história, senão pelo equívoco dos mais novos obtido por uma deseducação ou produção de insensibilidades.

No livro *Retórica da Perda*, do antropólogo José Reginaldo Santos, 1996, há o seguinte apontamento,

Na medida em que "arbitrários", os patrimônios não estão centrados na sociedade, na história ou na natureza; eles próprios é que, na verdade, constituem um centro que é histórica e culturalmente constituído, podendo assumir múltiplas formas no tempo e no espaço – formas institucionais, rituais, textuais. [...] esses exemplos, ao lado de tantas outras instituições, práticas, ritos, objetos materiais, e suas respectivas

⁵⁹ No original em inglês: The most controversial of all these contradictions manifests itself in the hope of reconciling human rights and cultural rights. This hope seems to overlook the fact that unconditional respect for all traditional knowledge and all cultural representations can lead, for example, to the encouragement of the oppression of women – forced marriages, genital mutilation, schoolgirls compelled to wear hijab – in ways which are often considered contrary to the human rights defended by UNESCO (STOCZKOWSKI, 2009, p. 11),

representações textuais, podem ser pensados como "patrimônios". (GONÇALVES, pg 29)

É que no caminho da linguagem e sua compreensão/interpretação, duas figuras sobressaem-se de maneira específica neste campo e sua composição narrato-descritiva: a metáfora e a metonímia. Talvez isso se deva por uma acepção de cunho psicológico: o problema de fundo talvez não seja mais que o evitar a morte, deixando-a (em definitivo) à espreita.

Nesse ponto convém ter em mente que “por meio do recurso poético à alegoria, que evoca os fragmentos do objeto perdido não pelo uso da metáfora, mas da metonímia, o poeta aborda a dor provocada pela passagem do tempo” (KHELL, 2009, pg 170). A psicanalista Maria Rita Khell comenta, nesse parágrafo, sobre um poema de Rimbaud e seu recurso de referir-se a um problema por um caminho não convencional e objetivo: o problema da depressão. A depressão é, em si mesma, uma referência do campo simbólico pessoal e altamente subjetivo, demandando método próprio para superá-la ou saber-lhe o correto convívio.

Nessa feita uma gestão poética teria isso à espreita, sendo inclusive possível certa comparação psicanalítica, pois,

A que fim curativo serve levar de volta ao consciente, com as mnemotécnicas mencionadas, sobretudo narrativas, o inconsciente reprimido, se o esquecido se tornar outra vez não-esquecido? Freud descreve esse objetivo várias vezes em metáforas jurídicas (“Parábola do juiz e do acusado”). Um conflito será renovado, um caso reaberto, um processo novamente tratado em duas instâncias, tendo como finalidade “rever o processo aquela vez resolvido”. Talvez dessa maneira, espera Freud, se consiga uma absolvição ou pelo menos circunstâncias atenuantes, que ajudem a curar agora no modo de não esquecido o que outrora fora mal esquecido (WEINRICH, 2001, p. 190)

É que há memórias por demais dolorosas ou incômodas (sensíveis, conforme exposto em capítulo anterior) que se quer e se deve esquecer. Embora o patrimônio cultural seja construído (ao menos presume-se) coletivamente e voltado para esse coletivo, a vontade do grupo (comunidade) deve ser respeitada, como foi o caso da comunidade judaica e suas memórias do campo de concentração em Auschwitz, no sul da Polônia, sob a invasão alemã no contexto da II Guerra Mundial. O dever de memória, como algo a ser contado/narrado, implica em estudos sobre o testemunho e suas formas. Como referência a tais estudos desponta o nome do professor e crítico literário, Márcio Seligmann-Silva. E segundo ele,

O termo “monumento” vem do latim *monere* que significa advertir, exortar, lembrar. Na Antiguidade, a tradição de construção de monumentos esteve ligada mais à comemoração (de vitórias bélicas) do que à ideia de advertir (SELIGMANN-SILVA, 2016, p. 50)

Ele trata neste seu artigo sobre os antimonumentos, sua relação com a mnemotécnica e as artes. E, no parágrafo citado, esclarece um pouco mais que,

Foi depois da Segunda Guerra Mundial e, sobretudo no contexto do processo de memorialização de Auschwitz, que se desenvolveu uma estética do que se tornou conhecido como antimonumento, que, de certa maneira, funde a tradição do monumento com a da comemoração fúnebre (SELIGMANN-SILVA, 2016, p. 50)

E como conclusão, tem-se,

Desse modo, o sentido heroico do monumento é totalmente modificado e deslocado para um local de lembrança (na chave da admoestação) da violência e de homenagem aos mortos. Os antimonumentos, na medida em que se voltam aos mortos, injetam uma nova visão da história na cena da comemoração pública e, ao mesmo tempo, restituem práticas antiquíssimas de comemoração e rituais de culto aos mortos (SELIGMANN-SILVA, 2016, p. 50)

Homenagens, efemérides, comemorações e ritos cívicos de memória, tudo isso demanda controle e averiguação por parte das instâncias executivas do poder estatal e leis ou decretos que as regulem, de acordo com as esferas municipais, estaduais e federal. Cada uma dessas esferas possuem câmaras com pessoas eleitas por voto direto na defesa do interesse de seu grupo de eleitores, ainda que deva governar ou atuar para o bem comum e portanto de todos. Assim, nesse circuito informacional, uma comunidade atuante teria uma grande participação (cidadã) e impacto direto na vida urbana, ditando rumos memoriais, rumos por onde a memória coletiva transita, inclusive. Trata-se, aqui, do poder de governo e governar diluído entre todos, por todos, com todos os cidadãos. Mas mesmo assim há de predominar as práticas costumeiras (*nómos*), conforme explicado anteriormente (e em outro capítulo) e reiterando de outra maneira, cita-se Fernando Catroga,

será a partir da idéia e do sentimento de pátria que comunidades e grupos narram a história que os identifica (e os constrói) como famílias alargadas e como comunidades étnico-culturais. Compreende-se. É que, se estas implicam a compartilha de características comuns (os mesmos mitos de origem, a mesma língua, um mesmo território, a mesma memória coletiva), é indiscutível que a sua pedra de toque se situa na ancestralidade. Bem vistas as coisas, como “terra dos pais” (e os seus respectivos mitos) a “pátria” é a origem de todas as origens, húmus sacralizado que, se gera, também filia e se impõe, quase holisticamente, como uma herança e como um dever de transmissibilidade, ou melhor, como um destino, ou mesmo como uma vocação (CATROGA, 2011, p. 14)

E, páginas adiantes, diz também que “sabe-se que a pátria é o alfa fundador de todas as filiações étnico-culturais e políticas, matriz que age como um apelo, ou melhor, como uma herança, cujo dever de transmissibilidade acena para contornos escatológicos” (CATROGA, 2011, p. 23).

Retornando, pergunta-se (sempre essa ação) por que escreveu-se isso tudo? Fique, porém, a ressalva: não se está igualando as memórias sensíveis de dores distintas, como se o mero fato em comum de serem dores bastasse para uni-las. Mas pensa-se, isso sim, na estrutura dos argumentos sobre os interesses comunitários e seus usos de memória, dos quais a visibilidade se torna importante por expor uma situação sensível ou problemática a qual deve

ser ressignificada de maneira positiva. Como há memória judaica, como há memória negra, memória indígena, memória cigana e demais memórias étnicas e suas representações sociais, há também a memória de grupos profissionais e seus objetos, típicos de museus e arquivos particulares, todos com vir-a-ser patrimônio, como os médicos, engenheiros, advogados e, por que não, das interditas, profissionais do sexo, cuja categoria e escolha profissional diferem do pânico moral muitas das vezes propalados pela imprensa sobre tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. Afinal, a distinção entre exploração sexual e profissional sexual deve-se ao fato de que, se a mulher não consentiu as atribuições e usos para o seu corpo, então seu magno direito sobre si e de si, é violado, configurando em autêntica paralisia ou estupor.

Se a mulher escolheu a suposta vida fácil de ser prima, de janela, de porta, airoso, doidivana, biralha, acelerada, de doce vida, ambulatriz, daquelas, arvela, biraia, calhandeira, frincha, cantoneira, espécia, requisitada, bisca, findinga, desdita, laranja caída na estrada, moça de estrada, moça do facho, de vida airada, xepeira, biriba⁶⁰ e tantas outras equivalências lexicais, com base em qual poder constituído julga-se a profissão e sua profissional? Pois “independentemente do termo escolhido, ele pode tanto se referir a uma profissão quanto indicar a pior das ofensas às mulheres. É bem verdade que algumas palavras podem ser ressignificadas, e uma (§ 8º) atriz nem sempre é uma atriz prostituta” (PRADA, 2018, p. 26).

Que outra categoria de sujeitos, ou objetos, existe que possui um alto grau de sinonímia, indiretas terminológicas de referência? Que medo é esse que impede o seu perfeito nomear e chamar e convocar, qual rito de convocação às avessas⁶¹? Afinal: “o movimento de prostitutas surge oficialmente na França, nos anos 1970 -, crescem a partir do momento que nós, prostitutas, não nos limitamos mais a existir apenas em nossos guetos, em nossos locais de trabalho. Não somos mais invisíveis” (PRADA, 2018, p. 34). Agora falam, exigem, portam-se e não mais se prostram⁶², “então, surge o estranhamento: que (§ 8º) são essas, que ousam falar e contrariar tudo o que se pensa sobre elas? Que (§ 8º) são essas que ousam falar e, ainda por cima, ousa se expor sem tarjas e disfarces não apenas nas redes sociais, mas em pessoa, em debates públicos?” (PRADA, 2018, p. 35).

Rasgaram o véu, o manto que as ocultava, o limite, ou seja *tego*, que as impedia; limite muitas das vezes hipócrita. Enquanto categoria estão se unindo e pleiteando por direitos e fazendo ativismo.

⁶⁰ A maioria dos sinônimos para a profissão foram colhidos no Dicionário do Sexo e da Prostituta, de Émerson Ribeiro Oliveira, 2001.

⁶¹ Em sistemas ocultistas o demônio só pode ser conjurado pelo nome verdadeiro, secreto.

⁶² Em latim, *prosto*, donde *prostituto*, como aceção para estar exposto, à venda, público, fazer saliência [à mostra].

Essa breve tergiversação é necessária para chamar a atenção da sutileza no contida no oculto da palavra; no ocultado, velado, escondido. Cita-se o seguinte,

Até à barra dos dois riachos, onde tem a cachoeira de escadinhas. Nem pensei mais no redemoinho de vento, nem no dono dele – que se diz – morador dentro, que viaja, o Sujo: o que aceita as más palavras e pensamentos da gente, e que completa tudo em obra; o que a gente pode ver em folha dum espelho preto; o Ocultador. (ROSA, 1994, p. 342)

Há o diabo na palavra⁶³.

Retorna-se à principal linha argumentativa com Monique Prada, pois ela argumenta que,

na importância de debater essas questões [...] sobre ((§ 8º))feminismo. [...] É preciso pensar e repensar os feminismos, aparar essas arestas, buscar os pontos de convergência que nos permitirão avançar no cenário de disputa que se coloca. Eu acredito nos feminismos – em especial no (§ 8º)feminismo – como movimentos potencialmente revolucionários, que trazem em si a possibilidade (e mesmo a necessidade) de desconstruir e reconstruir permanentemente os conceitos. Eu entendo que o (que temos chamado de) (§ 8º)feminismo pode ser descrito, basicamente, como um movimento que nasce a partir da ideia de que nós, mulheres trabalhadoras sexuais, podemos também ser feministas, combatendo o estigma sobre nós e fortalecendo nossa luta por direitos, sem que para isso precisemos abrir mão de nosso trabalho ou nos envergonhar dele. Mas o (§ 8º)feminismo pode também ser visto como uma possibilidade de repensar toda a estrutura da prostituição, identificando e combatendo as opressões que existem nela (PRADA, 2018, p. 37)

Assim sendo, esse grupo, das prostitutas, já está fazendo história. No site do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, há a seguinte informação,

O dia 2 de Junho é o Dia Internacional das Prostitutas. Esse dia lembra o momento histórico em 1975 quando 150 prostitutas ocuparam a Igreja Saint-Nizier, na cidade de Lyon na França, em protesto perante a discriminação e violência do Estado. Em reconhecimento de sua luta e coragem, esse dia foi declarado o Dia Internacional da Prostituta pelo movimento organizado de trabalhadorxs sexuais e vem sendo celebrado anualmente desde 1976 (CLAM, 2017, *online*)

Aqui no Brasil, segundo a professora antropóloga Soraya Simões, do Observatório da Prostituição⁶⁴, o movimento das profissionais do sexo organizou-se pelo eixo eminentemente urbano, para melhor lutarem por seus direitos civis e mesmo à cidade, tendo elas organizado o Primeiro Encontro Nacional de Prostitutas no Centro de Artes Calouste Gulbenkian.

⁶³ Na aula de latim I, o professor Pedro Ivo, da UERJ, esclareceu que João Guimarães Rosa falava fluentemente 15 idiomas, dos quais o grego e o alemão. Por conta disso este autor, ao escrever seu grande livro *Grande Sertão: Veredas*, jogava as palavras para outros idiomas e pensava em sua formação etimológica, alcançando novos entendimentos. Ao escrever “redemoinho” (sic), ele joga com o “demo” (demonho = demônio) dentro dela, trazendo ainda uma implícita referência ao folclórico saci, por conta de seu pé-de-vento.

⁶⁴ A professora Soraya Simões muito gentilmente disponibilizou o link para o documento *Relatório Copa do Mundo*. Nele consta a seguinte explicação: “O Observatório da Prostituição é um projeto de extensão do Laboratório de Etnografia Metropolitana-LeMetro/IFCS-UFRJ que reúne professores, pesquisadores e alunos da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, do Núcleo de Estudos de Gênero PAGU da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP e da Universidade Federal Fluminense-UFF. O projeto é realizado em parceria com a ONG Davida – Prostituição, Direitos Civis, Saúde; a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids-ABIA; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro-APERJ e a Rede Brasileira de Prostitutas”. Disponível em: http://lemetro.ifcs.ufrj.br/relatorio_da_copa.pdf. Último acesso em 10 de abril de 2018.

Ao que se acrescenta uma outra referência histórica, da professora e historiadora Margareth Rago, por conta do lançamento, à época, de seu livro *Os Prazeres da Noite*,

em 1991, com um telefonema que recebi da prostituta e socióloga paulistana Gabriela Silva Leite, coordenadora do Movimento Autônomo das Trabalhadoras do Sexo, criado em 1987. Tratava-se de um convite para a realização de uma conferência no Instituto de Estudos da Religião (Iser), na cidade do Rio de Janeiro, organizada pelas próprias trabalhadoras do sexo. Não tinha muito claro o motivo pelo qual me chamavam, mas, lá chegando, qual não foi meu espanto ao tomar contato com todas aquelas mulheres, brancas e negras, de várias idades, que sorriam, me abraçavam e me agradeciam pela realização do livro. Afirmavam orgulhosas que “assim como todos os outros trabalhadores brasileiros, finalmente haviam entrado para a História!” (RAGO, 2008, p. 9)

Seguindo na explicação, ampliando a historicidade sobre o movimento e suas conquistas e avanços pelo país afora,

em 1988, elas discutiram a retirada do capítulo V do código penal e lançaram o primeiro jornal destinado à categoria, o Beijo da Rua; no I Encontro das Prostitutas Gaúchas, realizado em Porto Alegre, em 1989, foram relatados os problemas de humilhação institucionalizada, como, por exemplo, a existência de um ‘termo de vadiagem’ a ser assinado na delegacia pelas prostitutas presas ilegalmente nas ruas da cidade; e o I Encontro de Prostitutas do Pará, realizado em Belém, no ano de 1991, as mulheres puderam contar com o apoio institucional do governo daquele estado.[...] uma rádio comunitária foi criada na Vila Mimososa (Leite 1992; Moraes 1995; Simões 2010). E no ano seguinte, o Programa Prostituição e Direitos Cívicos desvincula-se do Instituto de Estudos da Religião (ISER) e passa a existir como a organização não governamental Davida – prostituição, Saúde e Direitos Cívicos, assessorando a fundação de novas associações em todo o Brasil e difundindo, através do jornal Beijo da Rua, os ideais da Rede. (SIMÕES, 2010, p. 29)

Toda essa gama de acontecimentos é a resultante direta de lutas e muitos ativismos; luta em prol da categoria. Exposições foram feitas, reportagens, vídeos. Em 2016 a FUNARTE com o seu Programa Rede Nacional Funarte Artes Visuais 12ª edição, contemplou o projeto de residência e intervenções artísticas em Minas Gerais da APROSMIG (Associação das Prostitutas de Minas Gerais). A culminância desse processo é o Museu do Sexo das (§ 8º)⁶⁵. E em um post do dia 4 de dezembro de 2017, da página do Observatório da Prostituição (no *facebook*), registra-se que,

A data da abertura da exposição e lançamento da edição especial do Beijo da rua em comemoração dos 30 anos do movimento de prostitutas tem um significado histórico importantíssimo. No dia 10 de dezembro de 1987, a recém-formada Rede Brasileira de Prostitutas organizou no Rio de Janeiro um ato público chamado "O Mangue Resiste" contra a remoção da antiga Vila Mimososa do Mangue. Não podendo estar presente, Jorge Amado mandou um texto que, mesmo escrito trinta anos atrás, ainda remete ao que as prostitutas têm vivenciado durante os processos contemporâneos de "limpeza urbana" e "revitalização", caraterísticos dos megaeventos como os Jogos Olímpicos. Aqui estão o cartaz original e carta enviada pelo Jorge Amado, ambos no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (OBSERVATÓRIO DA PROSTITUIÇÃO, 2017)

⁶⁵FUNARTE. Abertas inscrições para o Museu do Sexo das (§ 8º), em Minas Gerais. Disponível em: <https://tinyurl.com/yxhkaw6>. Acesso em: 07 jun. 2017.

Além disso, pouco tempo antes, em agosto de 2017, houve um grande encontro no Salão Nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ (Rio de Janeiro). Neste encontro singular, várias prostitutas ativistas e pesquisadoras (homens também) se reuniram e comemoraram os 30 anos do movimento. Importante ainda mencionar, nesse processo de ocupação e ressignificação de espaços, que no mesmo ano de 2017, no Maranhão, ocorreu o 6º Encontro Nacional das Prostitutas, no Convento das Mercês⁶⁶. Os nomes dos espaços e suas ocupações posteriores falam por si.

Com tantos registros, tantas passagens, tantas presenças, tantos testemunhos, tanto *múnus*, qual seria o real impedimento de um patrimônio cultural da Prostituição? Afinal, retomando e ampliando uma discussão já feita,

A memória entrou no debate historiográfico por muitas vias, destacando-se, no Brasil, sua incorporação via história oral na metodologia da pesquisa histórica. Entre os tópicos mnemônicos que mais tiveram destaque, os lugares de memórias tomaram forma de jargão, principalmente por instrumentalizarem a simpatia dos historiadores desejosos de entender e “dar voz” às populações que não teriam história, aqueles que outrora os historiadores chamavam dos “excluídos da história” (SANTIAGO JÚNIOR, 2015, p. 246)

De acordo com a citação acima, depreende-se a questão sobre (e sempre) qual seria o *télos* do patrimônio cultural, sua finalidade: a de dar visibilidade a certos grupos e categorias sociais? Mas não se trata efetivamente disso,

Hoje em dia, quase a constituir uma “patrimoniografia”, o campo das discussões patrimoniais deu novas dimensões ao anterior “direito à memória” – o patrimônio foi incorporado à esfera pública e às humanidades como forma social de afirmação política de comunidades variadas. Propôs-se, justamente, como uma forma de história pública da sociedade (SANTIAGO JÚNIOR, 2015, p. 247)

A última frase é exemplar, pois ao dizer “história pública da sociedade”, delimita um *télos*, um outro propósito para o conceito de patrimônio cultural. Ele ao longo de seu texto esclarece que a,

história (estaríamos mais corretos se a chamarmos de historiografia), a qual é uma reconstrução problemática que não pertence a ninguém (a memória é, lembremos, sempre de alguém ou grupo) cujo fim último é construir rupturas e relativizar a própria memória. Trata-se de uma operação de exorcismo do passado, pois ao inserir os objetos e o mundo na diferença temporal não deixa incólumes os laços afetivos e mágicos da memória (SANTIAGO JÚNIOR, 2015, p. 251)

Neste seu artigo o professor historiador Santiago Júnior analisa os estudos de Pierre Nora com seu “lugar de memória”, com o regime histórico e sua relação com a memória. Nesse intuito, observa que,

⁶⁶O ESTADO. Encontro nacional das prostitutas está sendo realizado em São Luiz. Disponível em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2017/09/22/encontro-nacional-das-prostitutas-esta-sendo-realizado-em-sl/>. Acesso em: 31 dez. 2017.

Junto ao aspecto memorial do patrimônio consolidaram-se os seus valores de uso amplos e o próprio “direito à memória” poderia ser exercido como princípio de cidadania e da conquista de outros direitos sociais pelos grupos sociais. Aqui uma inversão parece ter ocorrido: de filho pobre da ciência da história, o patrimônio passaria a envolver diversas instituições, convocando inclusive a historiografia na reconstrução da memória social [...] A história pode funcionar como delimitadora dos aspectos sondáveis e reconstrutíveis do passado histórico para que os sujeitos sociais pudessem posicionar-se frente seu próprio trajeto no tempo. Como consequência, a reconstrução do passado via patrimônio faz com que frequentemente os grupos sociais incorram em “erros históricos”, construindo mitologias necessárias para manter a valorização do bem selecionado (SANTIAGO JÚNIOR, 2015, p. 262)

Ora! *É o diabo na rua, no meio do redemunho*⁶⁷, o ocultador.

A (§ 8º)ativista Indianare Siqueira tem um amplo entendimento histórico-cultural da prostituição, mencionando desde como era na Grécia antiga até os dias atuais, citando comparativamente com as gueixas japonesas e inclusive traçando paralelos com mitos e religiões. Em apresentação feita durante o evento Semana de Filosofia da Unirio (maio de 2017), sua fala mencionou sobre o apagamento de mulheres e na maneira como seus corpos são utilizados/negociados para a construção de alianças; como os homens controlam estes corpos e realizam o processo de apagamento histórico. Nesse sentido (e durante sua fala) ela resgatou nomes apagados/velados/ocultados em sua história e memória particular que de algum modo travaram verdadeira luta feminista e transgênero, como a imperatriz Teodósia de Bizâncio e a escravizada (no Brasil) travesti Xica Manicongo.

Nesse intuito, as falas da (§ 8º)ativista, das (§ 8º)ativistas em geral, estão construindo mais e mais uma historicidade e memória de grupo (talvez até mesmo alguma mitologia, sem desmerecimento ou deboche algum quanto a isso). E o mais importante: estão reforçando laços de uma comunidade, termo este já aludido em capítulo à parte como conceito.

⁶⁷ Essa frase repete-se algumas vezes em todo o livro de Guimarães Rosa, *o Grande Sertão: Veredas*, 1994, e utilizada aqui como esperteza para alcance outro.

3.2 Alicerces ou fundações e fundamentos para o conceito de comunidade

Aproveita-se o contexto até aqui fundamentado, o de um grupo e sua criação de laços que fomentam uma comunidade e, consequência direta, possuem testemunhos, para com Heidegger aumentar o seguinte entendimento, aumentar a fronteira das ideias,

Sem nos darmos conta, já interpretamos agora o *tò autò*, o mesmo. Interpretamos a mesmidade como o comum-pertencer. Facilmente se representa este comum-pertencer no sentido da identidade, pensada mais tarde e universalmente conhecida. Que, entretanto, poderia impedir-nos de fazê-lo? Nada menos que o princípio mesmo que lemos em Parmênides. Pois, ele diz outra coisa, a saber: ser pertence – com o pensar – ao mesmo. O ser é determinado a partir de uma identidade, como um traço desta identidade. Pelo contrário, a identidade, mais tarde pensada na metafísica, é representada como um traço do ser. Portanto, não podemos querer determinar a partir da identidade representada metafisicamente aquela que Parmênides nomeia (HEIDEGGER, 2006, p. 41)

Comentar-se-á, doravante e por breves parágrafos, os comentários de Heidegger sobre o texto de Parmênides. A leitura de outra lida é necessária para reforçar os conceitos até aqui apresentados. Nesse livro, na verdade uma conferência feita na Universidade de Freiburg em 1957, Martin Heidegger faz uma profunda reflexão sobre o princípio da identidade (não obstante ser este o título de sua conferência), a partir de uma passagem encontrada em texto de Parmênides intitulado Sobre a Natureza, em que diz que “o ser é, o não-ser não é”. Colheu-se a conferida citação de Heidegger para complexificar (desdobrar) uma questão sobre o aprisionar um objeto de estudo em jargão específico e sua impossibilidade dada a espreita sempre mutável, pois,

Se pensarmos o *comum*-pertencer como de costume, então como já mostra a ênfase dada à primeira parte da expressão, o sentido do pertencer é determinado a partir da comunidade, quer dizer, a partir de sua unidade. Neste caso, “pertencer” significa: integrado, inserido na ordem de uma comunidade, instalado na unidade de algo múltiplo, reunido para a unidade do sistema, mediado pelo centro unificador de uma adequada síntese. A filosofia representa este comum-pertencer como *nexus* e *connexio*, como a necessária junção de um com o outro (HEIDEGGER, 2006, p. 42)

Ressalte-se o uso do *italico* como ênfase dada a uma parte da expressão “comum pertencer”. É que o termo “comum” permite um jogo parecido, com co-mum e com-um. E na temática final desta dissertação, depura-se qual seiva deputada, essa ação em disputa, a da filosofia “como *nexus* e *connexio*”, para o pensar sobre o múnus que dá a potência mnemônica para a aqui conceituada, no conceito, comunidade das prostitutas em seu testemunho, na possível consolidação em patrimônio cultural, afinal,

o comum pertencer pode também ser pensado como *comum-pertencer*. Isto quer dizer: a comunidade é agora determinada a partir do pertencer. Neste caso, então, sem dúvida, permanece aberta a questão do significado de “pertencer” e como somente a partir dele se determina a comunidade que lhe é própria. A resposta a esta questão está mais próxima do que pensamos, sem que, no entanto, seja óbvia. É suficiente agora

que esta indicação nos faça notar a possibilidade de não mais representar o pertencer a partir da unidade da comunidade, mas de experimentar esta comunidade a partir do pertencer. Mas esta indicação não se esgota num vazio jogo de palavras que algo inventa, a que falta qualquer apoio num estado de coisas verificável (HEIDEGGER, 2006, p. 43)

Assim resta outra dúvida por dirimir futuramente, qual seja, aprofundar-se ônticamente sobre a *arkhé* e o *télos* do patrimônio cultural. E nesse sentido de pensar em fator originário e finalístico, um certo resquício resta percebido, na associação entre a retirada (pela via estatal-patrimonial), de um bem de sua origem comunitária (e usos relacionais comunitários) para o sacro altar dos livros de tombo e registro, pois de alguma maneira, à espreita, a religião se encontra diluída pela sociedade. O historiador Fernando Catroga, em seu livro *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo*, de 2005, informa que,

De acordo com vários antropólogos e sociólogos (Frazer, Durkheim, Radcliffe-Brown, Mauss, Cazeneuve, Spiro, Parsons, etc.), a religião tem igualmente de ser compreendida pelo papel religador que desempenha na reprodução social. E não será necessário aceitar-se todas as conseqüências da tese de Durkheim, segundo a qual a Divindade é a sociedade transfigurada e pensada simbolicamente, para se reconhecer que os seus efeitos se objectivam na produção e no reforço de sentimentos de comunhão e de identificação, de modo a que os indivíduos possam constituir-se como sociedade, ou, talvez melhor, como comunidade (CATROGA, 2005, p. 10)

Some-se a isso os argumentos do filósofo italiano Giorgio Agamben, de que,

A impossibilidade de usar tem o seu lugar tópico no Museu. A museificação do mundo é atualmente um dado de fato. Uma após outra, progressivamente, as potências espirituais que definiam a vida dos homens — a arte, a religião, a filosofia, a idéia de natureza, até mesmo a política — retiraram-se, uma a uma, docilmente, para o Museu. Museu não designa, nesse caso, um lugar ou um espaço físico determinado, mas a dimensão separada para a qual se transfere o que há um tempo era percebido como verdadeiro e decisivo, e agora já não é (AGAMBEN, 20, p. 73)

Não se obteve argumentos possíveis e nem se furtou ao esforço do pensamento que minimamente pudessem dialogar com os autores aqui citados/envolvidos, nessa espécie de costura de citações. Soaria falso e optou-se por essa espécie de mediação. Por isso faz-se necessário retornar com Catroga,

E Parsons não pensava de um modo diferente. Assim sendo — e tal como A. Comte já havia percebido, não obstante os exageros da sua religião da humanidade —, ela terá que desempenhar tarefas tanto cognitivas como afectivas, pois se, por um lado, a sua estrutura é de cariz mundividencial — isto é, fornece visões globais e totalizantes acerca da origem, evolução e destino do universo e do homem —, por outro lado, a sacralidade que lhe é inerente manifesta-se em símbolos, ritos, gestos e atitudes, cuja inteligibilidade última parece remeter para o fundo ancestral da mentalidade mítica (CATROGA, 2005, p. 10)

E aplicar o devido ponto de arremate com Agamben,

O Museu pode coincidir, nesse sentido, com uma cidade inteira (Évora, Veneza, declaradas por isso mesmo patrimônio da humanidade), com uma região (declarada parque ou oásis natural), e até mesmo com um grupo de indivíduos (enquanto representa uma forma de vida que desapareceu). De forma mais geral, tudo hoje pode

tornar-se Museu, na medida em que esse termo indica simplesmente a exposição de uma impossibilidade de usar, de habitar, de fazer experiência (AGAMBEN, 20, p. 73)

Talvez dizer “patrimônio cultural” seja dizer “reliquia” (restos, cinzas funerárias). Talvez. Espécie de ranço religioso e fúnebre. O livro de Giorgio Agamben citado acima chama-se *Profanações* e possui ainda uma outra passagem que muito acrescenta as discussões que vem sendo feitas. Mas a escrita citada adiante foi feita por seu tradutor como introdução à edição brasileira, o professor de filosofia e teologia falecido em 2017, Selvino José Assmann,

Profanar — conceito originalmente romano - significa tirar do templo (*fanum*) onde algo foi posto, ou retirado inicialmente do uso e da propriedade: dos seres humanos. Por isso, a profanação pressupõe a existência do sagrado (*sacer*), o ato de retirar do uso comum. Profanar significa, assim, tocar no consagrado para libertá-lo (e libertar-se) do sagrado. Contudo, a profanação não permite que o uso antigo possa ser recuperado na íntegra, como se pudéssemos apagar impunemente o tempo durante o qual o objeto esteve retirado do seu uso comum. O que se pode fazer é apenas um novo uso (ASSMANN, S., 2007, p. 10)

Pois trata-se de “devolver à comunidade humana aquilo que historicamente foi subtraído ao uso comum através da sacralização” (ASSMANN, S., 2007, p. 10). Talvez que patrimonializar seja o mesmo que sacralizar, aquele *mesmo* do qual Heidegger mencionou em sua conferência, o *com*-um. E nisso tudo ficam as prostitutas em qual lugar? Em qual instância ficam suas memórias e histórias? No que seria possível o religamento e identificação com esse possível bem cultural? Avança-se mais um passo sobre o sentido que se quer imprimir à religião, isto é, o de ser re-ligado a uma marca identitária e individual, mas que remete a um coletivo e comunidade. Como exemplo empírico, uma pessoa que saia do extremo do Rio Grande do Sul e siga caminhando até o extremo de Roraima, passando por todos os demais estados e seus municípios: não importa o caminho que percorra, sempre terá sinais/signos () pátrios e patrimoniais que a lembrem constantemente de que é filho de uma terra (no caso de ter nascido no Brasil, frise-se).

Menciona-se ainda a importância do gesto, da corporalidade nesse ato de religar, se identificar. Como os cristãos católicos, ao passarem defronte uma igreja, gestualizam o pelo-sinal (sinal da cruz), de igual maneira há posturas, performances, gestos próprios às prostitutas e seus “códigos da sexualidade” (RAGO, 2008), variando apenas em sutileza quanto à exibição e execução destes ditos gestos.

Qual seria a possível ligação de um nato brasileiro qualquer com a prostituição, no que concerne a laços identitários? Mas fará sentido essa pergunta? Pergunta jogada como dívida e como dúvida, para que o futuro responda.

Repete-se assim, o “gesto” de Rodrigo Melo Franco de Andrade, quando “no dia 11 de novembro de 1959, alguns meses antes da inauguração oficial da nova capital federal, realizava-

se em Brasília a cerimônia de tombamento do Catetinho, a primeira edificação utilizada pelo Presidente Juscelino Kubitschek” (SANTOS, 1997, p. 37). Esse palácio, todo feito em madeira trazida de Minas Gerais, foi erguido e construído em dez dias, com elementos de rusticidade, com isso,

Na capital do futuro, onde a concepção de cidade e a linguagem arquitetônica implantada não apresentavam um vínculo com o passado, antes um rompimento, evocava-se, neste ato, a “continuidade da tradição nacional”, transformando em história o que fora um gesto inicial de ocupação provisória no imenso canteiro de obras da nova capital. Do ponto de vista simbólico, num espaço voltado para o porvir, inventava-se um marco de identidade, encontrando no Catetinho uma “origem rústica e quase humilde” para a “majestade da nova capital”. Este marco deveria se constituir num desafio para os futuros guardiões da memória, os peritos responsáveis pela sobrevivência daquele lugar de memória do empreendimento (SANTOS, 1997, p. 38)

Gesto (e ato) de memória, piedosa memória de Estado. Mas também um certo lance de Exu, este orixá que brinca com o tempo, posto que “desafio para os futuros guardiões da memória”, a partir de leitura no tempo presente sobre esse evento passado.

3.2 Conceituações sobre a prostituição e sobre testemunhos

O patrimônio cultural tem em si a dimensão política. Ou posto de outra maneira, a participação da sociedade e de grupos de interesse na sua composição, aprendizagem e interesses, que determinam sobremaneira na manutenção do bem valorado. Tudo o que vem sendo escrito até aqui tem a perspectiva de uma maior abertura para uma educação patrimonial a mais autêntica.

Põe-se a seguinte questão, de maneira abstrata e com o mesmo “desafio para os futuros guardiões da memória”, essa frase dita por Rodrigo Melo Franco de Andrade: e se fosse tombado algum bordel? E se fossem registradas as práticas sexuais da prostituição brasileira e mesmo sua aprendizagem nos *conventilhos*⁶⁸ de outrora? E se a Zona do Mangue carioca ou a Boca do Lixo paulista fossem chanceladas como paisagem cultural? E a Vila Mimosa? Intui-se que tais perguntas são feitas ao léu, mas elas servem minimamente como introdução a um fato, a saber, o controle social sobre práticas que, marcadas pelo signo da exclusão ou da

⁶⁸ Segundo o Dicionário do Sexo e da Prostituta, Conventilho significa: *Bras., Sul.* Lupanar, alcoice ou alcouce (AULETE). *Bras., Sul.* Prostíbulo (AURÉLIO). Lupanar (MV). *RJ.* Casa de tolerância (AN). Casa de habitação de mulheres perdidas (PC). *BA.* Reunião de gente suspeita, com más intenções (AP). “Após outro quarteirão da baíuca o conventilho, a Corte Suprema” (Rui Barbosa, “Pornéia”, citado por Batista Pereira em *Coletânea literária de Rui Barbosa*). Prostíbulo, bordel, conventilho, lupanar de meretrizes caras (AS). “Apontavam-se, então, entre os mais cotados conventilhos” (Hilário Tácito, *Mme. Pommery*).

marginalidade, determinam e delimitam o que pode e o que deve fazer o corpo, na especificidade do corpo feminino:

Ao incidir sobre a vítima mulher, a sua complexa fenomenologia de controle social, que representa, por sua vez, a culminação de um processo de controle que certamente inicia na família, o sistema penal duplica, em vez de proteger, a vitimação feminina. É que, além da violência sexual representada por diversas condutas masculinas (estupro, atentado violento ao pudor etc.), a mulher se torna vítima da violência institucional plurifacetada do sistema, que expressa e reproduz, por sua vez, dois grandes tipos de violência estrutural da sociedade: a violência das relações sociais capitalistas (da desigualdade de classes) e a violência das relações sociais patriarcais (traduzidas na desigualdade de gênero), recriando os estereótipos inerentes a estas duas formas de desigualdade, o que é particularmente visível no campo da violência sexual (ANDRADE, 2012, p. 132)

Não se imprima à presente escrita o dito verniz de suposta militância em prol da defesa de um grupo ou mesmo do gênero, mas tenha-se por objetivo o levantar de desafios ao campo do patrimônio cultural na triádica relação conceituada por “comunidade”, “testemunho” e “patrimônio. Para estas páginas houve a insistência para o avanço por camadas mais esquecidas, ignoradas, lançadas para fora, rejeitadas e mesmo escarafuncho se fez para levantar as mais diversas referências, como a notícia sobre o Jardim Itatinga, em Campinas, São Paulo,

Uma placa que quase passa despercebida de quem dirige pela Rodovia Santos Dumont, na entrada de Campinas (SP), indica um dos locais mais "emblemáticos" do município: o Jardim Itatinga. O bairro, atualmente uma das maiores áreas de prostituição da América Latina, foi criado pelo poder público há 48 anos, em plena ditadura militar, para isolar as profissionais do sexo dos moradores para não "ameaçar a ordem" na cidade (G1, 2015, online)

A notícia esclarece que o bairro foi “criado exclusivamente para concentrar, numa área distante da cidade, todas as atividades ligadas à prostituição” (G1, 2015), cuja história foi levantada pela professora Diana Helene, arquiteta, urbanista, como pesquisa de sua tese intitulada *Preta, pobre e (§ 8): a segregação urbana da prostituição em Campinas*, de 2015.

Segregação é bem uma palavra que muito define e seguindo no constante questionamento, é possível um patrimônio cultural segregado? Não faria sentido, haja visto o sentido gregário e inclusivo (ainda que por zona de exclusão) para o termo “comunidade”.

Segregar é por à margem e, no ápice, criminalizar. Sobre esse processo, a pesquisadora criminóloga Vera Regina Pereira de Andrade trata em seu livro *Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão*, sobre os discursos que perpassam as discussões no campo do direito penal e a construção ficcional das categorias “vítima” e “criminoso” pelo paradigma feminista ou seu lugar de fala. Indica-se que foi deste livro que retirou-se a passagem acima citada sobre “fenomenologia de controle social” (ANDRADE, 2012). Em capítulo próprio a autora (a partir do dito paradigma) destrincha esse campo da criminologia e aponta várias de suas incongruências, ao falar sobre,

A passagem da vítima mulher ao longo do controle social formal acionado pelo sistema penal implica, nesta perspectiva, vivenciar toda uma cultura de discriminação, humilhação e esterotipia. Este aspecto é fundamental, na medida em que não há uma ruptura entre relações familiares (pai, padrasto, marido), trabalhistas ou profissionais (chefe), relações sociais em geral (vizinhos, amigos, estranhos, processos de comunicação social) que violentam e discriminam a mulher e o sistema penal que a protegeria contra este domínio e opressão, mas sim um *continuum* e uma interação entre o controle social informal exercido pelos primeiros (particularmente a família) e o controle formal exercido pelo segundo. (ANDRADE, 2012, p. 132)

Controle esse necessariamente oriundo de uma moral patriarcal, masculina, misógina, que criminaliza determinadas práticas e com viés machista. Afinal,

Existe, portanto, um macrossistema penal formal, composto pelas instituições oficiais de controle, circundado pelas instituições informais de controle. E todos nós integramos e participamos da mecânica de controle, seja como operadores formais ou equivalentes, seja como senso comum ou opinião pública. Chega-se, por esta via, à dimensão ideológica do sistema penal. (ANDRADE, 2012, p. 133)

A autora nestas citações faz uma densa análise do sistema penal formal brasileiro e no como isso impacta as relações ou mesmo delas se origina,

Mas é precisamente o funcionamento ideológico do sistema – a circulação da ideologia penal dominante entre os operadores do sistema e o senso comum ou opinião pública – que perpetua o ilusionismo, justificando socialmente a importância de sua existência e ocultando suas reais e invertidas funções. Resulta daí uma eficácia simbólica, sustentadora da eficácia instrumental invertida. (ANDRADE, 2012, p. 136)

O que ela escreve como “funcionamento ideológico do sistema - circulação da ideologia” (ANDRADE, 2012), foi escrito páginas atrás ao se trabalhar os conceitos de *regime*, *dispositivo* ou ainda *economia*. Essa “circulação” é justamente o ciclo informacional de acordo com as propostas de Vilém Flusser em seu já mencionado livro *Comunicologia*. A passagem abaixo já permite antever sua associação com a questão prostitucional,

A eficácia invertida significa, então, que a função latente e real do sistema penal não é combater (reduzir e eliminar) a criminalidade, protegendo bens jurídicos universais e gerando segurança pública e jurídica, mas, ao invés, construí-la seletiva e estigmatizantemente, e neste processo reproduzir, material e ideologicamente, as desigualdades e assimetrias sociais (de classe, de gênero, de raça). [...] Nesse sentido, o sistema não reage contra uma criminalidade que existe ontologicamente na sociedade, independentemente da sua intervenção. É a própria intervenção do sistema (autêntico exercício de poder, controle e domínio) que, ao reagir, constrói e coconstitui o universo da criminalidade (daí o processo de criminalização) mediante: (a) definição legal de crimes pelo legislativo, que atribui à conduta o caráter criminal, definindo-a (e, com ela, o bem jurídico a ser protegido) e apelando-a qualitativa e quantitativamente (criminalização primária); (b) seleção das pessoas que serão etiquetadas, num *continuum* pela Polícia, Ministério Público e Justiça (criminalização secundária); e (c) estigmatização, especialmente na prisão, como criminosos, entre todos aqueles que praticam tais condutas (criminalização terciária). (ANDRADE, 2012, p. 136)

O parágrafo acima é emblemático e reforça-se a as citações da autora devido ao alcance de seus estudos e importância sobre o tema da criminologia com a perspectiva feminista, sendo necessário ler em suas próprias palavras as devidas (e necessárias) explicações. São importantes

para a linha argumentativa que se quer fazer no ponto a seguir, o qual, frise-se, que a prostituição não constitui crime,

O diferencial é que há outra lógica específica acionada para a criminalização das condutas sexuais – que denomino “lógica da honestidade” –, que pode ser vista como uma sublógica da seletividade na medida em que se estabelece uma grande linha divisória entre mulheres consideradas *honestas* (do ponto de vista da moral sexual dominante) e vítimas, pelo sistema, e mulheres *desonestas* (das quais a prostituta é o modelo radicalizado), que o sistema abandona por que não se adequam aos padrões de moralidade sexual impostos pelo patriarcado à figura feminina. (ANDRADE, 2012, p. 148)

E em nota de rodapé a criminóloga acrescenta o seguinte apontamento,

Daí, também, o rigor da criminalização de lenocínio (crimes de favorecimento à prostituição, rufianismo etc.) nada viola tanto a família patriarcal quanto o estupro de um lado, e a prostituição, por outro, pois, ao profanar a monogamia, os vários leitos ferem a linhagem sucessória masculina [...] A sexualidade feminina referida ao coito vaginal diz respeito a reprodução. E a função reprodutora (dentro do casamento) está protegida sob a forma da sexualidade honesta, que é precisamente a sexualidade monogâmica (da mulher comprometida com o casamento, com a constituição da família e a reprodução legítima), de modo que, protegendo-a mediante a proteção seletiva da mulher honesta, protege-se latente e diretamente a unidade familiar e indiretamente a unidade sucessória (o direito da família e sucessões), que em última instância mantém a unidade da própria classe burguesa no capitalismo. (ANDRADE, 2012, p. 155)

São valores, morais, atuando maciçamente nas relações sociais. O problema aparenta ser axiológico. As mulheres são aprisionadas nessa estrutura patriarcal que as distingue em boas e más; sistema de punição e recompensa. Pois “são geradas diferenças ou exacerbadas clivagens já existentes. É reforçada a ideologia do desvio e fomentada a exclusão, impondo-se o poder da ordem sobre os dissidentes identitários” (RIBEIRO, 2014, p. 200). Isso se deve pelo seguinte motivo,

A seletividade é, portanto, a função real e a lógica estrutural de funcionamento do sistema penal, comum às sociedades capitalistas patriarcais. E nada simboliza melhor a seletividade do que a clientela da prisão, ao revelar que a construção (instrumental e simbólica) da criminalidade – a criminalização – incide seletiva e de modo estigmatizante sobre a pobreza e a exclusão social, majoritariamente de cor não branca e masculina, e apenas residualmente (embora de forma crescente) feminina. (ANDRADE, 2012, p. 138)

Antes de avançar com os argumentos, precisa-se informar o seguinte: no artigo de Octávio Sacramento e Manuela Ribeiro, *mulheres marcadas: prostituição, ordem e exclusão*, de 2014, fica-se sabendo pela nota de rodapé que “na esteira da filosofia fenomenológica de Merleau-Ponty (1962), o corpo é entendido por Bourdieu(1977) e Csordas (1990), respectivamente através dos conceitos de “corpo socialmente informado” e de “embodiment”, como um lugar de manifestação da cultura e, por inerência, da alteridade” (RIBEIRO, 2014, p. 200). Dado ao escasso recurso, tanto de tempo quanto de livros, não foi possível ir à fonte destes conceitos elencados por Bourdieu e Csordas.

Ao referir-se a si mesma como prostituta, a pessoa transmite uma informação que será recuperada por outrem. É um marcador social. Mas é também uma inserção pela via da cultura, doravante entendida como informação adquirida e “performada” (neologismo para performance) em um meio, no caso o corpo. Toda profissão tem seu fundo mimético, para ir-se longe na abstração poético-filosófica em referência direta a obra de Aristóteles, a *Poética*. Há um conjunto gestual, instrumental, de mobilidade, que dita como o corpo deve ser portar e agir. E justamente esse aspecto da *mimesis* que faz com que, na sociedade patriarcal e machista, a pecha maior que uma mulher pode receber é a de (§ 8), pois,

O processo de estigmatização que temos vindo a debater, apesar de incidir mais directa e intensamente sobre as mulheres que exercem a prostituição, tem, contudo, um alcance de maior amplitude. Ele pode recair sobre qualquer mulher, constituindo-se como um anátema a que a condição feminina está permanentemente sujeita. Com efeito, o rótulo (§ 8), mais que a conceptualização de características específicas das mulheres que se prostituem, representa, acima de tudo, uma construção social sancionatória da transgressão dos valores hegemónicos que regulam a intimidade e as relações de género. Simultaneamente, expressa muitos dos fantasmas ainda existentes em relação à sexualidade, sobretudo à feminina (RIBEIRO, 2014, p. 205)

Ou ainda, com outras palavras,

A prostituta, escancara literalmente a “desordem” do papel que a mulher deveria assumir. Todos os xingamentos a fim de depreciar uma mulher remete a questão sexual: vagabunda, puta, vaca, cadela, galinha e outros inúmeros. A mulher dita “de família”, assexuada, deveria se resguardar ao lar e cuidar dos afazeres domésticos. Em uma cultura fortemente marcada por oposições binárias comobem e mal, fraco e forte, racional e irracional; ocupar um lugar fora do modelo esperado é viver à margem, ou seja, é ser desconsiderado dos âmbitos social, cultural, político e econômico. Essa marginalização pode ser compreendida não somente como uma violência incrustada em todos níveis sociais em que as mulheres estão inseridas mas, também como um fator impulsionador dos abusos físicos, do tráfico sexual, dos feminicídios e principalmente da manutenção da desigualdade de gêneros (ZIMOVSKI OLIVEIRA, 2017, p. 163)

Até aqui vem-se insistindo nessa questão sobre o gênero e sua teleologia, que não deixa de ser também uma ficção social a qual força-se o encaixe de papéis e sua atuação, espécie de teatro e, repete-se, por isso a questão da performance; performance esperada. Ao romper com essa ficção, do modelo teleológico para o gênero feminino pautado por uma visão androcêntrica, as mulheres assumem o total controle de si e de sua construção histórica e memorialística. E nesse bojo, também as prostitutas. Mas segue-se somando os argumentos,

Os atributos necessários ao desempenho do papel subordinado ou inferiorizado de esposa, mãe e trabalhadora do lar (doméstica) são exatamente bipolares em relação ao seu *outro*. A mulher é então construída *femininamente* como uma criatura emocional-subjetiva-passiva-frágil-impotente-pacífica-recatada-doméstica-possuída. Em síntese, espaço público – papéis patrimoniais -, estereótipos do polo da atividade: ao patrimônio, o cuidado dos bens. Espaço privado – papéis matrimoniais-, estereótipos do polo da passividade: ao matrimônio, o cuidado do lar. (ANDRADE, 2012, p. 142)

“Ao patrimônio, o cuidado dos bens”, reforça o argumento tal e qual uma situação limite esgarçada ao maior ponto possível, nas diversas abstrações ora escritas para a pesquisa de cunho filosófico. Buscou-se o esgarçamento ao ponto máximo para o alcance de um limite, ou seja *tego*. E chega-se ao ponto de ebulição para a observação argumentativa que ora propõe-se, qual seja, a de que o patrimônio cultural é, ontologicamente⁶⁹, um crime. Afirma-se sem propor a pergunta; resposta sem proposta. Não um crime conforme a ficção criada pelo sistema legislativo-punitivista e suas definições vistas anteriormente e que, pelo discurso, marginalizam socialmente tipos indesejáveis, mas crime enquanto ruptura de uma continuidade; crime enquanto gesto de descontinuidade de uma ordem almejada e idealizada. Como na arte aborígene australiana traçada por pontilhados, que apesar de minimamente próximos entre si, mantém ainda o vazio da distância, de igual forma conclui-se hermeneuticamente o patrimônio cultural: à distância compreende-se o sentido de sua totalidade.

Mais acima foi citado o filósofo italiano Giorgio Agamben, que a seu modo menciona o retirar de um objeto do circuito do sagrado pela ato de profanação, implicando assim a ruptura ou descontinuidade. A memória sobre um bem, um objeto valorado em bem, e mesmo sua história, preenche esses espaços (*gaps*).

Segue-se, inclusive, com o que pode ser interpretado em rápida leitura como um acinte e mesmo um disparate argumentativo, o de querer comparar os processos que culminam no reconhecimento de um bem como patrimônio cultural, com as práticas criminosas, aliás, criminalizadas. Mas é que o viés da criminologia crítica adequa-se como espécie de fundo perdido, pois,

A mencionada seletividade pode ser formulada nos seguintes termos: todas as pessoas, de todos os estratos sociais, faixas etárias, etnias e gêneros, ou seja, *todos nós* (e não uma minoria perigosa de sociedade) *praticamos*, frequentemente, fatos definidos como crimes, contravenções ou infrações administrativas e *somos*, por outro lado, vítimas destas práticas (o que muda é a especificidade das condutas). Assim, tanto a criminalidade quanto a vitimação são majoritárias e ubíquas (*todos nós somos criminosos e vítimas*), percepção heurística para um senso comum acostumado a olhar a criminalidade como um problema externo (do *outro*, *outsiders*), a manter com ela uma relação de exterioridade e, portanto, a se autoimunizar. (ANDRADE, 2012, p. 138)

“Certo / perdeste o senso!”, trecho do soneto XIII de Olavo Bilac, pode muito bem ser apregoadado a esta parte da dissertação. Mas é *o diabo na rua, no meio do redemunho*, o

⁶⁹ Essencialmente falando, a palavra “crime” remete a uma ruptura diante de uma continuidade esperada/ordenada. Um furto, por exemplo, de uma bala de alguma loja, é uma ruptura da ordem. É a ação de retirada do que se entende por “ciclo informacional sobreposto ao objeto”, afinal, a bala deve ser comprada para ser consumida. Isso entendido, como há uma vida útil para todo e qualquer bem (prédios desabam, pessoas morrem, incêndios acontecem), insistir na manutenção pela insistência do que se quer presente, rompe com esse ciclo de vida útil cujo *tego* é o nada. Certo que uma análise de cunho existencial se encaixaria perfeitamente às discussões, mas ficará para um outro momento.

ocultador. Em outro ponto acima foi escrito também que todo e qualquer objeto tem potência, vir-a-ser, patrimonial (museológico, arquivístico, bibliotecário). Enquanto a criminologia crítica pensa o crime (ruptura), valorando e definindo dialeticamente os envolvidos ora em vítima (parte que se rompe), ora em criminoso (o que causa a ruptura), no processo de seleção que lança sobre a sociedade um tipo de “percepção heurística para um senso comum” (ANDRADE, 2017), ou, no caso do patrimônio cultural e dentro de sua economia/regime de memória, em educadores ou educandos, em preservacionistas, e demais nomenclaturas que tanto distinguem entre a comunidade que detém o bem, os interessados que o protegem, ou seja *tego*, e os que maculam os bens tombados e as práticas registradas junto ao Estado.

Os provérbios, ditados populares, possuem verdadeiro poder de síntese. *Mirou no que viu, acertou o que não viu* é a sentença mais adequada para os argumentos contidos neste subcapítulo. A relação, metafísica, entre essência e aparência foi posta à baila e, nesse jogo entre criminologia, prostituição e patrimônio cultural, novos elementos foram incluídos. Em capítulo à parte mencionou-se o conceito *metapatrimônio*. Por *metá* entenda-se como além ou para além, cujo ponto pensado não é o nem o de partida e nem tampouco de chegada, mas a camada de entendimento acima de ambos os pontos que servirão como, de modo platônico e já observado nos textos de Flusser, continente para o conteúdo de um chão em que se pisará durante toda jornada. É também um limitadíssimo exercício de futurologia, por apontar que os argumentos e estudos que versam sobre patrimônio cultural estão caminhando não para um fabrico de consensos, mas sim para dissensos cada vez mais gaseificados.

Para finalizar, explica-se que a busca se deu com a construção social do que se entende por crime e seus entornos, na perspectiva feminista apresentada pela criminóloga Vera Andrade, a partir do contraponto (à espreita) do patrimônio cultural. Porém com o objeto pesquisado que é o da prostituição e sua possibilidade de registro pelas práticas e atendimentos de cunho sexuais ou mesmo os locais em que estas se realizavam (haja visto o processo histórico), ou com os tombamentos de bordéis e conventilhos, ou ainda com a inscrição como paisagem cultural, de regiões popularmente conhecidas como “zona” ou de meretrício.

CONCLUSÃO

Após as práticas cotidianas no interior do IPHAN, os produtos feitos, as disciplinas cursadas, e toda conversa com os professores e profissionais do meio, mais o processo de escrita da presente dissertação, atinou-se um grande e grave entendimento: o ruído comunicacional que responde de maneira satisfatória à socrática questão sobre *o que é isto, patrimônio cultural?* Os dois anos de intensa pesquisa e embasamento filosófico serviram não para a geração de respostas, mas sim para uma (e)laboração de mais e mais perguntas, as quais são listadas adiante sem a menor pretensão de responde-las aqui e agora. Nesse sentido, o trabalho culminou em uma obra que resta em aberto, inconclusa, como inconclusa desde os primórdios de Sócrates e os que lhe antecederam é filosofia devido ao seu constante caminhar.

Termos e conceitos foram criados pela necessidade de melhor expor os argumentos aventados. Observações e comparações textuais foram feitas diversas vezes e de diversas maneiras, temendo-se sempre os sofismas e falsas correlações que poderiam surgir, como se de mera retórica se tratasse, ao seguir com a proposta de uma pesquisa de cunho filosófico-hermenêutico para esta dissertação sobre patrimônio cultural. Perseguiu-se de maneira obsessiva autores que melhor embasassem as discussões e que, antes de fortalecer uma certa visão perseguida (espécie de pareidolia acadêmica), melhorassem a qualidade dos argumentos e seus avanços constantes.

Detectou-se uma estrutura que bem pode ser chamada como “paradigma dos estudos sobre memória e esquecimento”. Devem-se esse paradigma ao pós Segunda Guerra Mundial, por conta do enorme medo de destruição civilizacional (haja visto o poder de destruição à época) e de um certo *damnatio memoriae*, junto ainda com a possibilidade de certos crimes hediondos (“hedioneidades”), tornarem a ocorrer, como exemplo o genocídio proporcionado pelos nazistas e similares. Ficou visível, pelo fato dessa pesquisa inquirir sobre um *ontós*, uma *arkhé* e um *télos*, todo o *éthos* patrimonial: ele é pensado a partir daquele ponto do pós guerra europeu e do qual toda a educação patrimonial pauta-se por esse paradigma.

Para a realidade do Brasil, de outra maneira, pensa-se que outro deva ser o *éthos* patrimonial: o do desvelamento das memórias sensíveis e seus grupos minoritários, como a presença negra e suas resistências, incluindo aí as memórias indígenas e suas resistências, as profissões que sofrem alvitre e preconceito, e toda sorte de categorias indesejáveis. Seria o passado, passado a limpo. Para tal realidade perseguida, fique a ressalva ética do combate ao

preconceito e a ênfase no fortalecimento de grupo e comunidade. Não que isso aqui escrito seja posto como se de um imperativo categórico kantiano se tratasse (age como se a máxima de tua ação devesse tornar-se, através da tua vontade, uma lei universal), mas sim do *télos* elaborado a partir da experiência vivida durante os dois anos atuando como bolsista pesquisador.

Sabe-se que há uma péssima tradição política, observada de maneira empírica através da imprensa (publicidade que se dá aos fatos), que é o de que a cada nova gestão dos poderes políticos, estes tentam apagar os feitos dos mandatos de seus antecessores e/ou montarem novas camadas de signos e feitos por sobre os antigos, como no exemplo latino e originário que dá origem a *damnatio memoriae* citada anteriormente. Essa estrutura informacional situada no patrimônio cultural dá ensejo a um “cuidado” e “cautela” que se persegue eticamente, que leva a pensar em uma verdadeira, senão ontologia, uma deontologia patrimonial.

Observou-se inclusive que os autores europeus, a maioria na figura dos franceses, orientam/delineiam todas as discussões teóricas sobre as questões do patrimônio cultural. Mas, repete-se, como a Europa foi palco de duas grandes guerras, com o iminente risco de *damnatio memoriae* total aniquilação, somado ainda a no entendimento contemporâneo que justamente combate esse esquecimento, através da imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade, cabendo, portanto, seu julgamento em qualquer época e acrescentado ao fato pedagógico de sempre lembrar para nunca repetir, outro é o paradigma que os europeus possuem (e concluíram) para lidar com tais questões. Portanto, outro é o paradigma da perda memorial e histórica, culminando em um *télos* ético que sempre tem à sua espreita a destruição iminente de bens patrimonializáveis e mesmo sua total aniquilação (e não tanto as tais marcas identitária que, reconhecendo-se, promovem união).

Para a realidade da sociedade brasileira, e conforme já escrito, insiste-se que outro deveria ser o paradigma da perda memorial e histórica e, *peri passu*, seu *télos* ético deveria ser outro. Repete-se como insistência: em nossas plagas tem-se o grave problema da escravidão e dos escravizados, dos indígenas e seus territórios originais e, não bastasse, uma ditadura cívico-militar que impediu o devido sepultamento de muitos dos resistentes assassinados.

Na Europa por memória sensível tem-se a questão do Holocausto e seu *shoah*, cujo “dever de memória” ainda que promova inclusive “abusos” (TODOROV), é realizado, cuidado e mantido. Já no Brasil, ao contrário, uma produção historiográfica e memorial que embora seja excelente, não alcança a grande parcela da população em que esta, minimamente, tenha seus hábitos alterados, pela atitude de combate ao preconceito e na garantia de direitos humanos (ou direitos que versem sobre a dignidade humana), como o de descobrir uma verdade e de enterrar devidamente os mortos. É que, conforme depreende-se das notícias televisionadas e espalhadas

por redes sociais, parece haver acima de tudo um certo dever de esquecimento, mas de maneira perversa. Afinal, em sã consciência, por que alguns setores insistem com o retorno da ditadura ou de formas de governos mais restritivas às liberdades?

A prostituição grassa por terras brasileiras desde longa data. Com vultos históricos importantes como dona Beja em Minas Gerais e mais recentemente com Gabriela Leite, cujo nome ainda não foi logrado para um logradouro de curto trecho em Jacarepaguá (e quando isso acontecer, ela será referenciada como socióloga). Sabe-se que a moral dominante impede a associação e identificação com categorias sociais enquadrada como “desviantes”, os “indesejáveis”, conforme a professora doutora em história Lená Medeiros, e que nesse sentido, dificilmente será ajuntado um patrimônio cultural da prostituição. Mas com a mesma argumentação de bens guardados/contados pelo Estado (patrimônio cultural, museu, biblioteca, arquivo) como sendo do período da ditadura cívico-militar brasileira, na resignificação de nunca esquecer para nunca se repetir, seria possível arregimentar estes bens para o combate a exploração sexual, que é um crime, dentre outros desdobramentos, dos quais a liberdade sexual, de se vestir, de direito ao próprio corpo, figura entre eles, fazendo, é claro, do patrimônio cultural mais um espaço para o ativismo social como garantidor de direitos, dos quais, o direito a memória e combate ao preconceito.

É a prostituição uma prática cultural? Se houver esse entendimento, esse recorte necessariamente arbitrário na possibilidade de reconhecimento, então a memória deverá retroagir na mesma linha temporal de seus patrimônios calados e encobertos, ou seja *tego*, sua potência memorial (*vis*) e nesse sentido, o “gestor poético” deve ante seu gesto desencobri-los, sem pautar-se pela moral. Memória de tipo “retrospectiva” e não “prospectiva”. No caso do Brasil, várias Zonas foram inauguradas e fechadas por questões de higienismo e sanitarismo social. Aqui cabe a seguinte complementação argumentativo-filosófica, a saber, a questão dos espaços. Abstratamente falando, divide-se os espaços no âmbito público e no âmbito privado. No interior privado, há o espaço subjetivo da “intimidade”, do íntimo. Como *éthos*, conforme já apontado, diz respeito ao processo de formação identitária e de reconhecimento no âmbito comunitário, pode-se atrelar isso a uma atitude performática, de “performance”. Mas se o limite, ou seja *tego*, para o critério patrimonial for a performance corpórea no âmbito mais íntimo no privado, incluindo aí não apenas as práticas sexuais, mas também as (forçoso dizer), práticas digestivas (muitos lugares na França não tem vaso sanitário, tampouco na Turquia), como fica então o que se entende pela dança, teatro, folguedos e demais manifestações culturais que envolvem o corpo? Outro ponto alcançado é se redução dada para a questão do “íntimo” for aquilo de mais interior no interior da subjetividade humana e sua prática. Se for isso, como fica

o sagrado? E finalmente, se tais práticas forem atreladas a uma questão biológica, tida como necessidades corpóreas, onde entra aí a linguagem, a subjetividade, que possibilita a própria noção de cultura? Alcançou-se tais questões que também restam em aberto.

A perspectiva do indesejável, a pobreza embora seja um recorte econômico, tem práticas culturais atreladas necessariamente a ela pela memória não das comunidades pobres (o comum), mas dos pobres (em si) que a compõe em seu ambiente (o co-mum), cabendo uma incrível sensibilidade de não calar/acobertar essa potência de patrimônio, por mais que aproxime-se de uma ofensa aos Direitos Humanos, esse *tego* máximo na determinação do que é patrimônio cultural.

Quanto à comunidade dos criminosos (para encerrar os três tipos encontrados no livro *Os indesejáveis*), seus membros também deixam rastros e potências de memória (*vis*), mas como os seus signos operam a partir da ofensa e com a clara intenção de ofensa, imediatamente caem na extrema rejeição após o filtro do que é dejetado ou projetado, nesse ciclo do *–mentum*: incremento, decréscimo, excremento, pelo aumento ou implemento.

Interessante ressaltar que, quanto a uma possível “comunidade dos criminosos” e mesmo para a “comunidade das prostitutas”, ambas as (diga-se) situações sociais – importante que se mencione e relacione – possuem referências de memória como o *Museu Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro*, o qual inclusive editou e publicou um *Glossário de palavras e expressões utilizada por facções criminosas e presos* (2016)⁷⁰, com registro junto à Biblioteca Nacional; e há também, além do já citado *Dicionário do Sexo e da Prostituta* de Émerson Ribeiro Oliveira (2001), o *Museu do sexo das (§ 8)*⁷¹ em Minas Gerais, contemplado por edital aberto em 2016 pela FUNARTE.

A Vila Mimosa localizada na rua Sotero dos Reis, na Praça da Bandeira (zona norte da cidade do Rio de Janeiro), e principal ponto e zona de meretrício da cidade carioca, tem um vir-a-ser patrimonial cultural, na possível categoria sexo ou ainda paisagem sexual. Não tanto por suas práticas na relação dos corpos, mas pela territorialidade lúdica e lúbrica, no que diz respeito aos afetos e aplicabilidades também econômicas. Ou ainda o bairro Jardim Itatinga em Campinas, São Paulo. A título de comparação, outras profissões na abrangência de um território podem ser referenciadas, como por exemplo, a região de concessionárias conhecida por

⁷⁰ O Museu possui uma página no *facebook*, que pode ser acessado em: <https://www.facebook.com/museupenitenciariorj..> Já o dicionário encontra-se em: <https://docplayer.com.br/72549176-Glossario-de-palavras-e-expressoes-utilizada-por-faccoes-criminosas-e-presos.html>. Último acesso em: 02/06/2018.

⁷¹ Recomenda-se fortemente a leitura da seguinte notícia: <https://bhaz.com.br/2019/07/02/museu-sexo-putas-bh/>. De propósito e por cautela suprime-se nesta nota as regras ABNT.

Automóvel Clube (sendo que antes era conhecida por capital do jeans) ou uma cidade inteira, como Nova Friburgo, que é conhecida por ser a capital da moda íntima, ambas no Rio de Janeiro.

Patrimônio cultural é um campo, no qual, pelo qual e com o qual, disputa-se. É apenas um meio de armazenamento e registro (como memória), e posterior recuperação da informação guardada, por um viés axiológico, isto é, do eixo de valores.

A comparação metafórica na figura da categoria das prostitutas, e a argumentação em outra instância de autoridade (competente ou não) que as define em boa ou más, possui exatamente a mesma estrutura informacional e de filtro que o campo do patrimônio cultural. Afirma-se isso sem medo algum de errar ou de serem mal interpretadas essas linhas. As palavras modificam-se ao longo do tempo, ao longo de um processo de cunho histórico e cultural, alterando seus valores e pechas que as marcam em elementos bons ou ruins.

Foram dois anos incríveis. Conteí as contas de um caudaloso rio de assuntos. Realizei péssima filologia, mas de boas intenções, para justificar neste período o de nome desprezado. E meu inconcluso colar feito destes cálculos resultou no seguinte:

- o patrimônio é um crime contra o *télos* inegável de que o fim a tudo atinge. Ante essa perspectiva, preservar/manter/guardar é insistir na ruptura de um evento contínuo e decadente. E tais rupturas promovem sempre um tipo de curto, obrigando o desvio do fluxo informacional (seu escape, metáfora do circuito elétrico) para outro ponto, causando o eventual "choque". Crime, para o entendimento alcançado, é *cri-mens*, donde cisão de algo que se guarda, a memória, e que pela lembrança do que se teve, se deseja recuperar. Recuperar pode ser também a reinstauração reparadora de uma ordem, seja pela punição do agente cri-minoso, quanto pelo retorno do objeto subtraído - daí a relação entre *moneo* e *nomos*, entre memória e costume. Pois para assegurar a ordem no interior comunitário, deve haver uma memória enquanto guarda informacional, para garantir a o bem e seu proprietário.

- O mecanismo de inclusão/exclusão como promotor da fama na manutenção da memória pela instituição de um ato de lembrar, como ritual inclusive, dando ensejo assim, a uma patrimoniografia que se presta a um ativismo pela busca de justiça anamnética. Como exemplo: os lugares de tortura, locais de tortura, de péssima memória, mas cujo dever de ser contado é para que não mais aconteça, se repita, esse trágico evento.

- O que é jogado fora se avoluma e cresce. Isso é o excremento. E nesse intuito os arqueólogos bem conhece o processo de formação: quando um monturo atinge uma grande proporção, a população local muda - além do impacto ambiental que um monte de lixo deve

causar devido chuvas, ratos e urubus etc. Como tudo se acumula e um dia vem à tona, o *tego* pode ser rompido à força.

- Certamente que cabe na patrimoniografia um legado e memória referente a lutas e, nesse sentido, o ativismo social. Ao gestor – assim pensando - caberia analisar os riscos envolvidos no gesto mnemoinformacional de inclusão e exclusão.

- Haverá nas práticas patrimoniais uma clara distinção entre o que se entende por costumes (*nomos*) e cultura (*colo*)? Ou entre cultura e entretenimento?

- Finalmente, observou-se um circuito: a memória que disputa e computa, como gesto que imputa e deputa, e depois amputa ou reputa a informação. Gerando um calo (*tego*) no *colo* (cultura) - a polissemia é intencional.

Muitas pontas soltas restam em aberto. Isto deve-se não somente ao tempo, este recurso escasso e curto, mas também à resultante desse caminho – que ora se inaugura - aberto a picadas, golpes de picareta. Processo inicial de construção, que o futuro traga novas e melhores contribuições para essa aproximação disciplinar entre a Filosofia com sua própria tradição milenar, e o Patrimônio Cultural e sua já imensa produção bibliográfica, tomando por base este presente trabalho, bem como as possíveis ampliações e costuras das pontas soltas, dos conceitos em aberto. É este “gesto”, qual seja, o de seguir a “partir de” ou “contrapondo-se à”, que estas dissertativas linhas foram escritas até seu ponto final.

Prostitutas sendo caladas, acobertadas, seu testemunho negado, por ambas as formas de acesso à memória como inclusão, seja a memória do tipo “fama”, seja a do tipo “*pietá*”, e sua possível patrimonialização em subcategoria própria.

Isso posto, ensejou-se assim um possível novo critério para a patrimonialização de bens, que ignore por completo a moral.

E que prevaleça a verdade por dever ético como desesquecimento.

BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. Trad. Alfredo Bosi. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AGAMBEN, Giorgio. O amigo & O que é um dispositivo?. Chapecó, SC: Argos, 2014. 34 p.
- AGAMBEN, Giorgio. Profanações. São Paulo: Boitempo, 2007. 97 p.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Pelas mãos da criminologia: O controle penal para além da (des)ilusão. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- ARISTÓTELES. Poética. Prefácio de Maria Helena da Rocha Pereira. Tradução e notas de Ana Maria Valente. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.
- AGOSTINHO. Confissões. São Paulo: Abril Cultural, 1980. 414 p.
- ARAÚJO, D. P.. O que preservar? A decisão de tombamento e o Processo Administrativo. ReDAC, v. 22, p. 199-215, 2016.
- ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011, 453p.
- ASSMANN, Selvino José. Apresentação. IN. AGAMBEN, Giorgio. Profanações. São Paulo: Boitempo, 2007. 97p.
- BARBOSA, Rui. "Porneia" IN: Obras seletas de Rui Barbosa – volume 8. 1957. Disponível em https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/_documents/0006-01403.html?fbclid=IwAR2RdokOKMmpCoqm54MJBdB2y4fxCmL0KBuX-OVGMGIaKpCrBEvS004f9eI#PORN%C3%89IA. Último Acesso em: 23 de abril de 2019.
- BARRENECHEA, Miguel Angel de. Nietzsche e a genealogia da memória social. In: Jô Gondar; Vera Dodebei. (Org.). O que é memória social?. 1ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006, v. 1, p. 55-71.
- BARTHES, Roland. Mitologias. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, 11º ed.
- BERTI, Natália. Processo administrativo do tombamento e a aplicação subsidiária da Lei 9.784/99. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVIII, n. 134, mar 2015. Disponível em: http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=15881. Acesso 20 de dez 2018.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: Obras escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, Walter. Escavando e lembrando. In.: BENJAMIN, Walter. Rua de Mão única. Obras escolhidas; v. 2. 5. ed., São Paulo: Brasiliense, p. 239-240.

BENJAMIN, Walter. Paris do Segundo Império. In.: BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas III. Charles Baudelaire, um lírico no auge do Capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 2010.

BENJAMIN, Walter. O Caráter Destrutivo. IN.: BENJAMIN, Walter. Documentos de Cultura - Documentos de Barbárie (escritos escolhidos). São Paulo: Cultrix-Edusp, 1986.

BILAC, Olavo. Soneto XIII. In.: Poesias. Org. e pref. de Ivan Teixeira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRAGA, Emanuel Oliveira; MORAES, Carla Gisele M. S. M.. Quando o bairro vira patrimônio: Porto do Capim, em João Pessoa/PB, e outros casos de gentrificação e patrimonialização no Brasil. In: Encontro Internacional Arqui-memória 4 sobre preservação do patrimônio edificado, 2013, Salvador. Anais do Arqui-memória 4: a dimensão urbana do patrimônio. Salvador: IAB-BA, 2013.

BRANDÃO, Junito de Souza. Mitologia Grega: Volume II. Petrópolis: Vozes, 1987, 383p.

BRASIL. Decreto-lei nº 1077, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do art. 153, §8, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 26 de janeiro de 1970. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1077-26-janeiro-1970-355732-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 de out de 2019.

CAIRUS, Henrique. Quando o nómos não é a lei. In: Influência, Arte, Debates, Cultura, Direito, Oriente, São Paulo, Uninove, 2004. Disponível em: http://www.pec.ufrj.br/proaera/quando_o_nomos.pdf. Último acesso em: 10 de jul. de 2017.

CANDAUI, Joel. "Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade". In: Revista Memória em Rede v.1, n.1, 2010.

CATROGA, Fernando José de Almeida. O culto dos mortos como uma poética da ausência. ArtCultura, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 163-182, jan.-jun. 2010.

CATROGA, Fernando José de Almeida. Nação, mito e rito. Religião civil e comemoracionismo. (Estados Unidos, França, Portugal). Fortaleza: NUDOC/Museu do Ceará, 2005.184p.

CATROGA, Fernando José de Almeida. Pátria, Nação, Nacionalismo. In: TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares & SOUSA, Julião Soares. (coord.) Comunidades imaginadas: Nação e nacionalismos em África. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 9-39.

- CATROGA, Fernando José de Almeida. Uma poética da ausência. A representificação do ausente. IN.: Catroga, Fernando José de Almeida. Os passos do homem como restolho do tempo. Memória e fim do fim da história. Coimbra: Almedina, 2009, p. 33-54.
- CHAUÍ, Marilena. Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. Lisboa: Edições 70, 1999, 262p.
- CÔRTEZ, Norma. Descaminhos do método: notas sobre história e tradição em Hans-Georg Gadamer. Varia História (UFMG. Impresso), Belo Horizonte, v. 22, n.36, p. 274-290, 2006.
- COSTA, Everaldo Batista da. Patrimônio e território urbano em cartas patrimoniais do século XX. Finisterra, Lisboa, n. 93, p. 5-28, jun. 2012. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0430-50272012000100001&lng=pt&nrm=iso. Último acesso em 30 dez 2018.
- CRITELLI, D. M.. Martin Heidegger e a essência da técnica. Margem (PUCSP), São Paulo, n.16, p. 83-89, 2002.
- DAVALLON, J. Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. In: TARDY, C.; DODEBEI, V. (orgs.). Memória e novos patrimônios. Marseille: Open Edition Press, 2015.
- DERRIDA, Jacques. O animal que logo sou (A seguir). São Paulo: Editora UNESP, 2002. 92p.
- DERRIDA, Jacques. Pensar em não ver - escritos sobre as artes do visível (1979-2004). Florianópolis: UFSC, 2012.
- FARIAS, F. R.; PINTO, D. S. Memoria Social em situação traumática. Morpheus (UNIRIO. Online), v. 9, p. 173-197, 2016.
- FIGUEIROA-REGO, Maria José. Globalização, identidade e patrimônio - contributos de uma perspectiva filosófica. IN.: Cadernos Mateus DOC, Vila Real, v. 1, n. 10, p. 87-105, nov./2015. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/85937/2/128101.pdf>. Acesso em: 20fev. 2017.
- FIGUEIROA-REGO, Maria José. Patrimônio e filosofia na fruição perceptiva de um legado. Utopía y Praxis Latino americana, vol. 20, núm. 70, octubre-diciembre, 2015, pp. 87-97. Universidad del Zulia Maracaibo, Venezuela. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27943006008>. Último acesso em 20 fev. 2017.
- FLUSSER, Vilém. Comunicologia: reflexões sobre o futuro: as conferências de Bochum. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- FLUSSER, Vilém. O mundo codificado: uma filosofia do design e da comunicação. São Paulo: Cosac Naify, 2007, 224p.

FOUCAULT, Michel A Ordem do Discurso. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

G1. 'Clarinha', em coma há 15 anos no ES, é procurada 30 vezes em 1 dia. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/01/clarinha-em-coma-ha-15-anos-no-es-e-procurada-30-vezes-em-1-dia.html>. Acesso em: 10 out. 2019.

G1. Itatinga é único bairro planejado para prostituição no país, diz pesquisadora. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2015/09/itatinga-e-unico-bairro-planejado-para-prostituicao-no-pais-diz-pesquisadora.html>. Acesso em: 12 mar. 2017.

GASPAR, Maria Dulce. Garotas de Programa: Prostituição em Copacabana e Identidade Social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

GASPARI, Elio. De JorgeAmado@edu para JeanyMaryCorner@com.br. Folha de São Paulo. 31 ago. 2005. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3108200521.htm?fbclid=IwAR35Pehen5C8zornp6HZ4zkiH2D2kMJI9pZPc4nOnmkWhz982sNcgWtju2E>.

GAZOLLA, Rachel.. Considerações sobre a palavra pragma. *Cognitio-Estudos: revista eletrônica de filosofia*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 8-18, 2º semestre 2000. ISSN 1809-8428. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/cognitio/article/view/38614>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

GELEDÉS. De estrelas e (§ 8º)vidas. Disponível em: <https://tinyurl.com/y6akesjg>. Acesso em: 04 dez. 2017.

GUIMARÃES, Bergson Cardoso. Fundamentos ético-filosóficos para a proteção do patrimônio cultural. In: ALMEIDA, Gregório Assagra de; SOARES JÚNIOR, Jarbas; MIRANDA, Marcos Paulode Souza (Coord). Patrimônio cultural. Belo Horizonte: Del Rey, 2013. Disponível em:

http://www.lex.com.br/doutrina_25494425_FUNDAMENTOS_ETICO_FILOSOFICOS_PARA_A_PRESERVACAO_DOS_BENS_CULTURAIS.aspx. Último acesso em: 30/02/2017

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LCT, 1988.

GONÇALVES, Ana. Patrimônio etnográfico. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbeta). ISBN 978-85-7334-279-6

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996. 140p.

- GONDAR, J. O. Quatro proposições sobre memória social. In: Gondar, Josaida; Dodebei, Vera. (Org.). O que é memória social?. 1ed. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2005, v. 1, p. 11-26.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990. 189p.
- HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. Sci. stud., São Paulo, v. 5, n. 3, p. 375-398, Set. 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662007000300006&lng=en&nrm=iso. Último acesso em 17 de junho de 2018.
- HEIDEGGER, M. Que é isto, a filosofia?: Identidade e Diferença. Petrópolis: Vozes, São Paulo: Livraria Duas Cidades, 2006. Tradução de Ernildo Stein.
- HONNETH, Axel. Luta por Reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LOBO, BÁRBARA NATÁLIA LAGES; SAMPAIO, J. A. L.. Debate jurídico sobre a prostituição, a dignidade da pessoa humana e o direito fundamental ao trabalho. DEBATE FEMINISTA, v. 55, p. 59-80, 2018.
- MARTINS, Jasson da Silva; LAUXEN, Roberto Roque. A investigação filosófica pode acabar? Filosofando: Revista Eletrônica de Filosofia da UESB, [S.l.], v. 1, n. 1, dez. 2017. ISSN 2317-3785. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/filosofando/article/view/2129>. Acesso em: 28 dez. 2018.
- MAUSS, Marcel. Noção de Técnica Corporal. IN.: Sociologia e Antropologia. Cosac &Naify, São Paulo, 2006, p. 399-422.
- MELLO, J. B. F.. A criatividade toponímica do povo carioca. In: II Colóquio Nacional do NEER, 2007, Salvador. II Colóquio Nacional do NEER, 2007. Disponível em: http://www.neer.com.br/anais/NEER-2/Trabalhos_NEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-%20JoaoBatistaFMello.pdf. Último acesso em 12 de junho de 2017.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Valor – artigo para o Dicionário Iphan. 2017. No prelo.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Repovoar o Patrimônio Ambiental Urbano. IN.: Revista do Patrimônio, Rio de Janeiro, n. 36, 2017, p. 39-51.
- MENEZES, Lená Medeiros de. ENTRE DENÚNCIAS E PROPOSTAS. O tráfico de brancas e os bastidores migratórios em obras de época. História, Franca, v. 36, e108, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742017000100301&lng=en&nrm=iso. Acesso em 13 de Fev 2020.
- MENEZES, Lená Medeiros. Indesejáveis. Desclassificados da modernidade. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997. v. 1000. 305p.

MENEZES, L. M.. Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. v. 1000. 117p .

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política do esquecimento?. Revista Memória em Rede, Pelotas, v.2, n.3, ago.-nov. 2010. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/viewFile/9545/6379> . Último acesso em 20 de agosto de 2018.

MOIRA, Amara. E se eu fosse puta. São Paulo: Hoo, 2016. 210p.

NASCIMENTO, Juliana Assis. As políticas patrimoniais da UNESCO e o esfacelamento das utopias da paz mundial – parte 1. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x72HamtPZHg&t=2s> . Último acesso em 10 de dez. de 2018.

NASCIMENTO, Juliana Assis. As políticas patrimoniais da UNESCO e o esfacelamento das utopias da paz mundial – parte 2. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RLIOAq4J2tI> . Último acesso em 10 de dez. de 2018.

NASCIMENTO, Juliana Assis. As políticas patrimoniais da UNESCO e o esfacelamento das utopias da paz mundial. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

NUNES, Benedito. Heidegger e a poesia. Nat. hum., São Paulo, v. 2, n. 1, p. 103-127, jun. 2000. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302000000100004&lng=pt&nrm=iso. Último acesso em 10 junho 2018.

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. Brasileiras em perigo: 107 casos de feminicídio em 20 dias de 2019. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasileiras-em-perigo-107-casos-de-feminicidio-em-20-dias-de-2019/?fbclid=iwar16blrpmjt4mbf51le6qx7c39omjciii5bgjfkacnjyddmfhwls2dzu1fo>. Acesso em: 03 fev. 2019.

OLIVEIRA, Émerson Ribeiro. Dicionário do sexo e da prostituta. São Paulo, Editora Scortecci, 2001, 172pp.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf>. Último acesso em: 10 de jan de 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Declaração Universal Sobre A Diversidade Cultural. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf. Último acesso em: 10 de jan de 2019.

- PEREIRA, Armando. Prostituição: uma visão global. Rio de Janeiro, Ed. Pallas, 1976.
- PINHEIRO FILHO, A. A.. O bairro da cidade nova no Rio de Janeiro: Organização espacial e segregação urbana na segunda metade do século XIX. *Revista Geográfica De América Central*, vol. 2 n° 47E, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2231>. Último acesso em 10 de agosto de 2017.
- PRADA, Monique. Putafeminista. Coleção Baderna. Editora Veneta, São Paulo, SP, 1ª ed. 2018.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol. 2, n° 3, 1989. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Último acesso em: 17 de jul de 2018.
- PÚBLICA. Nas ruas do brasil, a ditadura ainda vive. Disponível em: <https://apublica.org/2017/10/nas-ruas-do-brasil-a-ditadura-ainda-vive/>. Acesso em: 05 dez. 2017.
- SANT'ANNA, Marcia. A cidade-atração: patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques; KESSEL, Carlos; GUIMARAENS, Ceça. (Org.). *Livro do Seminário Internacional Museus e Cidades*. Rio de Janeiro: Museu Histórico SANTOS, Joel Rufino dos. *Épuras do social. Como podem os intelectuais trabalhar para os pobres*. São Paulo: Global, 2004. Nacional, 2003, v. 1, p. 153-172.
- SMITH, Laurajane. *Uses of Heritage*. London, New York: Routledge.2006.
- SMITH, Laurajane. *Heritage, Gender and Identity*. IN.: *The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity*. Ashgate Publishing Limited. 2008.
- SOROMENHO-MARQUES, Viriato. O património incorpóreo ou as marcas do espírito na cultura. *Revista da Escola Secundária Professor Herculano de Carvalho: Caderno escolar*, [S.L], n. 7, p. 48-50, out. 2010. Disponível em: https://issuu.com/gags/docs/caderno_escolar_7. Acesso em: 26 mai. 2017.
- VÁRZEA, Mariana. *Mulheres de Bronze*. Dissertação PUC RIO, 1995.
- RABELLO, Sonia. O tombamento. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.
- RAGO, L. M.. *Do Cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 218p.

RANCIÈRE, Jacques. A estética como política. IN: DEVIRES, BELO HORIZONTE, V. 7, N. 2, P. 14-36, JUL/DEZ 2010. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/devires/index.php/Devires/article/view/325/186>. Último acesso em 20 de ago de 2018.

RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível: Estética e Política. São Paulo: Ed.34, 2009, 71p.
REZENDE, Maria Beatriz. Cidades históricas; inventário e pesquisa: São Luís. Rio de Janeiro/Distrito Federal: IPHAN/Edições do Senado Federal, vol. 85, 2007, 570p.

RICOEUR, Paul. A Investigação Filosófica Pode Acabar?. *Filosofando: Revista Eletrônica de Filosofia da UESB*, [S.l.], v. 1, n. 1, dez. 2017. ISSN 2317-3785. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/filosofando/article/view/2129>. Acesso em: 28 dez. 2018.

SACRAMENTO, Octávio; RIBEIRO, Manuela. Mulheres marcadas: prostituição, ordem e exclusão. *Cuadernos de Trabajo Social*, v. 27, n. 1, p. 197-209, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/272648379_Mulheres_marcadas_prostituicao_ordem_e_exclusao. Último acesso em: 20 de abril de 2018.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das C. F.. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência de transformação da 'problemática dos lugares'. *Projeto História (PUCSP)*, v. 52, p. 245-279, 2015.

SANTOS, A. C. M.. Memória cidadã: história e patrimônio cultural. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 29, p. 37-55, 1997. Disponível em: http://biblioteca.forum.ufrj.br/images/sampled/Arquivos/Memoria_cidada.pdf. Último acesso em: 25 de janeiro de 2018.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Antimonumentos: trabalho de memória e de resistência. *Psicologia USP (Online)*, v. 27, p. 49-60, 2016.

SILVA, F. L. Martin Heidegger e a técnica. *scientiaestudia*, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 369-374, 2007.

SIMÕES, S. S.. Identidade e política: a prostituição e o reconhecimento de um métier no Brasil. *R@U: REVISTA DE ANTROPOLOGIA SOCIAL DOS ALUNOS DO PPGAS-UFSCAR*, v. 2, p. 24-46, 2010. Disponível em: <http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2015/05/r@uv2n1-artigo-2.pdf>. Último acesso em: 20 de abril de 2017.

SILVA, G. P. B. *Que miséria*. Recife, no prelo, 2019.

SOUZA, Fábio Feltrin de. Resenha - O que Resta de Auschwitz: o Arquivo e o Testemunho. *TEMPO E ARGUMENTO*, v. 2, p. 247-250, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/viewFile/1941/1543>. Último acesso em: 20 de jul de 2018.

STOCZKOWSKI, Wiktor. 'UNESCO's Doctrine of Human Diversity. A Secular Soteriology?' *Anthropology Today*, 25 (3), 2009, 7-11. Disponível em: https://www.academia.edu/3792039/UNESCO_s_doctrine_of_human_diversity._A_secular_soteriology. Último acesso em: 10 de jul de 2019.

TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

TORRANO, Jaa. O mundo como Função de Musas. In: HESÍODO. *Teogonia. A origem dos deuses*. Tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1995.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 237-248, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100009&lng=en&nrm=iso. Último acesso em 10 de abril 2019.

VIANNA, Letícia C. R. Patrimônio Imaterial. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

WERNECK, Humberto. Zona de conforto. *Estadão*. 23 jun. 2015. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,zona-de-conforto,1711269>. Acesso em: 12 dez. 2017.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1999.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tratado Lógico-filosófico - Investigações Filosóficas*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

ZIMOVSKI OLIVEIRA, Thaís; VASCONCELOS GUIMARÃES, Ludmila; PAZZETO FERREIRA, Debora. Mulher, Prostituta e Prostituição: da História ao Jardim do Éden. *TEORIA E PRÁTICA EM ADMINISTRAÇÃO*, v. 7, p. 139-169, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tpa/article/view/33214>. Último acesso em: 20 de abril de 2018.

BIBLIOGRAFIA ARQUIVÍSTICA

JORNAL DO BRASIL, edição 212, de 06/11/1987. Disponível em:
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=151068&Pesq=.](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=151068&Pesq=)

Último acesso em 10 de nov. 2017.

TRIBUNA DA IMPRENSA, edição 11747 de 06/11/1987. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/154083_04/31988. Último acesso em 10 de nov. 2017

↑